



Camilla Caetano La Pasta

**Margarida Hirschmann, a "Bela Espiã":
crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra
(1945-1949)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura do Departamento
de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Diego Antonio Galeano

Rio de Janeiro

Junho/2019



Camilla Caetano La Pasta

**Margarida Hirschmann, a "Bela Espiã":
crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra
(1945-1949)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela comissão abaixo.

Profº. Diego Antonio Galeano

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Profª. Larissa Rosa Corrêa

Departamento de História - PUC-Rio

Profª. Angela Moreira Domingues da Silva

CPDOC/FGV

Rio de Janeiro, 17 de Junho de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Camilla Caetano La Pasta

Graduada em História pela Fundação Getúlio Vargas (2017) e mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (2019). Tem experiência na área de história do Brasil republicano, com ênfase em História das Mulheres, questões de gênero e encarceramento feminino.

Ficha Catalográfica

La Pasta, Camilla Caetano

Margarida Hirschmann, a "Bela Espiã": crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949) / Camilla Caetano La Pasta ; orientador: Diego Antonio Galeano. – 2019. 101 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2019. Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Margarida Hirschmann. 4. Estudos de Gênero. 5. História das Mulheres 6. Encarceramento Feminino 7. pós-guerra I. Galeano, Diego. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

A história dessa dissertação é, também, a história de minha mãe, que durante grande parte da minha vida atuou como agente penitenciária para criar a mim e ao meu irmão. Ela me impressionava com as histórias do seu dia-a-dia, que despertaram a minha curiosidade e, acredito, resultaram de certa forma nesse trabalho. Anos mais tarde, comigo já adulta, minha mãe me confessou que só insistiu no concurso para se tornar carcereira no Estado do Rio de Janeiro porque meu pai disse a ela que não conseguiria. Ela atuou na profissão por 10 anos. Nunca digam a uma mulher o que ela pode ou não fazer.

Sendo assim, agradeço, primeiramente, à minha mãe. Pela força, pelo exemplo, pelo companheirismo, pelo incentivo, pelo amor e por sempre acreditar em mim.

Agradeço, também, ao meu irmão, que divide essa e tantas histórias comigo. E ao meu padrasto, que nunca hesitou em custear os meus sonhos.

A história dessa dissertação é, também, a história das muitas mãos que se uniram às minhas no momento da escrita. Agradeço especialmente às minhas colegas de mestrado e amigas do peito Isabella e Beatriz, pelo apoio mútuo, pela sororidade, pela amizade inegociável.

Às minhas amigas e amigos que souberam compreender as ausências e silêncios durante esse processo e não soltaram a minha mão.

A história dessa dissertação é, sem dúvidas, a história de muito trabalho e de desgaste. A pós-graduação pode ser um momento maravilhoso, mas também é lugar de ansiedade, de mal-estar psicológico, de solidão. Deixo aqui, portanto, uma palavra de admiração a todas e todos os colegas que conseguem dar conta de um curso de pós-graduação e trabalhar 40h por semana ao mesmo tempo, como eu fiz. Privilegiados são aquelas e aqueles que conseguem se dedicar inteiramente ao desenvolvimento intelectual; é necessário reconhecer, no entanto, que essa não é a realidade da maioria dos brasileiros e, da mesma forma, não é a realidade de muitas alunas e alunos de pós-graduação desse país e dessa universidade.

Agradeço enormemente ao meu orientador Diego Galeano pela paciência, pelos encontros, pelo carinho, pela leitura atenta e respeitosa ao meu trabalho. Estivemos juntos desde o início e eu procurei nunca o desapontar. Espero que tenha conseguido.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Ao Gabriel, meu amor, que me inscreveu nessa loucura que é o mestrado e em nenhum momento desde então saiu do meu lado. Eu me sinto maior, melhor, mais potente porque você existe e divide a sua vida comigo.

Às tantas mulheres encarceradas que seguem invisíveis ao passo que a história contada nas próximas páginas vem à tona.

Resumo

La Pasta, Camilla Caetano; Galeano, Diego Antonio. **Margarida Hirschmann, a "Bela Espiã": crime, justiça e gênero no Brasil do pós-guerra (1945-1949)**. Rio de Janeiro, 2019. 101 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem por objetivo analisar o caso de Margarida Hirschmann, acusada de traição à pátria e aliciamento de militares em função de sua atuação na *Auri-verde*, uma rádio de conteúdo pró-Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Hirschmann atuou como locutora dessa rádio e, segundo a justiça militar brasileira, foi responsável por pronunciamentos em português destinados aos pracinhas da FEB, que tinham como objetivo “abalar o moral” das tropas e convencê-los à deserção, apelando para mentiras e terror psicológico diante da conjuntura de conflito bélico. Ao ser capturada, Hirschmann é trazida ao Brasil, processada e julgada. Durante esse período, é notado grande interesse da mídia de massa brasileira por seu caso e, principalmente, por sua aparência em conjunto com os crimes que cometera. A “bela espiã”, apelido cunhado pelos próprios jornais e revistas da época, é condenada a 20 anos de reclusão. Enquanto esteve presa, deu uma série de entrevistas onde negava reiteradamente o caráter político de seu caso e engendra o que convém chamar de construção imaterial da diferença, destacando sua própria situação em relação às demais mulheres em situação de cárcere na recém-construída Penitenciária Feminina da Capital Federal. Essa construção imaterial da diferença tem como base uma série de estereótipos de gênero em diálogo com o contexto socio-histórico em que o caso aconteceu e, principalmente, em diálogo com uma determinada moral sexual e ideal de feminilidade presentes na construção da “mulher moderna”. Serão utilizados como fonte jornais e revistas da época, o processo-crime de Hirschmann diante da justiça militar brasileira e a bibliografia que trata da historiografia das mulheres e problemas de gênero.

Palavras-chave

Margarida Hirschmann; Estudos de Gênero; História das Mulheres; Encarceramento feminino; pós-guerra; crime; justiça; imprensa

Abstract

La Pasta, Camilla Caetano; Galeano, Diego Antonio. **Margarida Hirschmann, the "beautiful spy": crime, justice and gender in post-war Brasil (1945-1949)**. Rio de Janeiro, 2019. 101 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes the case of Margarida Hirschmann, accused of treason and military persuasion due to her performance on *Auri-verde*, a pro-Axis content radio during World War II. Hirschmann acted as the announcer of this radio and, according to the Brazilian justice, was responsible for pronouncements in portuguese destined to the Brazilian military force (FEB), that had as objective "to shake the morale" of the troops and to convince them to desertion, appealing to lies and psychological terror during war. When captured, Hirschmann is brought to Brazil and judged by the Military Justice. During this period, the Brazilian mass media shows great interest for her case and, especially, for her appearance along with the crimes she allegedly committed. The "beautiful spy", nicknamed given by the newspapers and magazines of the period, is condemned to 20 years of imprisonment. While in prison, she gives a series of interviews where she repeatedly denies the political motivation behind the case and engenders an immaterial construction of the difference, highlighting her own situation in relation to the other women in jail in the newly built Feminine Penitentiary of the Federal Capital in Rio de Janeiro. This immaterial construction of the difference is based on a series of gender stereotypes in dialogue with the socio-historical context in which the case takes place and, mainly, in dialogue with a certain sexual morality and ideal of femininity present in the construction of the "modern woman". Newspapers and magazines will be used as the main sources for this dissertation, along with the text of the process of Hirschmann before the Brazilian military justice and the bibliography that discusses the historiography of women and gender problems.

Keywords

Margarida Hirschmann; Gender Studies; Women's History; Female imprisonment; post-war; crime; justice; brazilian press

Sumário

1. Introdução	10
2. Nazista ou vítima das circunstâncias?	29
3. A construção da “Sereia do Reno”	50
4. "Não sou, nem nunca fui espiã"	65
5. Conclusão	93
6. Referências bibliográficas	97
7. Fontes	100

Lista de Figuras

Figura 1 - Panfleto divulgado pela Rádio Auriverde e encontrado na sede da rádio em Como, na Itália, quando foi dissolvida por soldados Aliados em 1945. Superior Tribunal Militar, Apelação Nº14882.	14
Figura 2 - "Os espões fotografados, ontem, na sala do Supremo Tribunal Militar, durante o julgamento. Emilio Baldino, tentando fugir à objetiva, esconde o rosto com as mãos. M.H., entretanto, não criou obstáculos ao fotógrafo." Diário de Notícias, 14/07/1946	53
Figura 3 - "Estes olhos que pareciam ser os de Mata Hari pertencem a Margarida Hirschmann. Simples repórteres não podem julgar sua inocência ou culpabilidade. Dentro em breve o Tribunal designará o destino dela." O Cruzeiro, 6/04/1946	60
Figura 4 - "Não é acusada de espionagem, como se tem publicado, nem é a Rosa de Tóquio, como constou. É uma bela figura e está noiva. Isso é segredo que não nos pertence." O Cruzeiro, 16/04/1946	62
Figura 5 - "Detidas por motivo de segurança nacional, num flagrante expressivo". A Noite, 14/05/1943	67
Figura 6 - "Aspectos tomados durante uma aula e na sala do recreio, vendo-se um detalhe da capela do presídio". Diário de Notícias, 12/03/1949	74
Figura 7 - "A mulher guarda nos abriu a porta". O Cruzeiro, 6/04/1946	79
Figura 8 e 9 - "Manhã cedo. A prêsa se levanta e ainda com trajes de dormir, escova os dentes e faz a primeira maquilagem. Sim, o mundo da prisão é um mundo estreito, limitado, mas haverá mundo estreito e limitado para a vaidade feminina? (...)" O Cruzeiro, 6/04/1946	81
Figura 10 - "Os sapatos. Consideram Margarida um belo tipo de mulher. Alta, desempenada, os cabelos de côr de ouro velho. -- "Por isso, talvez, a acusação de espiã! Espiã! Seja repetida tanto contra mim. Não sou, nem nunca fui espiã."" O Cruzeiro, 6/04/1946	82
Figura 11 - "Sensacional flagrante! Desce o vestido de Margarida." O Cruzeiro, 6/04/1946	83
Figura 12 - "Sonhando com a liberdade. Lá em cima, o jovem Sinatra, com aquela cara-de-pau, vela o sono da claríssima e fúlvia Margarida, a que sonha com a liberdade, no fim de mais êste interminável dia de prisão." O Cruzeiro, 06/04/1946	84
Figura 13 - "Não me chamem espiã!" O Cruzeiro, 06/04/1946	87
Figura 14 - Diário da Noite, 20/08/1948	88
Figura 15 - "Margarida recebe o repórter à porta da galeria principal – Na cela, a loura prisioneira escreve a lápis suas memórias – Hora do almoço no presídio – Margarida alimenta-se bem – Trabalhando como datilógrafa para a secretaria da prisão." 20/08/1948	89

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender, a partir de um diálogo com a historiografia de gênero e de História das Mulheres, as disputas em torno dos estereótipos de gênero em debate nos anos 1940 no Brasil a partir do estudo de um processo judicial e a forma como reverberou na grande imprensa. Para isso, será analisado o caso de Patrícia Margarida Hirschmann, presa em 1945 na Itália, acusada no Brasil de cooperar com os países do Eixo durante os anos da Segunda Guerra Mundial. A ré foi julgada pela Justiça Militar como traidora da pátria brasileira e aliciadora de militares a partir de evidências que a colocavam como locutora da rádio *Auri-verde*, uma rádio alemã com sede na cidade de Fico Monaco, que fazia pronunciamentos em português, direcionados aos pracinhas em campanha na Europa. As irradiações feitas pela suposta “colaboradora radiofônica de Hitler”, como foi chamada pela imprensa, pretendia, segundo a justiça militar brasileira, “desmoralizar” e “desmotivar” a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante o conflito bélico.

Seu caso permite analisar as disputas pelos usos de estereótipos de gênero e dos significados da atuação pública de mulheres. Essa construção ocorre, principalmente, entre a própria ré em sua relação com a justiça militar, com as autoridades penitenciárias e com os veículos de imprensa. Da mesma forma, alguns desses estereótipos são apropriados por ela enquanto parte de sua estratégia de defesa, a fim de conquistar a empatia do grande público e alterar o resultado anunciado de seu julgamento.

Convém, antes de nos determos na história de Margarida Hirschmann, contextualizar o momento em que se insere e alguns dos debates pungentes à época. De acordo com Cancelli¹, é no Estado Novo que a nacionalidade foi encarada como um dos valores primordiais da sociedade, através de uma estrutura político-administrativa hierarquizada cujas instituições deveriam ser adequadas à realidade brasileira e oportunas às características nacionais. É sabido que o nacionalismo proposto pelo Estado Novo defendia, inclusive, o predomínio da nação em

¹ CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora UnB, 1993. Pág. 21-26.

detrimento de regiões, estados, grupos e indivíduos, fazendo uso de ferramentas de controle dos Estados por parte do Executivo federal. Não obstante, essas ferramentas de controle, segundo Cancelli, visavam legislar os costumes, regular os “maus hábitos”, controlar as crises e dar cabo de tudo o que fosse apontado como causador de algum dano - a título de exemplo, a autora menciona “a ganância cristã dos liberais, a inadaptabilidade dos estrangeiros, as conspirações contra o povo brasileiro, a ameaça internacional do *Komintern*, etc. Também é um período-chave para compreendermos o sentimento anticomunista brasileiro e a busca por militarização e pelo desenvolvimento das forças armadas no país.

Angela de Castro Gomes², que parte de uma perspectiva um pouco distinta à de Cancelli e, justamente por isso, é instrumentalizada em paralelo de forma a dar conta das profundas contradições inerentes ao período, caracteriza o Estado Novo como uma “democracia autoritária”, onde o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tem lugar fundamental no controle dos instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político-ideológico que se afirmava dominante.

A construção dessa nova sociedade democrática-autoritária passava pela construção, também, de um novo cidadão, cuja relação de pertencimento com a nação e a percepção de cidadania tinha como base a relação que o indivíduo estabelecia com o trabalho. A construção da democracia social estado-novista, portanto, pretendia formas de organização universais a partir da relação direta entre homem e trabalho. O homem só existiria socialmente, segundo Castro Gomes, a partir do momento em que se tornasse produtivo, quando se encontrasse em suas relações de trabalho, de forma que o Estado reconheceria essa existência pela promoção da justiça social.

Este é um período, portanto, de construção de um novo cidadão, de um novo homem. Da mesma forma, a categoria “mulher” também era perpassada por intensas disputas. Era um período de revisão das moralidades sexuais e de certo ideal de feminilidade, onde a modernidade da guerra e, especialmente, de seu período imediatamente posterior abalou certezas sobre a “mulher direita” e “do lar”, que se dedicava inteiramente à família e aos afazeres domésticos. Mais presente no

² GOMES, Angela Maria de C. O redescobrimento do Brasil. in: OLIVEIRA, L. L. Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992. Pág. 110-127.

espaço da rua e infringindo de maneira mais direta sobre o que é de ordem pública, a “mulher moderna” é alvo de críticas dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Para analisar esse fenômeno, recorre-se a trabalhos como os de Carla Bassanezi³ e Sueann Caulfield⁴, a partir do momento em que identifica-se, em Hirschmann, algumas das tensões e características dessa nova mulher.

A década de 1940 traz consigo um marco importante: naquele ano, é promulgado, pelo Estado Novo, um novo Código Penal. Nele, estão previstas as construções dos primeiros presídios femininos do Brasil, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A Penitenciária Feminina da Capital Federal é inaugurada dois anos depois, em 9 de novembro de 1942 no bairro de Bangu, zona oeste da cidade, onde até hoje está o Instituto Penal Talavera Bruce.

O contexto de surgimento e os discursos proferidos em torno da construção do presídio feminino são retomados pois a Penitenciária é entendida, no âmbito do caso Hirschmann, como palco de sucessivas negociações que têm como base os estereótipos de gênero que procuraram forjar sua inocência, pautada na diferença entre Hirschmann e as demais integrantes da população carcerária. Esse recurso é importante para entender os problemas de gênero presentes no aprisionamento de mulheres, especialmente tratando-se do contexto do Estado Novo; bem como as questões que perpassam o aprisionamento de mulheres especificamente em um momento de profundas mudanças no sistema penal brasileiro, onde estavam sendo repensados os próprios conceitos de criminalidade e de prisão, e criada a ideia de um modelo de aprisionamento especificamente feminino.

No que diz respeito ao contexto internacional, temos o envolvimento brasileiro com a Segunda Guerra Mundial. O conflito teve início em 1939 e durou até 1945 com a vitória formal dos Aliados e contou com a participação do Brasil no ano de seu desfecho. Getúlio Vargas, que durante toda a guerra teria assumido postura de neutralidade pragmática em função de estreitas relações diplomáticas de cunho econômico e comercial com potências de ambos os lados do confronto, progressivamente abandona esta postura quando, em 1942, entra em acordo com o governo norte-americano. O acordo tinha como diretrizes a concessão de território

³ BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. IN: Del Priori, Mary. História das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Contexto, 2004.

⁴ CAULFIELD, Sueann. "Que virgindade é esta?": julgando a honra da mulher moderna. In: Em defesa da Honra. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

para bases aéreas na ilha de Fernando de Noronha e ao longo da costa norte e nordeste brasileira, para o recebimento de bases militares norte-americanas.

O ano de 1942 correspondeu também a uma virada do ponto de vista econômico no Brasil. Segundo Marcelo de Paiva Abreu, é um momento de aceleração do crescimento industrial onde, pela primeira vez, desde a década de 1920, "começaram a acumular-se reservas cambiais em função da expansão do programa aliado de aquisição de materiais estratégicos; observa-se a entrada de capitais privados norte-americanos após longo período de desinteresse"⁵.

A participação do Brasil no conflito não seria apenas simbólica ou material, mas também de investimento humano. No início de 1943, o governo decidiu enviar um contingente para a guerra, começando a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A FEB contava com mais de 25 mil homens e mulheres, formada por uma divisão de infantaria completa, uma esquadrilha de reconhecimento e um esquadrão de caças. O brasão da FEB era o de uma cobra com um cachimbo na boca, sendo o lema da campanha "A cobra está fumando", em alusão ao que se afirmava à época de sua formação; algo como "mais fácil uma cobra fumar cachimbo do que o Brasil participar da guerra na Europa"⁶.

Os brasileiros, ao serem enviados para a Europa, ficaram alocados majoritariamente na Itália, como uma das vinte divisões aliadas presentes na frente italiana naquele momento. A frente era composta por grupos norte-americanos; italianos antifascistas dissidentes; exilados europeus, entre eles poloneses, tchecos e gregos; tropas coloniais britânicas, como canadenses, neozelandeses, australianos, sul-africanos, indianos, quenianos, etc., e francesas, a exemplo dos soldados marroquinos, argelinos e senegaleses. Era, portanto, uma conjuntura favorável ao fluxo permanente e constante cruzamento de culturas, idiomas e influências diversas.

É nesse contexto de convivência constante de pessoas de diferentes nacionalidades que vemos surgir inúmeras táticas de propaganda a fim de se comunicar com soldados estrangeiros residentes na Europa. Essas táticas de

⁵ ABREU, Marcelo de Paiva (org.). Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945. In: A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Pág. 96.

⁶ MELO, Ricardo (org.). Almanaque Centenário (1915-2015). Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco. Pernambuco: Editora Cepe, 2015, p. 82.

propaganda podiam ter muitos objetivos. Como veremos aqui, um desses objetivos poderia ser, inclusive, o de incentivo à deserção ao conflito mundial. Em entrevista para o jornal *O Globo*⁷, o tenente D'Álvaro José de Oliveira, que integrou a FEB e foi enviado à Itália em 1945, comenta a ofensiva do Serviço de Propaganda alemão para com os pracinhas. Segundo ele, o Serviço produziu cartazes em português anunciando “o inferno de sangue” italiano, davam notícias falsas sobre o que acontecia no Brasil à época da expedição, debochavam do pagamento dos pracinhas, alertavam contra o inverno hostil europeu e apelavam para a saudade dos trópicos. A propaganda, seja por imagem ou por áudio, além de exaltar países inimigos durante o conflito, portanto, rompia a barreira da língua apelando para uma espécie de terror psicológico, aproveitando-se da inegável fragilidade dos combatentes dadas as suas condições.

Um exemplo desse tipo de material pode ser visto, além disso, nos panfletos encontrados na própria sede da Rádio Auri-verde, em Fino Monaco, na Itália, onde trabalhava Margarida Hirschmann (imagem 1). À época em que a rádio foi dissolvida por soldados Aliados, foram encontrados muitos panfletos desse tipo deixados por funcionários do Serviço de Propaganda Alemão no local.



Figura 1: Panfleto divulgado pela Rádio Auriverde e encontrado na sede da rádio em Como, na Itália, quando foi dissolvida por soldados Aliados em 1945. Superior Tribunal Militar, Apelação Nº14882.

⁷ "Panfletos alemães escritos em português exigiam rendição brasileira na Segunda Guerra". *O Globo*, 8 de novembro de 2014. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/panfletos-alemaes-escritos-em-portugues-exigiam-rendicao-brasileira-na-segunda-guerra-14505168> acesso em 31/07/2017

Além de panfletos, tem-se notícias do surgimento de inúmeras rádios de tonalidades políticas diversas em território europeu que transmitiam programas na língua dos soldados residentes na Europa à época. Uma dessas rádios era a rádio *Auri-verde*, estabelecida em Estugarda, Alemanha, mas com uma estação em Fino Monaco, uma pequena aldeia nas proximidades da cidade de Como, na fronteira entre Itália e Suíça. Era parte da programação diária da rádio um programa de duração de aproximadamente uma hora cujo conteúdo era transmitido inteiramente em português, destinado aos pracinhas brasileiros da FEB em missão na Europa.

Auri-verde, segundo uma notícia de jornal de *O Globo* de 1945⁸, era muito conhecida pela FEB. Algumas unidades brasileiras ouviam o programa com frequência pois era o único programa de música brasileira e latino-americana à disposição dos soldados e era irradiado, segundo o texto, convenientemente no horário de almoço. É possível afirmar, então, a partir do relato, que a *Auri-verde* não só rompia as barreiras da linguagem para se identificar com os soldados brasileiros combatentes na Europa, como fazia uso no conteúdo de suas transmissões de elementos de identificação cultural com os mesmos. A rádio apelava para a musicalidade a fim de estabelecer a regularidade de suas transmissões entre os soldados da FEB, entendendo que a música cumpre papel importante, principalmente ao encontrarem-se fora de seu país de origem, na preservação de algum sentimento de pertencimento e identificação com seus países de origem. Era, inclusive, de conhecimento da emissora o costume dos soldados da FEB de ouvirem à rádio em horário de almoço, valendo-se de costumes específicos dessa classe de trabalhadores para garantir audiência e a regularidade das transmissões.

Maria Elvira Bonavita Federico, ao tratar do modelo radiofônico comercial em crescimento na segunda metade dos anos 40 e início dos 50, afirma que rádio se afastou das pretensões educativas predominantes em seus primeiros anos de funcionamento, quando era encarado como instrumento de elevação do nível cultural e intelectual das massas, e passou a transmitir uma programação mais lúdica, com músicas, histórias em formato de *sketches* e apresentações de artistas de apelo popular. Esta radiofonia comercial só é possível por meio da popularização do rádio, da aproximação com o público, a compreensão em torno de sua rotina e

⁸ “Será trazida para o Rio a traidora Margarida Hirschmann”. *O Globo*, 13 de junho de 1945, p. 3.

uma programação em diálogo com as formas sociais de lazer⁹. Nesse sentido, a categoria de “comunicação em massa”¹⁰ é fundamental para entender o potencial de penetração dessas irradiações.

No texto da mesma matéria de *O Globo*, produzido a partir dos fragmentos do depoimento de Hirschmann assim que chegara ao Brasil, ao qual os jornalistas do editorial tiveram acesso, fica claro o teor político das transmissões em favor do Eixo e as táticas de incentivo à deserção mencionadas anteriormente, que faziam parte da propaganda política naquele momento tumultuoso de conflito bélico entre potências: "Em geral os brasileiros riam da propaganda germânica, às vezes um tanto velada, como as notícias de problemas políticos e escassez de alimentos no Brasil"¹¹. Os pronunciamentos, então, não só exaltavam o Eixo e, mais especificamente, a Alemanha, como elaboravam notícias falsas sobre o que acontecia no Brasil à época da expedição.

O funcionamento da rádio *Auri-verde* confirma a descrição de estrutura lúdica descrita pela autora Maria Elvira Bonavita Federico. No documento do processo-crime de Hirschmann, na parte relativa à sentença¹², é dito que a rádio *Auri-verde* se organizava de forma a intercalar seções musicais, de notícias e sketches, que eram pequenas cenas de teatro radiofônico, onde grande parte do conteúdo supostamente insultuoso estava localizada. Essa seção de sketches se chamava "conversas no *Café Nice*", e dela participavam dois homens e uma mulher. Nunca conseguiram individualizar propriamente os narradores pois todos usavam pseudônimos, o que dificultou o trabalho da justiça militar ao tentar conectar Hirschmann às irradiações.

Foram encontradas referências à rádio *Auri-verde* em um filme de Sylvio Back, de 1990, cujo título é o próprio nome da rádio. O longa traz consigo a coexistência de dois gêneros cinematográficos: o documentário e a ficção. Há a

⁹ FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. História da Comunicação - Rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

¹⁰ Edgar Morin (1967, pág. 85) entende o funcionamento da comunicação em massa segundo a relação entre o sistema de produção cultural e as necessidades dos consumidores; ou seja, a cultura de massa se adequa tanto aos imperativos industriais quanto ao mercado que a estimula. Ela constitui, portanto, um corpo de símbolos, mitos e imagens concernentes à vida prática e imaginária, um sistema de projeções e identificações específicas que desempenha um papel consolador e regulador da vida.

¹¹ “Será trazida para o Rio a traidora Margarida Hirschmann”. *O Globo*, 13 de junho de 1945, p. 3.

¹² Arquivo do Superior Tribunal Militar, apelação nº 14882. Págs. 20-30.

tentativa, por parte de Back, de construir sua própria realidade a partir de um acontecimento datado; conjecturando, de forma imaginativa e sarcástica, o conteúdo dos pronunciamentos feitos pela *Auri-verde* durante a campanha brasileira na Itália - a imaginação em torno dos pronunciamentos feitos pela rádio é o fio condutor do filme.

Ao entrar em contato com a obra, o que vemos é uma sucessão de imagens de arquivo de soldados ligados à FEB durante sua participação na Segunda Guerra. Estas imagens e vídeos de arquivo vêm acompanhadas de uma narração oculta, em que os atores se pronunciam através de locução semelhante aos estilos de noticiários radiofônicos da década de 40, de maneira caricata, narrando o que está acontecendo na imagem ou dando notícias relacionadas aos eventos demonstrados na película. É interessante notar que, a partir desse recurso cinematográfico, não há, em momento algum, o desequilíbrio entre as linguagens documental e ficcional. Pelo contrário, seu mérito está em atribuir às imagens de arquivo do período força simbólica através do discurso cinematográfico; força simbólica essa maior do que se as imagens fossem apenas oferecidas ao espectador como vestígios imagéticos da época.

Os créditos da obra nos informam que as imagens de arquivo utilizadas por Back foram obtidas nos arquivos dos cinejornais *Us Army* e *Us Signal Corps*, dos Estados Unidos, e são usadas também imagens referentes ao Cinejornal Brasileiro, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) varguista.

O DIP foi um órgão instituído durante o Estado Novo, que tinha por objetivo produzir conteúdo que exaltasse o governo e a figura de Getúlio, bem como censurar materiais que iam de encontro à criação de determinada imagem por parte do Regime. A atuação desse órgão representa, segundo Tomaim¹³, a segurança de Vargas no sentido da “totalização do controle e coerção de todos os interesses alheios que poderiam negligenciar a legitimidade do novo governo que surgia”. O autor afirma, ainda, ao analisar a película *Rádio Auriverde* que o governo de Getúlio via no DIP (em seus muitos mecanismos, entre eles: imprensa, cinema e teatro, rádio, festividades, etc.) uma forma eficiente de fazer do Estado Novo algo presente no cotidiano do povo brasileiro.

¹³ TOMAIM, Cássio dos Santos. Rádio Auriverde, a história (re)afirmada – uma leitura do filme documentário como (re)constituição do real. UNESP, Revista Nucleus, v.1, n.1, out/abr 2003.

Nesse sentido, a intenção de Sylvio Back ao mostrar as imagens de arquivo e acompanhá-las de pronunciamentos sarcásticos sobre o momento vivenciado, assinados pela rádio *Auri-verde*, é, na verdade, decompor essas imagens; fazer com que percam sua força diante do espectador e ganhem contornos de humor. O cineasta recorre a um elemento ora utilizado para construir a ideia de patriotismo e da excelência da campanha militar brasileira e cria, em torno disso, um “anti-discurso” afirmando que a campanha da FEB na Itália foi, na verdade, uma missão suicida. Os pracinhas, ao invés de gloriosos patriotas, teriam sido “vagabundos maltrapilhos”, segundo Tomaim. Getúlio, no filme de Back, não está no lugar confortável de chefe de Estado que faz longos e impactantes discursos. Ele é, ao invés disso, discursado, quando aparece nas imagens fazendo o seguinte pronunciamento, em voz *off*:

O Brasil acaba de fazer um grande negócio. Troquei com os americanos a instalação da Siderúrgica de Volta Redonda pelo envio de uma tropa simbólica para a Europa. Trabalhadores do Brasil, tive que aceitar esta barganha do Presidente Roosevelt senão ele jura que afunda todos os nossos navios mercantes. Sacanagem do Tio Sam! Deus salve a América.

Ao imaginar o que teria sido a cerimônia de recepção das tropas brasileiras nas fileiras do quinto exército dos EUA, o cineasta usa imagens do discurso do general norte-americano Mark Clark e acrescenta, a elas, uma narração própria. Originalmente, o general teria dado as boas-vindas aos “bravos soldados brasileiros”. Na concepção sarcástica de Back, no entanto, o discurso do general se transforma em um ode à superioridade norte-americana e um escárnio da relação entre os dois países. O narrador fala em português, com um forte sotaque:

Soldados da Força Expedicionária Brasileira: antes de mais nada, parabéns por cantar o hino nacional dos EUA sem sucesso. É uma pena que vocês só vieram agora quando já liquidamos com os alemães. Mas, mesmo assim, sejam bem-vindos. Como prova de nossa amizade e admiração pelo valoroso pracinha, os EUA darão a vocês uniformes decentes, armamento decente, alojamento decente, latrinas decentes, hospitais decentes e enterros decentes. O povo norte-americano sente-se orgulhoso em financiar toda esta mordomia aos bravos soldados da FEB.

Quando não está “dublando” de forma sarcástica o que chefes de Estado ou figuras proeminentes no geral disseram a respeito da FEB, Back cogita conteúdos de notícias falsas ou que pendiam ideologicamente para o Eixo, que teriam sido proferidas pela *Auri-verde*. Isso nos dá, durante toda a exibição do documentário,

a impressão de estar ouvindo a um programa de notícias veiculado por uma emissora radiofônica nazista, tal como era transmitida no *front* de batalha aos soldados:

Chega a Nápoles o primeiro contingente de cinco mil homens da Força Expedicionária Brasileira, de um total de 25 mil homens que integrarão o V Exército aliado como tropa auxiliar dos Estados Unidos. Desorganizados, sem liderança, malvestidos e mal alimentados, doentes de corpo e cabeça, sem instrução e sem treinamento – é esse o Exército de Caxias, como se auto-intitula a FEB, que o Brasil envia para o teatro de operações da Europa. Na fase de organização da força expedicionária, muitos filhos de gente rica e classe média influente conseguia furtar-se à convocação, até simulando tuberculose e sífilis. Deixando para trás a ditadura de Vargas, ironicamente, o pracinha faz profissão de fé antifascista pela voz de militares que sustentam o regime, vários deles, conhecidos pelas suas simpatias ao nazismo e pelo seu antissemitismo. O Brasil – para receber as benesses dos Estados Unidos – promete o envio de 100 mil homens. Acaba com apenas 15 mil soldados na linha de frente – os últimos guerreiros a entrarem na Segunda Guerra Mundial quando ela já estava no fim.

Há autoras e autores que reconhecem no filme de Back uma forte crítica ao imperialismo norte-americano através da referência à rádio *Auri-verde*. Segundo Giovana Ferreira de Faria¹⁴, por exemplo, o documentário constrói a ideia de que grande parte das motivações para o Brasil ter se envolvido no conflito foram geradas a partir da influência norte-americana no país, principalmente no tocante à criação e atuação da FEB. O próprio diretor corrobora com esse posicionamento¹⁵ ao afirmar que o resgate da rádio *Auri-verde*, em seu documentário, buscava deixar evidentes as tragicômicas relações entre Brasil e Estados Unidos à época e que, em sua visão, não passaram por grandes mudanças desde então.

Uma das locutoras responsáveis pelas transmissões em português da rádio *Auri-verde*, destinada principalmente aos pracinhas brasileiros que serviam na Itália era, finalmente, Patricia Margarida Hirschmann. Sua atuação na rádio está documentada nos anos de 1944 e 1945. A locutora é presa por tropas norte-americanas em 1945, quando os Aliados recuperam o território frente à ocupação alemã. Ela estava hospedada em uma pensão em Milão junto aos demais integrantes

¹⁴ DE FARIA, Giovanna Ferreira. A crítica ao imperialismo norte-americano presente em “Rádio Auriverde”. Anais do VIII Congresso Internacional de História, out/2017 disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3710.pdf>

¹⁵ BACK, Sílvio. Rádio Auriverde: a FEB na Itália. Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, 1990 apud DE FARIA, 2017.

da rádio; é identificada como brasileira e, junto a seus colegas e compatriotas, enviada ao Brasil para ser julgada pela Justiça Militar.

Hirschmann passa por um primeiro julgamento, a cargo da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, onde é inocentada junto aos seus companheiros da rádio. É pedido, no entanto, que o julgamento caminhe para o Superior Tribunal Militar, que realiza uma série de interrogatórios ao fim daquele mesmo ano. Hirschmann é acusada por ter praticado crimes compreendidos nos artigos 265 e 269 do Código Penal Militar: “tomar o nacional armas contra o Brasil ou Estado aliado, ou prestar serviços nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil e o ato de “aliciar militar a passar-se para o inimigo ou prestar-lhe auxílio para este fim”¹⁶, respectivamente. O STM, em um entendimento diferente do que é dado de início, condena Hirschmann a 20 anos de reclusão, que deveriam ser cumpridos na recém-inaugurada Penitenciária Feminina da Capital Federal em 1946.

A imprensa, a partir do momento que entra em contato com sua imagem e com a história de sua atuação, entra em uma espécie de frenesi. Atribuem a ela uma série de apelidos que fazem referência ao crime de espionagem e, sobretudo, à sua imagem e beleza física. Hirschmann dialoga com esses jornais e revistas, concede entrevistas, posa de maneira sensual, age de maneira conivente com a glamourização do caso e sexualização de seu corpo.

Passados apenas três anos no cárcere, Hirschmann é colocada em liberdade por indulto presidencial, sustentado por um abaixo-assinado de centenas de deputados brasileiros que, com o fim da guerra e o fim do Estado Novo, em 1949, não veem mais sentido em sua prisão. Afinal, Hirschmann nega, desde o início, as motivações políticas por trás de sua atuação. Essa estratégia, de negar o que há de político nos pronunciamentos através da rádio *Auri-verde*, não impede que tenha entrado para a história como a “Mata Hari brasileira”, a “Sereia do Reno” e, inspirando o título desse trabalho, a “bela espiã”. Os problemas de gênero que perpassam toda a sua trajetória, desde o julgamento pela justiça militar até sua libertação, passando pelo apelo diante da imprensa de massa e pela própria versão de Hirschmann em torno dos fatos que constituem sua história de perigo e de acaso, são algumas das questões sobre as quais versará o presente trabalho.

¹⁶ Arquivo do Superior Tribunal Militar, apelação nº 14882.

A linguagem, como diria Laqueur¹⁷, produz significados materiais e influencia na forma como lidamos com a materialidade, com o corpo, com o que é carne. O gênero, tão importante nesta pesquisa, é tornado concreto, segundo Joan Scott¹⁸, principalmente pela cultura e pelo discurso. Desta forma, convém fixar como a categoria gênero é acionada aqui: ela enfatiza o caráter relacional e de reciprocidade na definição do que é considerado como "masculino" e "feminino", entendendo que esta dicotomia se faz na construção social cotidiana e a própria opressão às mulheres não pode ser entendida fora dessa relação, pois os signos, sinais e sentidos de feminilidade são usados, inclusive, como justificativa para a opressão. Além de estudar mulheres em sociedade simplesmente, faz-se necessário historicizar o que faz das mulheres, mulheres; estudar os papéis e os simbolismos sexuais ao longo da História e como estes atuam no sentido de mudar ou manter a ordem social que lhes dá sentido. O uso contínuo do termo "problema de gênero", ao longo desta pesquisa, não é gratuito: para Judith Butler, gênero não é uma essência nem uma construção social propriamente, mas uma produção do poder.

Segundo Foucault, o poder não é uma "entidade" ou uma categoria teórica fixa, mas um exercício de micro poderes que se concretizam em níveis variados do cotidiano, principalmente a partir de instituições como a escola, a prisão, o hospício, a imprensa, e do qual ninguém está isento. Ainda que Margarida Hirschmann tenha caminhado por dentro dessas estruturas de poder profundamente masculinizadas e, para Foucault, heterossexualizadas também, em posição desfavorável em decorrência de seu gênero, ela mesma carrega consigo privilégios que em tudo tem a ver com o andamento de seu processo. A ré era uma mulher, branca, entendida pela sociedade da época como bonita, de classe alta e intelectualizada. Este não é, desde o panorama oferecido por Perrot até trabalhos contemporâneos como os de Nana Queiroz¹⁹ e Debora Diniz²⁰, o perfil da maioria das mulheres encarceradas no Brasil. O perfil racial e de classe das mulheres em situação de cárcere é outro. No

¹⁷ LAQUEUR, Thomas. Da linguagem e da carne. In: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. 2001. Pág. 13-41.

¹⁸ SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade, v. 20, nº2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

¹⁹ QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam. São Paulo: Editora Record, 2015.

²⁰ DINIZ, Debora. Cadeia: Relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

que o estudo do caso Hirschmann é útil, portanto, ao pensar os problemas de gênero no trato de mulheres encarceradas?

A potência do estudo de seu caso está, justamente, em sua excepcionalidade. Para Carlo Ginzburg, mesmo um caso-limite, que foge ao que é estatisticamente mais frequente, pode se revelar representativo, porque nos ajuda a precisar aquilo que é entendido como "estatisticamente mais frequente"²¹. Ou seja, a partir da excepcionalidade, e do que pensamos ser o desvio, conseguimos dimensionar o que é "normal" e estranhar a própria concepção da normalidade. Além disso, segundo Natalie Zemon Davis, a "disputa fora do comum por vezes desnuda motivações e valores que se diluem na agitação da vida cotidiana"²². Acredita-se, portanto, que o estudo do caso Margarida Hirschmann tem o potencial de revelar valores que ultrapassam, em muitos aspectos, o texto de seu processo.

Só é possível analisar, hoje, o caso de Hirschmann pois este esteve presente em jornais de grande circulação e há registros de sua passagem pela justiça nos arquivos do Superior Tribunal Militar, em Brasília, no Arquivo do Exército e nos Arquivos Públicos do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Não se deve perder de vista, no entanto, os inúmeros casos às sombras, difíceis de serem encontrados e acessados a medida em que o caso de Margarida Hirschmann vem à tona.

Para alcançar as fontes históricas produzida por essas mulheres, cuja passagem pelas instituições de encarceramento é encarada, por nossa sociedade, como "estatisticamente mais frequente" mas cujos casos são difíceis de se ter acesso e cujas experiências são invisibilizadas pela História, é necessário transpor uma tripla muralha²³: o índice de analfabetismo que cerca prisioneiros e prisioneiras é sempre mais acentuado do que o índice total da população; a prisão, em sua estrutura violenta, hierárquica, castradora, recusa a palavra e esconde o escrito, muitas vezes destruindo-o ou privando do contato exterior por séculos; e, por fim, a vergonha social e o estigma que perpassa a experiência do cárcere impede, muitas vezes, que presos e presas escrevam sobre suas experiências ou deixem testemunhos. É nesse sentido que o caso Hirschmann vem para iluminar contrastes,

²¹ GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: O Queijo e os Vermes. São Paulo: Editora Schwarcs, 1987. Pág. 27.

²² DAVIS, Natalie Zemon. O Retorno de Martin Guerre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pág. 20.

²³ PERROT, Michelle. Delinquência e Sistema Penitenciário na França no Século XIX. In: Os Excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 238

inclusive, dentro da própria categoria "mulher", esta também um produto de relações de poder: ele escancara o silenciamento de certos sujeitos, enquanto recebe todo tipo de atenção, inclusive durante seu período dentro dos muros da prisão, onde concedeu inúmeras entrevistas.

A historiadora Michelle Perrot, em seu texto sobre delinquência e sistema penitenciário em França, alerta para a ampla indulgência direcionada às mulheres criminosas. Lançando mão de estudos quantitativos, a autora sugere elevadas porcentagens de absolvições femininas, inclusive para crimes considerados mais graves como infanticídio e aborto. Em seu estudo, apontou que às mulheres eram concedidas circunstâncias atenuantes com facilidade e era evitado condená-las à morte. Conclui, a partir destes dados, que o pensamento que legitima essa ampla indulgência é o de que a mulher pareceria “pouco ameaçadora”. Sua criminalidade responderia à sua fragilidade e características passionais²⁴. Nesse sentido, o delito é frequentemente visto como "assunto de homem" e ato viril. Ela se pergunta se a preterição feminina em sua relação com a criminalidade revelaria submissão ou ato moralizante. Se seria uma forma eficiente de afastá-la para os bastidores e negar sua estatura criminal. Não é possível afirmar que há, nas fontes aqui descritas, a tentativa de negar a estatura criminal de Margarida Hirschmann. Pelo contrário: Evandro Lins e Silva, o advogado de defesa, nunca nega seu envolvimento com a rádio *Auri-verde*. É possível, no entanto, identificar a edificação de uma justificativa plausível, aceitável para suas atitudes. Esse processo de construção da inocência não está em negar seus crimes, mas em apostar no cenário desfavorável e perigoso ao qual estava submetida, permeado por ameaças e violência, onde não teria tido escolha senão colaborar com o inimigo. O problema, para a Justiça, está no momento em que essa colaboração com o inimigo "extrapola" o sentido de necessidade, e Hirschmann passa a atuar "por conta própria" a fim de relacionar-se de maneira mais aprofundada com os nazistas, como veremos no capítulo 1. Ademais, Hirschmann tampouco é afastada para os bastidores, como pretende-se mostrar pelas fontes impressas, principalmente no segundo capítulo deste trabalho. Ela abraça, de certa forma, a fama, transformando-a em estratégia de defesa.

²⁴ PERROT, Michelle. Delinquência e Sistema Penitenciário na França no Século XIX. In: Os Excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 256.

É interessante, para fins de pesquisa, tatear esse cenário pois procura-se contribuir, através da presente dissertação, para o campo de estudos de História das Mulheres e das Relações de Gênero. Nas ciências humanas, e especialmente no estudo da História, há uma apropriação tardia da categoria de "mulher" enquanto categoria analítica útil à pesquisa histórica. Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro²⁵, isso se dá devido ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, frequentemente representado pela categoria "homem". Durante muito tempo, em especial durante o século XIX e inícios do século XX, anteriormente ao surgimento da escola dos Annales, acreditou-se que ao tratar do "homem" como sinônimo daquele dotado de humanidade, como sinônimo de ser humano, as mulheres estariam sendo igualmente contempladas – o que se mostrou, nos anos seguintes e até hoje, uma crença sem correspondente na realidade.

Antes do surgimento dos Annales, portanto, a História centrava seus interesses no que era de domínio público e político, privilegiando fontes administrativas, diplomáticas e militares, o que silenciava, muitas vezes, as vozes femininas. O mérito dos Annales para a História das Mulheres está, portanto, em centrar seus esforços analíticos nos seres vivos, no que é concreto, nas tramas de seu cotidiano, e não em uma racionalidade universal e fragmentada, fria.

Essa ampliação das fontes e dos objetos possíveis para o estudo da História recebe a importante contribuição do campo da história social, à medida em que procura analisar as identidades coletivas em sua ampla variedade de grupos sociais, reforçando o viés de classe aos estudos históricos, tão importante na corrente de pensamento marxista: operários, camponeses, escravos viram objeto e sujeito aos olhos dos historiadores. Igualmente, o campo da história cultural atua de forma a reforçar a importância da interdisciplinaridade para o estudo das Mulheres, apoiando-se em disciplinas como literatura, psicologia, antropologia para desvendar as dimensões da mulher enquanto objeto de análise e sua incontornável importância enquanto sujeito. É nesse sentido que Joan Scott²⁶ afirma que estudar mulheres não só acrescenta novos temas à agenda científica como permite olhar de forma crítica as premissas e critérios do trabalho científico existente. Estudar

²⁵ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

²⁶ SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, v. 20, nº2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

mulheres tem, em Scott, o poder de redefinir e alargar as noções tradicionais do que é considerado importante pela História e para as demais ciências humanas, demasiadamente acostumadas a regurgitar os mesmos autores, homens, em sua maioria brancos, e em larga escala pertencentes às sociedades ocidentais do eixo norte-atlântico. Estudar mulheres, ou estudar a História a partir de mulheres, nos permite acessar determinadas perspectivas e interpretações da realidade que não poderiam ser alcançadas pelo olhar que prioriza o sujeito masculino e universaliza suas experiências.

Em décadas de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, como é o caso do período entre-guerras e após a Segunda Guerra Mundial, onde está localizado o caso de Margarida Hirschmann, o conceito de honra sexual, trabalhado pela historiadora Sueann Caulfield, e a própria categoria de "mulher" torna-se escorregadia, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Sujeitos envolvidos em conflitos diversos frequentemente interpretavam o conceito de honra de maneiras diferentes, até mesmo de forma contraditória. O período parecia ser, para os setores mais conservadores da sociedade brasileira, de "liberação caótica" dos princípios morais da sociedade, simbolizada pela "emancipação" da "mulher moderna"²⁷, categoria na qual Hirschmann parece se enquadrar.

Não se deve perder de vista que a honra sexual tem sido frequentemente usada para consolidar relações hierárquicas baseadas não somente nas relações de gênero, mas também de raça e classe, estabelecidas com base na "natureza", e que sustentam a lógica de manutenção de relações desiguais de poder nas esferas privada e pública. Tratando-se de um corpo de juristas que fazem um julgamento moral em torno da sexualidade de uma ré, tendo como desfecho do processo a sua condenação a uma instituição penal, essas relações desiguais de poder e hierarquia social perpetuadas pela lógica da honra sexual ganha novos e ainda mais dramáticos contornos.

É necessário mencionar, ainda, que Margarida Hirschmann se vê diante de contextos profundamente masculinos, desde o momento de seu envolvimento com a rádio *Auri-verde* até seu aprisionamento: na rádio, não temos notícias de outra locutora ocupando-se dos mesmos serviços. Todas as pessoas capturadas junto

²⁷ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, pág. 27.

à Hirschmann eram homens, assim como as testemunhas que depõem no caso. Quando se vê diante da Justiça militar brasileira, Hirschmann é julgada por homens, e tem sua sexualidade debatida por sujeitos masculinos, que deliberam usando escalas de valor moral diante de suas práticas sexuais. Ao ser encarcerada, Margarida se vê diante de uma instituição profundamente masculina, que é a prisão, que até os anos 1940, no Brasil, era pensada por homens e para homens exclusivamente.

Em uma descrição mais minuciosa, pode-se dizer que o primeiro capítulo deste trabalho se dedicará a analisar relatos de acontecimentos anteriores à participação da Margarida Hirschmann na rádio *Auri-verde*. Para tal, será traçado um diálogo com seu processo-crime, obtido no Arquivo do Superior Tribunal Militar, com sede em Brasília: aproximadamente 1.500 páginas de documentos referentes ao caso de Hirschmann, desde o momento de sua captura por soldados da FEB até o pedido de revisão do processo junto ao STM²⁸.

Há uma tensão fundamental entre os discursos de defesa e acusação, identificada ao lidarmos com o processo-crime: a defesa de Hirschmann, a cargo do advogado Evandro Lins e Silva, afirma que a ré agiu em “legítimo estado de necessidade”, “sob perigo de vida” e “coação irresistível”, constantemente ameaçada pelos “temíveis soldados nazistas” – termos como constam nos autos. Investe-se, então, na imagem da “vítima das circunstâncias”. A promotoria, por outro lado, ao remontar a trajetória de Hirschmann, sua aproximação com a cultura alemã, sua interação com as Forças Armadas alemãs e a partir de pronunciamentos de testemunhas, principalmente um soldado brasileiro da FEB capturado e mantido preso no local onde funcionava a rádio, afirma que a ré agiu porque quis, por motivações políticas, porque acreditava em seus pronunciamentos e na importância de sua atuação no contexto da guerra. Há, ainda, sucessivos julgamentos morais que permeiam as relações entre os atores aqui evocados e a sexualidade feminina: testemunhas afirmaram que Hirschmann, durante sua passagem pela rádio, foi vista

²⁸ Arquivo do Superior Tribunal Militar: Apelação nº 14882 e Revisão Criminal nº 481. O acesso a esses documentos, é importante dizer, só é possível graças aos avanços, na sociedade brasileira, de iniciativas que pressionem arquivos, instituições e demais órgãos que lidam com a memória de momentos de frágil democracia em nosso país para garantir o livre acesso a esse tipo de material. Nesse sentido, destaca-se o papel medular da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso à Informação, ambas iniciativas do governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

de “braços dados” com os nazistas, que repetidamente “visitavam seu quarto”; por isso, ela era, quase automaticamente, culpada frente à acusação de traição à pátria que recebera.

No segundo capítulo, analisaremos os problemas de gênero notados, principalmente, no interesse que a imprensa de massa deu ao caso de Hirschmann durante seu julgamento. Nota-se que a ela foram direcionados apelidos como “bela espiã”, “linda loura”, “Sereia do Reno” e foram frequentes as menções à sua aparência física por parte dos jornais brasileiros de grande circulação. Comparam-na, também, à Mata Hari e à personagem histórica Phrinéia. Argumenta-se que Margarida Hirschmann foi alvo de fetiche da mídia de massa e participou ativamente do processo de construção, em torno de si, da imagem da *femme fatale* - categoria que será acompanhada de extensa bibliografia e fundamental para a análise proposta do caso.

São priorizadas as fontes impressas, ao longo de todo o trabalho, em função de seu potencial de análise. As fontes relacionadas à imprensa são riquíssimas pois têm a capacidade de revelar não só o “clima” da época pesquisada, o que liam, do que riam, o que compravam, quais os dilemas políticos e sociais, quais os crimes cometidos e, em última instância, ter alguma ideia de como se comportavam, as tensões, temores e disputas entre pessoas do momento histórico estudado; elas dão materialidade e nos mostram também qual a relevância de determinados assuntos para os segmentos da população capazes de acessar este material. A historiadora Tânia de Luca afirma que, até a década de 1970, o uso de jornais e revistas como fonte histórica era motivo de desconfiança e preconceitos por parte dos historiadores, pois pensava-se que os jornais representavam “registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”²⁹ e fugiam ao compromisso com a “neutralidade” tão valorizado no estudo do passado das sociedades. É ao reconhecer o valor do influxo de interesses, dos compromissos e paixões de uma época que se prioriza, aqui, o diálogo com jornais e revistas enquanto fonte fundamental da pesquisa. No que tange a essa pesquisa, a imprensa assume, também, o papel de agente no processo de julgamento criminal:

²⁹ DE LUCA, Tânia Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. Em Pinsky, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo, Editora Contexto, 2006, p. 112.

é arena de disputas sociais, jurídicas, políticas, que produz efeitos práticos e penetra o espaço dos tribunais.

O objetivo do terceiro capítulo, por sua vez, é inserir a própria Margarida Hirschmann, enquanto agente, nas estratégias de defesa descritas nos capítulos anteriores. Convém analisar, portanto, de que forma ela construiu e fez uso das percepções em torno de sua atuação em benefício próprio – por um lado, de que seria “vítima das circunstâncias” e inocente das acusações e, por outro, de que seria uma sereia bela e perigosa, espiã ardilosa, a *femme fatale*. Nesse sentido, há uma matéria de jornal emblemática, da revista *O Cruzeiro*, que traz uma extensa entrevista de Hirschmann no cárcere meses antes de seu julgamento em segunda instância. Na ocasião, Hirschmann recebe os jornalistas em sua cela de lingerie e é fotografada em poses sensuais.

Essa matéria atua como fio condutor da argumentação de que Hirschmann tenta construir, em torno de si mesma e em diálogo com jornais e revistas de grande circulação da época, uma noção de diferença, de inadequação. Essa "construção imaterial da diferença", como é chamada aqui, tem como base a argumentação de que ela, ao contrário das demais presas políticas do período, não deveria estar no cárcere. Não agiu politicamente; sua prisão aparece como um erro, um engano, algo que pode e deve ser rapidamente desfeito. Essa “diferença” carrega consigo a noção de superioridade pela aparência, em um enquadramento racial: o discurso da ré, que embasa a ideia de que seria diferente das demais, passa por referências constantes à sua beleza física.

A partir do momento em que se identifica uma construção imaterial da diferença e, a partir do momento em que se identificam uma série de privilégios na relação que Hirschmann constrói com a imprensa e com o próprio espaço da penitenciária, surge a pergunta em torno de que sujeitos eram entendidos como “pertencentes” ao espaço do cárcere e aos quais foram negados o lugar de agentes em um espaço social saturado de violências e coerções.

2. Nazista ou vítima das circunstâncias?

O grande público teve acesso ao caso de Margarida Hirschmann pela primeira vez em 13 de junho de 1945, através dos jornais *O Globo*¹ e *Jornal do Brasil*². Em texto idêntico para ambos os jornais, a notícia sobre sua prisão tinha como manchete: "Detida a locutora brasileira da emissora de Stuttgart". Era, em um primeiro momento, uma notícia curta, que se perdia em meio às páginas do periódico e não incluía fotos. O texto mencionava, inclusive, que os jornalistas não tiveram acesso à criminosa até aquele momento; não tinham, portanto, a menor ideia de qual era sua aparência.

Ao analisar a matéria, encontramos algumas informações sobre Hirschmann e sobre os crimes de que estava sendo acusada. A "espiã", como chama o jornal, supostamente se dedicara, de janeiro a abril de 1945, a participar de um programa de rádio em que fazia "propaganda pró-Eixo" durante o conflito da Segunda Guerra Mundial e, através das irradiações, procurava "abalar a moral" das tropas brasileiras em serviço na Europa pela FEB.

Segundo depoimento de Hirschmann para a Divisão de Relações Públicas da Polícia Militar do 4º Corpo, transcrito na notícia, a locutora teria ido de São Paulo para Munique acompanhada do pai, José Hirschmann, e da mãe, Madalena Hirschmann, um alemão e uma austríaca até então residentes no Brasil, em 1938, em função de um tratamento médico especial de que o pai precisava. O pai de Margarida Hirschmann trabalhava como representante de companhias siderúrgicas alemãs no país, e a moça declara enfaticamente ao ser levada para interrogatório que o mesmo não era nazista, e que fora obrigado a trabalhar como censor de espanhol e português na Alemanha durante o III Reich.

O programa de que fazia parte, o *Auri-verde*, era muito conhecido pela FEB. Algumas unidades brasileiras o ouviam com frequência pois era o único programa de música brasileira e latino-americana à disposição dos soldados e era irradiado, segundo o texto, convenientemente no horário de almoço.

Um dos soldados ligados à FEB, que ouvira o programa *Auri-verde* durante o serviço, confirma o teor político das transmissões e as táticas de incentivo à

¹ "Detida a locutora brasileira da emissora de Stuttgart", *O Globo*, 13 de junho de 1945, p. 3.

² "Detida a locutora brasileira da emissora de Stuttgart", *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1945, p. 4.

deserção: "Em geral os brasileiros riam da propaganda germânica, às vezes um tanto velada, como as notícias de problemas políticos e escassez de alimentos no Brasil"³.

Como dito na Introdução, a rádio *Auri-verde* se organizava de maneira tal que havia uma parte musical, um noticiário com informações sobre o Brasil e sobre o mundo, e duas vezes na semana um "sketch" final, chamado "conversas no *Café Nice*". É perguntado repetidamente aos envolvidos com o caso da rádio se tomaram parte no *Café Nice* - isso ocorre porque era durante essa seção do programa que se faziam os pronunciamentos "ofensivos ao Brasil", que procuravam "abater o moral da tropa". Uma testemunha que o texto do processo se refere apenas como "graduado"⁴ nos dá mais detalhes sobre:

Que visava criar a inimizade entre os brasileiros e norte americanos e abater o moral da nossa tropa. Entre outras coisas, o depoente se recorda de uma campanha de descrédito levada a efeito pela estação contra nossos chefes militares. [...] E de outros fatos relatados visando trazer a inquietação aos expedicionários, notícia de passeatas de estudantes em São Paulo como protesto contra o envio de tropas brasileiras para a Itália com a intervenção da polícia e espancamento dos manifestantes. [...] Declarou, ainda, que ouviu uma locutora dizer numa das vezes que caso os aliados vencessem a guerra, o que julgava impossível, teriam que educar os brasileiros que eram tão nazistas quanto os alemães"⁵

É útil transcrever, ainda, o depoimento de outro oficial da FEB, sob anonimato, interrogado pela justiça militar:

Que o programa era feito em bom português, empregando os locutores, por vezes, e particularmente na conversa do *Café Nice*, termos usuais da gíria brasileira... Conversa entre três ou quatro pessoas começando por um assunto fortuito e terminando por uma palestra sobre a guerra em que procuravam induzir os expedicionários a crer na inutilidade da vinda dos brasileiros para a guerra, mostrando que a isso eram forçados pelos americanos [...] Que lembra de uma mensagem irradiada por ocasião do Natal, em que mostravam que enquanto os brasileiros aqui estavam lutando, suas famílias na Pátria distante choravam de saudade; que muitos não viram o Natal de 1944 e outros mais ficaram sepultados nas colinas do sul da Itália e nunca mais sentiriam o aconchego de seus lares [...] que eles visavam a desmoralização e o ânimo combativo das tropas.⁶

Esses relatos contribuem com a análise que os expedicionários, ligados à FEB, faziam da rádio *Auri-verde* e de seus objetivos. Estes membros das forças

³ "Detida a locutora brasileira da emissora de Stuttgart", *O Globo*, 13 de junho de 1945, p. 3.

⁴ Podendo ter, portanto, qualquer patente desde soldado até subtenente das Forças Armadas.

⁵ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. *A Justiça Militar na Campanha da Itália*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 546.

⁶ Ibidem.

armadas reafirmam, em uma sucessão de depoimentos, que a rádio e, em especial, o "sketch" de opinião intitulado *Café Nice*, davam notícias falsas sobre a vida no Brasil, caçoavam das relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos da América e demais aliados no conflito da Segunda Guerra Mundial e recorriam à retórica do terror para convencer esses soldados à deserção ao mencionar, por exemplo, o “frio [europeu] para o qual ela [a tropa da FEB] não estava suficientemente equipada” ou os expedicionários feitos prisioneiros pelas forças alemãs.

Com a proximidade do desfecho da guerra e com o avanço das tropas aliadas pela Europa, a pequena cidade de Fino Monaco é alcançada. Em 12 de junho de 1945, Margarida Hirschmann, uma das locutoras vinculadas à rádio, foi capturada e conduzida ao Q.G. da FEB, comandado pelo então general Mascarenhas de Moraes, para um interrogatório. As matérias de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* informam que a mulher havia sido capturada em uma pensão, em Milão, na Itália, junto a seus colaboradores, após a desarticulação da rádio *Auri-verde* pelos alemães, identificada como brasileira e, portanto, levada à cidade do Rio de Janeiro, para ser ouvida pelas autoridades policiais brasileiras e julgada nas instâncias que ao caso coubessem.

O jornal *O Globo* entrevistou, à época, o delegado Joaquim Antunes, da Polícia Política, sobre o caso, que afirmou que a captura de Hirschmann marcou “o início da caçada aos indignos brasileiros que não vacilaram em cooperar com os nossos inimigos nos monstruosos crimes contra a integridade da Pátria, a soldo dos países do Eixo” e caracterizou a captura da locutora como o “resultado de entendimentos havidos entre as várias polícias aliadas”⁷. Acreditava-se que, com a prisão de Hirschmann e dos demais brasileiros que a acompanhavam em transmissão do programa *Auri-verde*, todas as “redes de espionagem e sabotagem que porventura ainda não estivessem desvendadas à época do evento seriam reveladas a partir do caso”, facilitando a prisão dos que ainda estariam “gozando de liberdade”⁸.

A ré é julgada, em um primeiro momento, na sala de audiências da 3ª Auditoria de Guerra da 1ª Região Militar. O juiz-auditor do caso

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

era Ranulfo Bocaiúva Cunha, cuja carreira de destaque inclui ter sido deputado federal pelo Partido Republicano Federal (PRF) em 1924, reeleito em 1927 e novamente em 1930. Seu cargo foi extinto, assim como todos os órgãos legislativos do país, uma vez deflagrada a Revolução daquele ano. Bocaiúva Cunha foi alvo de denúncia por parte do Tribunal Especial Revolucionário devido à sua posição favorável ao reconhecimento de deputados paraibanos⁹. Tornou-se auditor de guerra da 3ª Auditoria da capital federal em 1936, participa do julgamento de Hirschmann em 1946 e, conectado ou não a este evento, torna-se ministro do Superior Tribunal Militar (STM) um mês depois do ocorrido.

O promotor, encarregado da acusação da ré no julgamento em primeira instância, se chamava Paulo Whitaker. Ele sustenta, nesse primeiro momento, a denúncia de que Hirschmann e seus companheiros na rádio *Auri-verde* eram traidores da pátria e pede pela imediata condenação dos réus. O crime de traição à pátria, no Código Penal Militar brasileiro vigente à época dos fatos, estava previsto conforme o seguinte: “Art. 265 – Tomar o nacional armas contra o Brasil ou prestar serviço nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil; - Pena-morte, grau máximo; reclusão, de vinte anos, grau mínimo”. Whitaker, “como brasileiro de sentimentos cristãos”¹⁰, deixava de opinar pela pena máxima, isto é, a pena de morte por meio de fuzilamento, para condenar-lhes ao grau mínimo dos artigos 265 e 269 do Código Penal Militar – ou seja, à pena de 20 anos de reclusão. Após acalorada discussão, Bocaiúva Cunha, juiz-auditor do julgamento em primeira instância, entende que Hirschmann agiu por “coação irresistível” e em “legítimo estado de necessidade”¹¹. Whitaker pede para que o julgamento seja levado a uma instância superior, o Superior Tribunal Militar (STM).

São os documentos referentes ao julgamento no STM que temos acesso, tanto os depoimentos dos réus, quanto depoimentos de testemunhas, argumentações da defesa, da acusação e material referente à atuação da rádio. A análise que começa a seguir diz respeito ao processo-crime Apelação N.14.882, do Superior Tribunal Militar do Rio de Janeiro.

⁹ Fonte: verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) sobre Bocaiúva, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-ranulfo-bocaiuva> acesso em 02/08/2017.

¹⁰ “Absolvidos os locutores brasileiros que, a serviço do nazismo, insultavam a FEB”. *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1946, capa.

¹¹ Ibidem.

Em seu primeiro depoimento à justiça militar, Hirschmann declarou que vivia em São Paulo, onde nascera, e dali se retirou, em 1939, na companhia de seus pais, com destino a Alemanha, trabalhando de 1942 a 1944 em Munique na função de secretária da Casa de Arte Alemã e, posteriormente, em Berlim, como taquígrafa de português na revista Sinal, passando-se depois para a cidade de Stuttgart, ainda como taquígrafa do programa dirigido a Portugal.

Regressando a Munich, encontrou-se com o tenente Anelmann Alma, chefe da redação brasileira da Rádio Vitória, que a convidou a trabalhar como taquígrafa em Fino Mônaco e, ao mesmo tempo, "prestar assistência aos expedicionários brasileiros". Disse, então, que "em face da pressão exercida pelas autoridades alemãs para que trabalhasse a fim de ter direito ao racionamento de viveres e, ainda, pelo desejo que tinha de sair da Alemanha, aceitou o convite que lhe foi feito"¹².

Em meados de dezembro de 1944, Margarida foi para Fino Mônaco. Ela afirma, em seu depoimento oficial à Justiça que, após trabalhar algum tempo como taquígrafa e depois de haver sido submetida a uma prova de voz ao microfone, passou a participar da irradiação do programa *Auri-verde*, dedicado aos expedicionários brasileiros e transmitido diariamente das 13 às 14 horas com programa constante de música, noticiário do Brasil e internacional e duas vezes na semana um "sketch" final - o *Café Nice*.

Perguntada pelo juiz-auditor do processo, Ranulfo Bocaiúva Cunha, quanto tempo atuou como locutora na rádio *Auri-verde*, Margarida confirmou que o fez de janeiro a abril de 1945, quando em 23 de abril os alemães se retiraram depois de inutilizarem as instalações radiofônicas.

Ao ser perguntada se manteve contrato com a Rádio Fino Mônaco, Margarida responde que sim, tendo sido contratada como colaboradora da redação brasileira, recebendo pelo seu trabalho a quantia de oito mil libras mensais. Ao ler o processo-crime e entrar em contato com o seu relato, surge a pergunta do porquê Margarida nunca negou seu envolvimento com a rádio, a partir do momento em que usava, acredita-se, um pseudônimo para "disfarçar" seu vínculo com as irradiações. Acredita-se que tal manobra seja parte da estratégia de defesa de insistir no

¹² Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação nº14882, págs. 43-45

argumento da necessidade, do perigo de vida, e não na negação pura e simplesmente.

Ao ser inquirida sobre quem organizava os programas irradiados, a moça respondeu que essa tarefa inicialmente ficava a cargo do Anelmann Alma, sendo posteriormente substituído por um sargento de nome Kreuzer, ambos militares alemães que viveram no Brasil.

Margarida Hirschmann afirma que não atuava sozinha na rádio. Ao ser interrogada sobre seus companheiros de trabalho, com os quais participava do programa *Auri-verde*, Margarida diz à justiça militar brasileira que um deles se chamava Emilio Baldino, brasileiro, e o outro chamava-se Felicio Mastrangelo, italiano. Além disso, informa à Justiça que Mastrangelo trabalhou mais de vinte anos em rádio no Brasil e que Emilio Baldino era o autor dos “sketches” finais intitulados “conversas no *Café Nice*”. Perguntada se tomou parte nesse “sketch” final alguma vez, Margarida respondeu que não, pois do mesmo participavam apenas homens.

Perguntam, em seguida, qual era o seu nome radiofônico na rádio, tendo em vista que usava um apelido e não o seu nome de batismo. Margarida Hirschmann responde, então, que usava o nome “Iracema”. Ao fim do primeiro interrogatório, como é de praxe, funcionários da justiça militar perguntam à Hirschmann se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem sua inocência. A ré responde que não alega inocência, pois de fato trabalhara na Rádio *Auri-verde*, sediada na cidade de Fino Mônaco, durante os meses de janeiro a abril de 1945, mas que assim o fez “forçada pelas circunstâncias” graças ao “desamparo do Consulado de Portugal em Berlim, que nenhuma assistência deu aos brasileiros que permaneceram na Alemanha” durante o conflito da Segunda Guerra Mundial¹³.

Consta nos autos que Margarida Hirschmann e os demais acusados são reinquiridos dias depois do primeiro interrogatório, e a ré acrescenta ao seu depoimento as informações de que i) a Rádio *Auri-verde* estava sob direção do Governo e do Exército Alemão, e ii) que ela foi obrigada a nela trabalhar. Respondeu, ainda, que o objetivo dos programas irradiados pela Rádio era “exercer uma ação desmoralizante sobre os combatentes brasileiros”¹⁴. Hirschmann é

¹³ Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação nº14882, págs. 43-45

¹⁴ Ibidem, págs. 69-70.

interrogada uma terceira vez, já na reta final de seu processo diante da justiça militar brasileira, e muda parte do depoimento de maneira substancial: a rádio *Auri-verde* não pertencia ao alto comando alemão, mas sim ao governo alemão.

Em 6 de abril de 1946 – aproximadamente um ano, portanto, após o interrogatório ocorrido no âmbito de seu julgamento pela Justiça Militar – Margarida Hirschmann dá uma entrevista extensa à revista *O Cruzeiro*, com texto de David Nasser e fotografias de Jean Manzon. Nela, a locutora nos dá informações pertinentes sobre sua vida até o momento da prisão e contradiz algumas das afirmações dadas à Justiça no ano anterior.

Nascida em São Paulo em 22 de junho de 1920, Margarida estudou na Escola Alemã Olinda, dirigida e sustentada pela colônia alemã em São Paulo e pelo governo alemão. Teve professores alemães e um ensino cujo primeiro idioma era alemão durante toda a sua formação ginasial, o que demonstra alguma conexão com a língua e a cultura alemã¹⁵. Em fins de 1938, afirma que seu pai ficou gravemente doente, tendo sido aconselhado por médicos para fazer tratamento em Munique, na Alemanha, pois de outro modo “não poderiam garantir pela sua vida”¹⁶. O pai, depois de muito hesitar, decidiu partir para a Alemanha levando Margarida e sua esposa em fevereiro de 1939.

Chegando à Alemanha, tiveram notícias da ocupação da então Tchecoslováquia e tomaram consciência, segundo a mesma, da iminência da guerra. Enquanto seu pai foi internado no Sanatório de São José, em Munique, para o restabelecimento de sua saúde, Hirschmann viajou pela Europa e afirma ter tido a impressão de que “todos lá [em visita ao leste europeu] eram nazistas fervorosos e que tinham aderido ao nazismo de livre vontade”¹⁷.

Segundo Hirschmann, em 1 de setembro de 1939, data em que foi invadida a Polônia e declarada guerra à França e à Inglaterra, seu pai imediatamente se movimentou a fim de voltar com a família ao Brasil. No entanto, devido à nacionalidade alemã, já era tarde e não foi possível obter visto de saída. Margarida, à época com 19 anos, não foi autorizada a fazer esta “arriscada viagem” desacompanhada. Além disso, segundo ela, “todo mundo pensava que a guerra terminaria em breve, pois os exércitos alemães avançavam vitoriosos em

¹⁵ “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 12.

¹⁶ “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 12.

¹⁷ Ibidem.

todas as frentes”¹⁸. Decidiram, portanto, esperar o desfecho do conflito em Munique, já que, nas palavras de Hirschmann, “não havia outro remédio”. A jovem se inscreve, assim, na Universidade de Munique, e se dedica ao estudo das ciências e das letras. Acentua, em entrevista, o espírito de camaradagem dos estudantes, mas ressalta o progressivo esvaziamento da Universidade tendo em vista que os jovens alemães eram sucessivamente enviados para combate.

Em 1941, Hirschmann nos informa, ainda durante a entrevista, que é decretada a lei de trabalho obrigatório para as mulheres na Alemanha em condição extraordinária devido ao conflito mundial. Esse é um ponto de inflexão no processo aqui descrito: ao ser interrogada, Hirschmann afirma que fora obrigada, por lei, a trabalhar. No entanto, o procurador encarregado do caso não entende da mesma forma:

Onde, nos autos, há prova de que ela foi forçada a trabalhar? Onde, nos autos, há prova de que o trabalho feminino era obrigatório na Alemanha? Se esse trabalho era obrigatório, por que Margarida não foi forçada a trabalhar de 1939 a 1942? Onde há prova de que ela foi forçada a trabalhar em Munich, Berlim e Stuttgart? Nada disso existe nos autos.

De fato, não há notícias de leis de trabalho obrigatório especificamente feminino na Alemanha nazista. Há, na verdade, iniciativas para o trabalho forçado de imigrantes e o serviço militar obrigatório para homens alemães desde 1935, o que aumentou o contingente de mulheres no mercado de trabalho em território alemão. Kare Hagemenn¹⁹ estima que, em 1944, mais de meio milhão de mulheres serviam como auxiliares nas forças armadas alemãs, especialmente em unidades antiaéreas da força aérea alemã. Cerca de meio milhão de mulheres trabalhou na defesa aérea civil; e aproximadamente 400 mil atuaram como enfermeiras voluntárias. Elas também se dedicaram, durante o conflito, à economia de guerra, especialmente em fazendas e em pequenas lojas familiares.

A maior parte das estudantes, segundo Hirschmann, teve que deixar a Universidade e empregar-se em fábricas de armamentos ou quaisquer outros trabalhos relacionados à guerra, muitas tendo sido incorporadas ao Exército Auxiliar Feminino. Por ser brasileira, Margarida diz não ter sido obrigada a

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ HAGEMANN, Karen. “Mobilizing Women for War: The History, Historiography, and Memory of German Women's War Service in the Two World Wars”. *Journal of Military History*, n. 75, v. 4, 2001. Págs. 1055-1094.

trabalhar imediatamente. No entanto, em princípios de 1942, afirma ter sido convocada pelo diretor de sua Universidade, de nome Dr. Reichel, e informada de que, uma vez conhecida a nacionalidade de seus pais, Hirschmann era considerada alemã pelas novas leis do estado nazista. Foi obrigada, portanto, a renunciar aos estudos e dedicar-se ao trabalho, tendo sido apresentada ao Departamento de Trabalho de Munique.

A política do regime nazista para as mulheres é melhor elucidada por Gordon Williamson. Em seu estudo sobre o Exército Auxiliar Feminino, o autor afirma que a visão estritamente doméstica de Hitler sobre o papel das mulheres alemãs se mostrou insustentável a partir da invasão da Polônia, em 1939. Uma economia em tempo de guerra exigia cada vez mais homens fisicamente aptos no serviço militar em concomitância com a presença de trabalhadores nas fábricas, fazendo com que se expandissem as noções de nacionalidade e atribuindo às mulheres papel fundamental no conflito²⁰.

É possível pensar a construção de uma determinada imagem da mulher e da feminilidade na Alemanha do período a partir, ainda, dos trabalhos de Irene Guenther sobre moda e vestuário no Terceiro Reich²¹. A autora analisa as sucessivas tentativas de se construir uma determinada concepção de feminilidade ideal, por parte do Estado nazista, a partir principalmente do investimento na aparência das mulheres alemãs. Para tal, houve o incentivo a uma indústria de moda europeia controlada pelos nazistas, uma “moda alemã única”, que não dependesse da influência francesa - tida como má influência moral e física às mulheres alemãs - ou da presença judaica. Para Guenther, o papel da moda na construção da imagem feminina e as batalhas ideológicas do vestuário servem como porta de entrada para pensar uma série de questões importantes, como a construção da feminilidade em regimes autoritários, a complexa relação entre as mulheres alemãs e a ditadura nazista, as relações franco-alemãs, o antissemitismo na indústria da moda, as políticas econômicas de autarquia e arianização e as constantes contradições entre ideologia, diretrizes governamentais e realidades

²⁰ WILLIAMSON, Gordon. *World War II German Women's Auxiliary Services*. Oxford: Osprey Publishing, 2003, p. 4.

²¹ GUENTHER, Irene V. *Nazi 'Chic'? German Politics and Women's Fashions, 1915-1945*. *Fashion Theory: The Journal of Dress, Body and Culture* 1, nº. 1, 1997.

cotidianas. A autora afirma que o estudo da imagem feminina no período revela a natureza ambígua do nazismo em sua intersecção entre gênero e cultura.

Não à toa, Margarida é aceita para trabalhar na “Casa de Arte Alemã” (*Deutschen Kunst Museum* à época, atualmente denominado *Haus der Kunst*) sediada em Munique, onde esteve de 1942 a princípios de 1943. Em setembro de 1942, com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, Hirschmann encontrava-se, numa situação “muito difícil, para não dizer fatal”²², segundo a mesma. Esse é o momento em que reitera o que disse diante dos militares e reafirma ter se dirigido ao Consulado Português em Berlim, que até então defendia os interesses de residentes brasileiros na Alemanha, na tentativa de expor sua situação ao Cônsul, o Sr. Visconde do Barreiro, pedindo-lhe auxílio.

Segundo Hirschmann, o diplomata “muito amavelmente” pôs-se à disposição, porém disse-lhe que havia pouco a ser feito, tendo em vista que as leis alemãs a consideravam alemã, apesar de seu passaporte brasileiro. Hirschmann foi aconselhada, portanto, a se apresentar ao Ministério de Exterior alemão, a fim de obter o tão desejado visto de saída.

A ré diz ter se dirigido, então, ao edifício do Ministério do Exterior, onde foi recebida por um funcionário do Ministério de nome Dr. Weidler, com quem conversou por algum tempo. Concluída a conversa, o Dr. Weidler teria dito a Hirschmann:

"Lamento muito não poder ser-lhe útil, pois como a senhora já sabe, pelas nossas leis é considerada alemã, sendo que o seu passaporte só tem valor no Brasil. Além disso dou-lhe ainda um bom conselho: não insista muito nessa nacionalidade brasileira, pois como bem sabe, o Brasil declarou a guerra ao nosso governo e seria muito desagradável para a senhora, se fosse internada num campo de concentração como estrangeira inimiga”²³.

Não temos como comprovar que estas foram as palavras do funcionário do Ministério do Exterior alemão, nem sequer que essa conversa realmente existiu. Ela não consta nos autos ou em qualquer outra fonte que não as criadas pela própria ré. No entanto, não é trivial que esta fala faça parte da versão de Hirschmann da própria história, e que figurou numa das revistas de maior tiragem do período, no contexto de um processo que desde o seu início teve como principal argumento de defesa que a ré estivesse sob “coação irresistível” por parte de soldados alemães,

²² “Deshabillé da espia”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 12.

²³ Ibidem.

como veremos adiante. Constrói-se, assim, aos poucos, a retórica da ameaça, da coação, do perigo latente que viabiliza o crime de traição.

Além disso, Margarida descreve como era viver na Alemanha durante a guerra em mais de uma ocasião:

A vida torna-se um inferno e a maior parte do tempo passava-se em refúgios subterrâneos, úmidos e frios. Também o racionamento de gêneros alimentícios era mais severo, sendo que todo alemão só recebia o que era absolutamente necessário para viver.

Em dezembro do ano de 1944, Hirschmann afirma que fora convocada a viajar a Berlim para servir aos interesses do Ministério de Propaganda do III Reich. Esta convocação teria partido, segundo ela, do Departamento de Trabalho de Munique, onde funcionários a obrigaram a deixar seu emprego na Casa de Arte. De acordo com Hirschmann, ela teria relutado em seguir as ordens, mas no dia seguinte à convocação recebeu em casa uma carta e uma passagem para Berlim, não lhe restando "outra coisa senão obedecer". No Ministério de Propaganda, Hirschmann foi recebida pelo chefe da seção de rádio do Ministério, o Sr. Ruehle-Fecht, que a informou sobre suas futuras atribuições: a jovem ficaria responsável pelas transmissões em português numa rádio alemã que estava sendo montada na Itália, para que se comunicasse com os pracinhas da FEB durante o conflito. Hirschmann não teria aceitado de pronto. Disse a Ruehle-Fecht que era brasileira, portanto se a Alemanha perdesse a guerra provavelmente pagaria com a vida pela colaboração com os alemães durante a guerra. Segundo o relato presente na entrevista, o funcionário do Ministério olhou para ela muito espantado e perguntou como teria a ousadia de duvidar da vitória certa dos alemães. Esclareceu, em seguida, que não adiantava que ela se negasse: "Eles teriam meios suficientes para me obrigar"²⁴. Percebe-se, novamente, diferenças quanto ao interrogatório ao qual foi submetida pela Justiça.

Em documento oficial, referente ao processo-crime ao qual respondeu Hirschmann diante da Justiça Militar, a ré afirma que foi convocada para trabalhar na rádio por Anelmann Alma, antigo conhecido de seu pai e chefe da redação brasileira da Rádio Vitória, de início assumindo a função de taquígrafa na rádio e, ao mesmo tempo, para "prestar assistência aos expedicionários brasileiros"²⁵. O promotor-geral da República, Dr. Valdomiro

²⁴ "Deshabillé da espia", *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 12.

²⁵ Apelação N. 14.882, págs. 43-45

Gomes Ferreira, responsável pela tarefa de acusação quando o processo é julgado no Superior Tribunal Militar, considera o seguinte:

Ela inicialmente declarou que fora convidada a trabalhar na Rádio, atendendo ao apelo do diretor desta, seu velho conhecido do Brasil. Convidada, fez contrato, recebendo oito mil liras mensais. Onde há coação? Ela não disse que foi pelo seu velho conhecido forçada a fazer contato, mas, apenas, convidada. Ora, ser forçada é uma coisa, ser convidada é outra, muito diferente. Procura-se inocentar dizendo que sofreu pressão das autoridades alemãs para que trabalhasse a fim de ter direito ao racionamento de viveres. Tal alegação não procede e não a inocenta. Se para ter direito ao racionamento era necessário trabalhar, continuasse Margarida a trabalhar na revista “Sinal” em Stuttgart, pois recebia igual pelo mesmo serviço e tinha direito ao racionamento. Logo, se ela deixou a loja que ocupava para trabalhar em outro local, não o fez com o intuito de obter racionamento, mas, sim, com o desejo de trabalhar contra a sua pátria, tornando-se colaboracionista²⁶.

Em território italiano, Hirschmann trabalhou entre os anos de 1944 e 1945. Segundo entrevista para *O Cruzeiro*, a ré teria recebido mais ameaças. Em função da proximidade com a Suíça e, sabendo que atravessar a fronteira poderia representar a liberdade para funcionários da rádio, o comandante da estação teria dito, em tom irônico, que se alguém tentasse fugir os familiares residentes na Alemanha seriam encontrados e teriam que pagar por este ato, sendo levados a campos de concentração.

Nada fiz de mais, e se algum, dentre vós, fosse convidado a escolher entre dizer uns nomes de música, no rádio alemão, ou enfrentar um pelotão de fuzilamento, entenderiam bem esta minha dramática situação. Minha culpa é esta: não quis morrer.²⁷

Como mencionado anteriormente, além de Margarida Hirschmann, estavam envolvidos com a rádio *Auri-verde* Emilio Baldino e Felicio Mastrangelo. Em depoimento, Baldino, julgado como civil pela Justiça Militar junto à Hirschmann, afirma que foi preso em 1944 por uma patrulha italiana e entregue às Forças Armadas alemãs. Ele ficou preso por vinte e cinco dias, quando foi convidado pelo mesmo Tenente Anelmann Alma para trabalhar em um programa de rádio “dedicado especialmente aos expedicionários brasileiros”. Baldino teria se negado, a princípio, a participar, mas “quando foi preso pelos alemães, tinha em seu poder 365 francos suíços” que foram cooptados por Anelmann e só seriam devolvidos mediante trabalho, pagando pelo serviço do réu 15.000 liras ao mês. Baldino, “à vista da ameaça de ir para um campo de concentração na Alemanha, resolveu aceitar

²⁶ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 564.

²⁷ “Deshabillé da espia”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 18.

para fazer tradução e cantar”²⁸. Perguntado do que se tratava o programa *Auri-verde*, respondeu que o programa era irradiado diariamente das 13 às 14 horas, compreendia uma parte musical, um noticiário do Brasil e internacional, a leitura de um “comunicado de guerra alemão” e duas vezes por semana um “sketch” final e “literatura brasileira”. Ao ser inquirido sobre seu papel na organização do programa, disse que a organização ficava a cargo do Tenente do Exército Alemão Anelmann Alma mas que todos colaboravam, cabendo a Baldino a parte musical. A tradução do comunicado alemão para o português ficava a cargo de Felicio Mastrangelo.

Perguntam à Baldino quem era o autor dos “sketches” que compunham o *Café Nice*. O réu informou que o conteúdo dos “sketches” ficava a cargo de Alma, concordando com o depoimento dado por Hirschmann. No entanto, Baldino assume que auxiliava nessa tarefa a fim de evitar que “fossem lidos outros “sketches” vindos da Alemanha de propaganda muito forte contra a política inter-aliada e crítica às autoridades brasileiras”²⁹. O que Baldino parece dizer aqui é que, ainda que estivesse envolvido com as irradiações que tinham por objetivo ofender e “abalar o moral” das tropas expedicionárias brasileiras, sua participação teve alguma função patriótica.

Ao ser reinquirido, o auditor do processo perguntou a Baldino se a rádio *Auri-verde* estava sob direção do governo e do exército alemão, pergunta a qual Baldino respondeu que sim, “razão pela qual foi obrigado a nela trabalhar; tanto assim que a direção suprema da emissora cabia a um Tenente da S. S. Alemão”³⁰. Assim como aconteceu com Hirschmann, Baldino é interrogado uma terceira vez na reta final do processo e faz algumas mudanças em relação a seus primeiros depoimentos. Uma dessas mudanças torna-se digna de nota pois diz respeito ao suposto comando da rádio *Auri-verde*: o comando da rádio, afirma Baldino, não estava nas forças armadas alemãs; ele suspeitava que as autoridades alemãs com as quais convivia naquele contexto recebessem ordens do Ministério da Propaganda Alemã, parte integral do governo alemão.

Felicio Mastrangelo exerceu, durante vários anos, funções em estações de rádio brasileiras. A partir de 1940, teria se envolvido com a organização de

²⁸ Apelação N. 14.882, pág. 47-49.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

programas de propaganda política autorizados pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, ativo durante o período do Estado Novo). A partir da entrada do Brasil na guerra, Mastrangelo aceitou convite para deixar o país e foi residir em Roma, na Itália. Uma vez em território italiano, trabalhou na Entidade Radiofônica Italiana, na Divisão de Programas Estrangeiros, como locutor do Ministério de Cultura Popular para a América Latina. Em fins de 1944, foi enviado para a rádio *Auri-verde* para ocupar o cargo de locutor em “um programa dedicado aos expedicionários brasileiros”³¹. Ao ser perguntado quem organizava os programas, respondeu que todos colaboravam, entre eles Emilio Baldino, Margarida Hirschmann e um soldado brasileiro, prisioneiro dos alemães (Antônio Ribeiro da Silva, cujo depoimento debateremos mais adiante). Perguntam a Mastrangelo especificamente sobre o papel de Margarida Hirschmann na rádio, ao qual responde que a locutora foi da Alemanha para a Itália para ser datilógrafa, tornando-se, posteriormente, locutora da parte musical, lendo algumas notícias, principalmente as do Brasil. Ao ser perguntado sobre o objetivo dos programas irradiados pela rádio *Auri-verde*, disse que tinha como função “desmoralizar as tropas brasileiras, exercendo uma ação depressiva no seu moral”. Por fim, ao ser reinquirido quanto ao comando da rádio, afirmou que este ficava por parte do governo e do exército alemão, que “tinham o controle de toda a Itália”³².

Consta nos autos os depoimentos de alguns oficiais ligados à FEB sobre a atuação da rádio *Auri-verde* que convém mencionar, a fim de responder às perguntas: o que, de fato, era essa rádio? O que era o programa *Auri-verde*? De que crimes Margarida Hirschmann estava sendo acusada exatamente? Quais pronunciamentos seus e de seus colegas estavam sendo analisados, qual era o tom desses pronunciamentos e por que isso pareceu tão grave à Justiça militar brasileira? Como citado, o programa *Auri-verde* era irradiado três vezes por dia através da rádio. O primeiro oficial da FEB inquirido, cujo anonimato foi mantido no texto do processo, afirma:

[...] que o programa constava normalmente de música regional brasileira, noticiário de guerra e de um “sketch” final... E no qual se faziam referências desonrosas às relações políticas entre o Brasil e seus aliados e se ridicularizava a atuação das forças brasileiras na Itália; que durante esses “sketches” teve ocasião de ouvir referências como estas: “ser o Brasil um papagaio enjaulado na gaiola de ouro dos

³¹ Apelação N.14.882, págs. 51-53.

³² Ibidem.

Estados Unidos” e “que as forças armadas brasileiras eram ineficientes, faltando espírito de combatividade.”³³

Esse depoimento é interessante para o presente estudo pois ajuda a iluminar uma faceta fundamental para compreendermos o entendimento que a Justiça militar faz dos crimes cometidos pelos locutores que trabalharam na rádio *Auri-verde*: o sentimento antiamericano que as irradiações traziam consigo. Giovana Ferreira de Faria³⁴ afirma que a existência da rádio é uma crítica ao imperialismo norte-americano e que esta procurou afirmar, de maneira agressiva, que as motivações para o Brasil ter se envolvido no conflito não podem ser compreendidas sem levar em consideração a grande influência norte-americana no país, principalmente no tocante à criação e atuação da FEB.

Quanto à estrutura dos programas de rádio, tomamos a transcrição do depoimento de outro oficial:

[...] que o depoente está lembrado que um dos “sketchs” tinha por cenário o *Café Nice*, no Rio de Janeiro, e que os intérpretes, depois de fazerem comentários sobre as últimas notícias do Rio, encaminhavam a conversa para política internacional e notícias de guerra, onde um deles declarava não haver razão para o Brasil estar participando da guerra pois isso era uma imposição dos Estados Unidos e que sabia que a nossa tropa estava passando por grandes sacrifícios principalmente em consequência do frio para o qual ela não estava suficientemente equipada; que no decorrer do “sketch” outro locutor afirmava que as autoridades brasileiras não davam às famílias dos expedicionários nenhuma assistência e que lhe podia citar, entre outros, o fato da esposa de um capitão, cujo nome citou, mas de que o depoente não se recorda, que há três meses não recebia os vencimentos, estando por isso em situação difícil e vexatória, sendo obrigada a se socorrer de amigos e a contemporizar o pagamento de suas dívidas. [...] Depois de dar o nome de cinco ou seis brasileiros feitos prisioneiros, pedia a quem estivesse ouvindo o programa que comunicassem às suas famílias que aqueles homens estavam sob a proteção da Alemanha e, como tal, sendo muito bem tratados, não lhes faltando nada e que os seus companheiros não se preocupassem com a sorte deles, pois o seu tratamento era digno de inveja.³⁵

Um desses prisioneiros de guerra, mencionado pelo oficial da FEB e presente, também, no depoimento que Felício Mastrangelo dá a Justiça, era Antônio Ribeiro da Silva, soldado do Exército brasileiro. Não há muitas informações sobre o que levou à sua captura ou como foi resgatado, mas tivemos

³³ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. *A Justiça Militar na Campanha da Itália*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 545.

³⁴ DE FARIA, Giovanna Ferreira. *A crítica ao imperialismo norte-americano presente em “Rádio Auriverde”*. Anais do VIII Congresso Internacional de História, out/2017.

³⁵ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. *A Justiça Militar na Campanha da Itália*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 545-546.

acesso ao depoimento que deu à Justiça militar brasileira no tocante ao caso Hirschmann. Ele esteve preso em Fino Monaco e conviveu com os locutores da rádio *Auri-verde*:

Perguntado se conheceu na emissora M. H. [Margarida Hirschmann], respondeu que conheceu uma brasileira que dizia chamar-se Iracema que era datilógrafa e, ao mesmo tempo, locutora. Que ela era muito bem quista dos alemães, tendo o depoente ocasião de vê-la por várias vezes de braços com oficiais alemães e até o seu quarto frequentavam; que o depoente foi por ela muito maltratado moralmente [...]. Perguntado se alguma vez assistiu à irradiação de notícias, declarou que sim, e que entre outras de que não se recorda, ouviu certa vez dizerem que os soldados brasileiros vinham combater na Itália pagos pelos americanos, enquanto que suas famílias passavam necessidades no Brasil. Perguntado quem redigia as notícias irradiadas, respondeu que todos, inclusive as tendenciosas ao Brasil vinham da Alemanha, eram traduzidas e depois irradiadas por Margarida, como sabe chamar-se atualmente a locutora Iracema.³⁶

Vemos, aqui, um julgamento moral acerca da conduta de Margarida Hirschmann enquanto esteve vinculada à rádio, fazendo referências à sua sexualidade a fim de demonstrar, com isso, um suposto desvio de caráter. Margarida Hirschmann é acusada de estar “dormindo com o inimigo”. É possível notar, também, a tentativa de combater a afirmação, por parte da ré, de que esta estava trabalhando na rádio *Auri-verde* contra a sua vontade e em estado de necessidade. Os estereótipos de gênero se fazem presentes também ao analisar quais acreditavam ser as motivações de Baldino e Hirschmann para o envolvimento com a rádio e, conseqüentemente, com as forças armadas nazistas: enquanto Baldino se envolveu com uma complexa trama envolvendo dinheiro e dívidas, tendo seu envolvimento recebido contornos econômicos e racionais, levanta-se a possibilidade de Hirschmann ter se relacionado sexualmente ou afetivamente com os soldados nazistas; motivada, portanto, por suas emoções e por paixão.

O procurador-geral da Justiça Militar, Valdomiro Gomes Ferreira, responsável pela acusação da dupla, ao construir sua argumentação, naturalmente se aproveita dessa linha de raciocínio e afirma que:

Margarida, como amplamente ficou apurado, não sofreu coação irresistível de vez que resolveu aceitar um convite para trabalhar mediante paga, junto às forças alemãs. A coação que ela alegou não ficou apurada e nada mais era que uma justificativa que ela ofereceu a fim de se eximir da responsabilidade penal. E o entusiasmo com que se prestou a tão triste papel e a maneira pela qual destratava nosso pracinha, demonstraram a inexistência de coação, coação que ela nunca sofreu de 1939 até fins de 1944. Perigo também ela não teve porque nunca antes, durante o período acima, ela o conhecera. E que perigo existia em quem com a mais absoluta intimidade se confraternizava

³⁶ Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação nº 14.882, págs. 75-78.

com seus inimigos, recebendo-os em seu quarto – como declarou o pracinha Antônio Ribeiro da Silva?³⁷

Em dado momento do processo-crime, há acalorada discussão em torno da tipificação do crime de traição à pátria, graças à incerteza sobre quem estaria por trás da rádio *Auri-verde*. Como dito, o crime de traição à pátria é descrito como o ato de “tomar o nacional armas contra o Brasil ou prestar serviço nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil”. A penalidade, segundo o Código Penal Militar, é a morte, no grau máximo e vinte anos de reclusão em grau mínimo³⁸. A defesa de Margarida Hirschmann e Emilio Baldino, a cargo do advogado Evandro Lins e Silva, apresentou o resultado de uma consulta a autoridades jurídicas de diversas áreas do conhecimento do Direito, tendo sido apresentadas a essas figuras duas questões. Em primeiro lugar, se o fato narrado na denúncia (contra Hirschmann e Baldino) constituía crime de traição segundo o Código Penal Militar. Em segundo lugar, se a circunstância de prisioneiro de guerra importava “coação irresistível”.

Os pareceres, anexados ao processo-crime, concluíram, após longa argumentação, resposta negativa quanto à primeira pergunta e positiva quanto à segunda. Ou seja, para os juristas consultados – nomeadamente o Ministro Bento de Faria, o professor Roberto Lyra e o advogado Itiberê de Moura –, Hirschmann e Baldino não teriam cometido crime de traição à pátria e sua posição, enquanto prisioneiros de guerra, pressupunham coação irresistível para o envolvimento dos réus com a rádio *Auri-verde*. A razão principal pela qual seus crimes não caracterizavam traição à pátria, segundo os juristas, era pelos locutores não terem prestado serviço às *forças armadas* alemãs. A rádio não poderia ser considerada, na opinião desses intelectuais, como parte das forças armadas inimigas³⁹.

O procurador-geral da Justiça Militar Dr. Valdomiro Gomes Ferreira esclarece que a primeira modalidade do crime de traição à pátria é de aplicação prática (pegar ou não pegar em armas contra o Brasil), não restando a ela

³⁷ Ibidem, pág. 79.

³⁸ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 557.

³⁹ Apelação N. 14.882, v.2, pág. 21.

muitas interpretações variantes. No entanto, a segunda modalidade é de fato "aplicável à espécie dos autos":

Que houve a prestação de um serviço, não se contesta mas, não se contestando, contesta-se, porém, que a prestação de serviço houvesse sido nas forças armadas, e, então, adverte-se sobre a significação de às ou nas forças armadas, e mais se opõe que a radiodifusão não era de serviço prestado nas forças armadas inimigas, sendo restrito o conceito de forças armadas, faltando, por isso, ao fato um dos elementos essenciais.⁴⁰

O problema, aqui, é chegar a um acordo acerca da relação existente entre a rádio *Auri-verde* com o governo alemão; um consenso em torno de seu papel ao propagar as táticas de guerra alemãs naquele contexto para, então, definir como enquadrar os locutores envolvidos com a rádio: se estes prestaram ou não serviço às forças armadas de nação em guerra com o Brasil (no caso da Alemanha) e se podiam ser enquadrados ou não no crime de traição à pátria tal como descrito no Código Penal Militar brasileiro, sujeito à pena de vinte anos de prisão à pena máxima de morte.

O procurador Ferreira chama a atenção para o fato de que Hirschmann e Baldino, aconselhados pela defesa, mudaram seus depoimentos ao longo do processo: de início, afirmavam que a rádio *Auri-verde* estava sob comando do Governo e do Exército alemão, ao serem questionados diretamente quanto a isso pela Justiça - razão pela qual foram obrigados, se sentiram coagidos, a trabalharem nela como locutores. Quando o processo estava em sua reta final, os réus mudam parte de seus depoimentos e declaram que atuaram sob comando do Governo alemão, e não do Exército ou das forças armadas alemãs. Ora, essa mudança em seus depoimentos não é trivial se lembrarmos que o crime de traição à pátria é aplicado em casos de prestação de serviço às forças armadas de nação em guerra contra o Brasil.

Ferreira considera a “retratação” por parte de Hirschmann e Baldino “tardia” e “ineficiente”⁴¹. Ele repeliu a argumentação da defesa de que o serviço não foi prestado às forças armadas lançando mão da seção sobre os “Delitos contra a personalidade do Estado” do tratado de Direito Penal

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 558.

italiano, escrito pelo professor Visenzo Manzini, da Universidade de Pádua, que transcrevemos aqui:

Pelo contrário, eles são absolutamente não-combatentes (e, no entanto, com relação a eles, ocorre a segunda e não a primeira hipótese do Artigo 242) aqueles que prestam serviços que não podem expô-los a qualquer ação de combate, como químicos para a preparação de gás, informantes não-militares, vendedores, empregados, indivíduos salvaguardados ou protegidos por salvo-conduto, contratados para serviços especiais, jornalistas autointitulados, jornalistas não-militares e propagandistas. [...] A segunda hipótese é nova no que diz respeito ao código de 1889. No primeiro, o cidadão participa das operações militares do inimigo; no segundo, ele participa de serviços ou de maneira auxiliar ao exército inimigo, como, por exemplo, de serviços químicos e serviços de informação, dos quais a guerra recente destacou a importância particular para a condução de operações militares. [...] Não se deve exagerar a noção de crime em que o indivíduo faz uso efetivo de armas contra o Estado, porque a cooperação é suficiente para a guerra e não para os indivíduos. (tradução nossa)⁴²

Pelos motivos expostos por Manzini, Ferreira afirma que a estação de rádio *Auri-verde*:

[...] era um serviço auxiliar das forças militares alemãs, inimigas; era um serviço auxiliar da atividade bélica do inimigo, dirigido e mantido pelo exército ou pelo governo alemão na Itália, no intuito de prejudicar a eficiência das tropas expedicionárias brasileiras, e de abater-lhes o moral, por meio da difusão de notícias falsas, alarmantes ou depreciativas, constituindo parte complementar das próprias operações de guerra, de efeito indireto, mas potencialmente relevante.⁴³

O auditor afirma, ainda, que as citações de Manzini são pertinentes ao caso pois o artigo 265 do Código Penal Militar brasileiro, que versa sobre o crime de traição à pátria, teve sua fonte histórica no artigo 242, Código Penal Comum Italiano de 1930, que o autor debate ao início da citação aqui referenciada.

O promotor finaliza sua fala ao pedir para que a sentença inicial, aplicada aos réus no julgamento em primeira instância pela 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, seja reformulada: ele pede que os réus sejam condenados à pena máxima do crime de traição à pátria (a pena de morte), e não aos vinte anos de reclusão que pediu inicialmente o promotor Paulo Whitaker⁴⁴.

⁴² MANZINI, Vincenzo. Trattato di Diritto Penale Italiano, vol. IV. Turim: ed. Unione Tipografico. 1961. P. 42-43 apud MANZINI, Vincenzo. Trattato di Diritto Penale Italiano, vol. IV. Turim: ed. Unione Tipografico. 1961. P. 42-43 apud ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 558.

⁴³ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 558.

⁴⁴ Ibidem, pág. 557.

Para formular tal pensamento, Ferreira afirma que Hirschmann e Baldino não só colaboraram com a rádio como datilógrafa e locutores, como produziram conteúdo. Estariam envolvidos, então, em todas as etapas do processo que resultavam nas irradiações pois, nos pronunciamentos ouvidos pela rádio, não esqueciam “a nossa gíria”, nem mesmo “a nossa palavra saudade – tão nossa, tão unicamente nossa, somente pelos brasileiros compreendida e só para estes significativa”. O uso de gírias brasileiras e de palavras que só existem no léxico português revelaram, em seu entendimento, que Hirschmann e Baldino intervinham no conteúdo da rádio, contribuindo em favor do inimigo, e não apenas transmitiam um conteúdo pré-existente. Faz parte da conclusão da procuradoria sobre os réus:

No depoimento de Baldino, há esse trecho doloroso "quando foi preso pelos alemães tinha em seu poder 365 francos suíços e que, reclamando-os ao Tenente Anelmann, este lhe declarou ser impossível devolvê-los e que a única maneira de fazê-lo era pagar-lhe mensalmente 15.000 libras pelo trabalho na Emissora". Judas traiu seu Mestre por muito menos. Baldino traiu sua pátria a fim de conseguir a restituição de 365 francos suíços! Que cada um desses francos suíços venha, cada um deles, em cada um dos dias de cada ano, recordar o preço de sua infâmia. (...) De tudo, com relação a Margarida Hirschmann, se conclui ter ela agido dolosa, consciente e impatrioticamente. A condenação da Ré se impõe como uma satisfação ao sangue derramado pelos nossos patrícios que, em vida, já a condenaram não admitindo os seus convites e as suas frases de sereia loura do Reno. Justiça é o que pede o Ministério Público, justiça perante a lei e as provas dos autos.⁴⁵

O parecer final do STM entende que os trabalhos anteriores de Hirschmann, enquanto funcionária da Casa de Arte alemã e como taquígrafa de português na revista Sinal, eram trabalhos "condizentes com o seu sexo, a sua educação e sua cultura, exercidos em lugares diferentes, trabalhos obrigatórios mas de livre escolha"⁴⁶. E que, ao optar por dedicar-se ao ofício de locutora na rádio *Auri-verde*, demonstrou preferência a este tipo de atividade "quando podia recusá-lo já que trabalho não lhe faltava a sua escolha", consultando, assim, a nada além de seus interesses específicos. A atividade foi exercida, segundo entendimento dos juízes, mediante "livre aceitação"⁴⁷ para atuar na estação de rádio cujos pronunciamentos

⁴⁵ Ibidem, 569-573.

⁴⁶ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 574.

⁴⁷ Ibidem, pág. 575.

se destinavam aos expedicionários brasileiros, revelando, portanto, que não havia, segundo a Justiça militar, coação ou estado de necessidade.

Resolveu, ainda, o Tribunal, dar provimento à apelação para reformar a sentença apelada. No entanto, o Tribunal não optou por condenar Hirschmann e Baldino à morte, como pediu de início o procurador Dr. Valdomiro Gomes Ferreira, mas reformulou a sentença anterior (da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, absolutória) a fim de condenar ambos os réus a 20 anos de reclusão *ex-vi* do artigo 265 do Código Penal Militar brasileiro.

Em 3 de dezembro de 1946, portanto, a 3ª Auditoria de Guerra solicitou à Polícia Civil brasileira o aprisionamento de Margarida Hirschmann e Emílio Baldino, condenados a 20 anos de prisão pelo Superior Tribunal Militar⁴⁸ por quatro votos a três. A primeira notícia que trata de sua absolvição tem como título “A linda espiã foi condenada”⁴⁹.

⁴⁸ “Mais uma vitória da democracia: a condenação dos traidores nazistas”. *Tribuna Popular*, 5 de dezembro de 1946, p. 3.

⁴⁹ “A linda espiã foi condenada”. *A Noite*, 17 de janeiro de 1948, p. 2.

3. A construção da “Sereia do Reno”

O presente capítulo procura investigar de que forma os principais veículos de imprensa à época dos acontecimentos fizeram uso de estereótipos de gênero ao tratar do caso Hirschmann. Opiniões acerca de sua aparência física e conjecturas sobre sua sexualidade estavam presentes tanto nas matérias de jornais e revistas da época em torno de seu caso quanto no discurso proferido pela Justiça militar quando de seu julgamento – a forma como essas percepções em torno da personagem ressoam entre imprensa e Justiça será o objeto principal de análise deste capítulo. Os veículos de imprensa, no geral, se afastam da percepção de que Hirschmann seria uma vítima das circunstâncias, e apostam na possibilidade da ré ter agido de caso pensado - sendo, portanto, uma espiã brasileira a serviço do Eixo. Isso gera, ao mesmo tempo, condenação por seus atos e fascínio pela personagem.

Em dado momento do processo, como vimos, cogita-se a pena de morte de Hirschmann por fuzilamento, pena máxima prevista no Código Penal Militar para o crime de traição à Pátria. É relevante, portanto, refletir um pouco acerca da real possibilidade de condenar alguém à pena de morte no Brasil. De fato, no texto do Código Penal comum, vigente desde 1940, a pena de morte não consta em seu rol de apenamentos possíveis. A Constituição em voga desde 1988 também não a aceita, exceto em caso de guerra declarada.

A menção ao “caso de guerra declarada” não é trivial. Nesta situação, o julgamento é feito pela Justiça Militar e, no Código Penal Militar, a pena de morte é uma das penas principais, ao lado das penas de reclusão, detenção, prisão, impedimento, suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e reforma (art. 55). Este tipo de condenação deve ser colocado em prática através do método de fuzilamento, em que o réu tem o direito a venda nos olhos e ao “socorro espiritual” antes do ato. A sentença definitiva deve ser comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de sete dias após a comunicação presidencial. A única exceção é se a pena é imposta em zona de operações de guerra, podendo, então, ser executada em caráter imediato, quando for de interesse da ordem e da disciplina militares.

A comunicação ao Presidente da República é em razão da competência privativa do mesmo, nos termos do art. 84, XII da atual Constituição: “conceder

indulto e comutar penas [...]”. Sendo assim, durante estes sete dias em que se espera pela resposta presidencial, o Presidente da República poderá conceder indulto ou comutar a pena do condenado. O caso de Hirschmann não chega tão longe, como mencionado; no entanto, é importante compreender a gravidade deste tipo de condenação e ter em mente que, em contexto de guerra contra um inimigo declarado do Estado, condenar alguém à morte por fuzilamento ainda é uma manobra possível e amparada pela legislação brasileira.

O Superior Tribunal Militar, órgão responsável por julgar e condenar Margarida Hirschmann pelos crimes que cometeu na Itália contra a FEB, tem uma longa e intrincada relação com a política brasileira que data desde 1808, onde destacam-se algumas mudanças pertinentes para a presente análise. O órgão foi criado pelo então príncipe regente de Portugal, Dom João, sob o nome de “Conselho Superior Militar” e, segundo Jorge Zaverucha e Hugo Cavalcanti Melo Filho, “exercia funções administrativas e judiciárias, julgando, em última instância, os processos criminais dos réus sujeitos ao foro militar”¹. Até 1893, a presidência do Conselho Superior Militar era exercida pelo chefe de Estado; tendo ficado a cargo, portanto, do regente Dom João VI, os imperadores Pedro I e Pedro II, e os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto em seus primeiros anos de funcionamento. A partir daquele ano, o Conselho Superior passou a se chamar Superior Tribunal Militar (Decreto Legislativo n. 149) e tinha exatamente as mesmas competências. No entanto, não é trivial a mudança em sua composição: o STM deveria ser composto de militares e juristas, e presidido pelo general de maior patente que dele fizesse parte.

A Constituição de 1934 atribuiu ao STM o *status* de órgão parte do Poder Judiciário, destituindo-o de sua competência puramente administrativa e atribuindo-lhe função jurisdicional. No entanto, sua estrutura e funcionamento ainda era “infraconstitucional”; ou seja, estava hierarquicamente abaixo da Constituição Federal, e assim permaneceu até os anos que envolvem os acontecimentos do presente trabalho.

No entanto, no contexto do envolvimento brasileiro com a Guerra Mundial corrente na Europa na década de 40, o Conselho Superior de Justiça Militar

¹ ZAVERUCHA, Jorge; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. Superior Tribunal Militar: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Revista Dados, vol.47, no.4. Ano: 2004.

funcionou no teatro de operações da Itália de julho a dezembro de 1944, quando teve sua sede transferida para o Brasil, e se responsabilizava pela deliberação acerca dos crimes cometidos durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira. Segundo o Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB durante todos os anos de seu funcionamento, a FEB teve na Justiça Militar um dos pontos altos de sua organização: “Os juízes, os promotores e os advogados que a serviram demonstraram, moral e intelectualmente, que estavam à altura da missão recebida. Basta ver como [estes] acusavam, como defendiam e como julgavam”².

Em 13 de julho de 1946, acontece o primeiro julgamento de Margarida Hirschmann e Emilio Baldino, sujeito a 3ª Auditoria da 1ª Região Militar e aberto à imprensa, acompanhado e relatado em minúcia pelo *Diário de Notícias* publicado no dia seguinte³. A manchete “Absolvidos os locutores brasileiros que, à serviço do nazismo, insultavam a FEB” é capa da segunda seção do jornal.

É possível inferir, a partir das fontes impressas de modo geral e, mais especificamente, a partir do texto da matéria do *Diário de Notícias* aqui analisado, o quanto de repercussão o caso de Hirschmann gerou. A redação do Diário afirma, ao acompanhar o dia do julgamento, que desde cedo notava-se, pelos corredores do edifício do Superior Tribunal Militar do Rio de Janeiro, grande número de pessoas desejosas de assistirem ao “julgamento dos traidores, como que repetindo o interesse despertado pela chegada dos mesmos” à cidade do Rio. Além disso, reiteram que o julgamento fora aguardado desde muito com grande interesse “nos meios militares e forenses”. Acompanharam o desenrolar do evento que começara às 10h30 de um sábado advogados, jornalistas, cinegrafistas e estudantes; o jornal destaca o numeroso “elemento feminino” presente, além de parentes dos réus. O jornal *A Manhã*, ao olhar para o mesmo evento, afirma que Hirschmann e Baldino chegaram confiantes e sorridentes ao tribunal. Hirschmann tinha um riso “superior, frequente, nada expansivo”⁴.

Quando não está relacionado à Hirschmann, há um enorme silêncio por parte das fontes impressas sobre Emilio Baldino, de forma que pouco se sabe sobre

²ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 18.

³ “Absolvidos os locutores brasileiros que, à serviço do nazismo, insultavam a FEB”. *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1946.

⁴ Ibidem, pág. 02.

ele. Os documentos recebidos pelo STM também param de tratar de Baldino em meados de 1946, pois o locutor foge do país e torna-se um réu foragido, impedindo, então, o andamento do processo em seu nome. Toda a informação referente à vida de Baldino e sua participação na rádio são aquelas contidas no capítulo primeiro. Nem mesmo a sua fuga aparece nas páginas de jornais para além de notas de rodapé. É interessante destacar as colorações de gênero imbuídas no caso dos locutores da *Auri-verde*, em que uma das rés gera absoluto fascínio pela imprensa, como veremos a seguir, à medida em que a imagem do outro é totalmente ofuscada e nem a sua fuga é noticiada pelos jornais. As únicas fotos de Baldino disponíveis mostram-no cobrindo o rosto no julgamento em primeira instância, num ato de demonstração de vergonha (imagem 3).



Figura 2: "Os espões fotografados, ontem, na sala do Supremo Tribunal Militar, durante o julgamento. Emilio Baldino, tentando fugir à objetiva, esconde o rosto com as mãos. M.H., entretanto, não criou obstáculos ao fotógrafo." *Diário de Notícias*, 14/07/1946

A libertação de Margarida Hirschmann e Emilio Baldino nesse julgamento, narrada no capítulo 1, como era de se esperar, causa certa comoção popular e acende os mais profundos sentimentos de injustiça. O jornal *Tribuna Popular* publica, em 13 de julho de 1946⁵, dia do julgamento dos réus, coluna de nome "Suavidade com os nazistas", em que revela achar legítimo que fiquem aturdidos todos aqueles e aquelas que porventura lerem os depoimentos prestados à 3ª Auditoria da 1ª Região Militar. Os depoimentos, segundo o jornal, revelam enorme suavidade para com os "colaboradores radiofônicos de Hitler". O *Tribuna* compara o caso com o da prisão preventiva de líderes de trabalhadores da empresa *Light*, vítimas de espancamentos e torturas, apontados como criminosos por terem recorrido ao direito à greve mais

⁵ "Suavidade com os nazistas". *Tribuna Popular*, 13 de julho de 1946, p. 3.

cedo naquele ano, afirmando que estas prisões são de caráter "verdadeiramente fascistas" e ressaltam o alarmante contraste no trato dos dois casos. Ao fim da matéria, o *Tribuna Popular* afirma que as autoridades envolvidas no caso são coerentes em seu ódio à democracia, mas a "suavidade com os nazistas não passará sem protestos". De fato, não são poucas as reações enérgicas ao resultado do veredicto, noticiadas principalmente por jornais destinados à classe trabalhadora, como a *Tribuna Popular* e a *Voz Operária*, e também por jornais de humor, como é o caso de *A Manhã* que, ao simular uma entrevista com Margarida Hirschmann, satiriza:

É claro que estou contente por me achar em liberdade, mas isto não significa que eu estivesse muito triste na prisão, onde era tratada à vela de libra. Aliás, a prisão para os fascistas de alto coturno é uma espécie de retiro espiritual, onde gozam de todas as regalias. A cama é dura para os trabalhadores que querem fazer greve ou que reclamam aumento de salário. Esses, sim, são os que comem da banda podre.⁶

Uma extensa matéria da revista *O Cruzeiro*, que data de 6 de abril de 1946, feita dentro da Penitenciária de Mulheres do Rio de Janeiro onde Hirschmann aguardava julgamento, com texto de David Nasser e Jean Manzon, afirma que:

A acusação que pesa contra a jovem mulher presa na Itália pelas tropas brasileiras de ocupação é a de atuar em programas de rádio da emissora alemã que procuravam desmoralizar o ardor combativo da Força Expedicionária Brasileira. Contudo, Margarida não está, nem esteve jamais, sob suspeita de atividade no serviço secreto alemão, não se justificando, portanto, o título de "A Bela Espiã" que lhe deu a imprensa.⁷

O apanhado de fontes impressas nos mostra que não só "A Bela Espiã" como "Sereia do Reno" foram termos frequentemente utilizados pela imprensa para caracterizar a ré ao acompanharem seu caso⁸. Ademais, Hirschmann foi descrita pelos oficiais do 4º Corpo, responsáveis por sua prisão, como uma mulher "de boa aparência, loura, 1,72m de altura, 60kg"⁹. A questão de sua "boa aparência" é recorrente, sobre a qual versam diversos atores que se ocupam de seu caso, e serve como um marcador de diferença entre Margarida e outras presas do período.

⁶ "Com os móveis no seguro... arriscamos uma entrevista com a speaker-espiã Margarida Hirschmann". *A Manhã: órgão de ataques... de riso!*, 18 de julho de 1946, capa.

⁷ "Deshabillé da espiã". *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 10.

⁸ Entre os apelidos, destacam-se "Sereia do Reno" em *A Manhã*, 17 de janeiro de 1948, capa; *Diário da Noite*, 12 de agosto de 1948, p. 6; *Diário da Noite*, 10 de setembro de 1948, p. 5. "A Bela Espiã" em *Diário da Noite*, 20 de agosto de 1948, p. 24, além de "linda loura" em *Diário da Noite*, 10 de setembro de 1948, entre muitos outros.

⁹ *A Manhã*, 13 de junho de 1945, p. 7.

Afirma-se que Hirschmann passa, portanto, por um intenso processo de objetificação baseado em sua aparência física durante todos os momentos de seu processo, desde a captura à sua vida na prisão. O vocabulário frequente ao tratar do caso nos dá dicas sobre os problemas de gênero e os sistemas de poder acionados no trato de mulheres criminosas e é elemento fundamental da construção desta personagem em específico.

Esse tratamento objetificante, que dá atenção destacada à aparência física da ré, não está presente apenas nos veículos de imprensa, mas ressoa, também, nos debates em torno do caso na Justiça militar, como mencionado anteriormente. A própria alcunha de "Sereia do Reno" está presente nos autos do processo, em documentos oficiais analisados no Capítulo 1, em que se lê:

A condenação da Ré se impõe como uma satisfação ao sangue derramado pelos nossos patrícios que, em vida, já a condenaram **não admitindo os seus convites e as suas frases de sereia loura do Reno**. Justiça é o que pede o Ministério Público, justiça perante a lei e as provas dos autos.¹⁰ [grifo meu]

É interessante tomar um momento de reflexão para pensar na própria figura da sereia, usada por ambas imprensa e Justiça. A sereia é o ser mítico belo, sedutor e, em última instância, mortal. É a criatura metade peixe, metade mulher que, frequentemente nua, incita os marinheiros com o seu canto e os carrega para a morte no fundo do mar. À época, a imprensa brasileira, com respaldo dos juristas encarregados do caso, encarou a "espiã" como esse ser belo e sedutor, traiçoeiro e mortal.

Um segundo julgamento ocorre em dezembro daquele ano, em 1946, pelo Superior Tribunal Militar. Ao contrário do julgamento em primeira instância, que libertou os réus, esse tem como desfecho a condenação dos réus a 20 anos de reclusão. Ao serem informados sobre o resultado desse segundo julgamento, os jornais não se furtam a emitir opiniões: o mesmo *Tribuna Popular*¹¹, crítico ao parecer favorável em primeira instância, considera a condenação afinal dos "traidores" como prova de que o Exército brasileiro é, em sua maioria, "democrático e composto de patriotas"; os que não o são, são caracterizados pelo jornal como "instrumentos de manejo do grupo fascista ainda enquistado no poder a fim de

¹⁰ ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958, pág. 569-573.

¹¹ "Mais uma vitória da democracia: a condenação dos traidores nazistas". *Tribuna Popular*, 5 de dezembro de 1946, p. 3.

incompatibilizar o nosso glorioso Exército com os trabalhadores". Considera, portanto, em matéria de nome "Mais uma vitória da democracia: a condenação dos traidores nazistas", a decisão da 3ª Auditoria de Guerra "eminentemente justa e patriótica", representando "mais uma vitória da democracia em nossa Pátria e mais uma derrota dos fascistas desesperados que não querem se convencer de que a História anda sempre pra frente"¹².

O advogado de defesa de Margarida Hirschmann durante todo o caso, o dr. Evandro Lins e Silva, pede pelo indulto por seus crimes pelo menos quatro vezes entre o momento de sua prisão e o desfecho final do processo. Em notícia de 20 de agosto, o jornal *Diário da Noite*¹³ revela a instabilidade do processo diante da quarta tentativa de perdão. Os indultos eram proporcionados à época, em caso afirmativo, pelo Conselho Penitenciário. Um dos conselheiros, de nome Roberto Lyra, pediu vistas do processo antes de emitir seu voto e juntar-se aos quatro outros conselheiros que negaram o indulto no caso de Hirschmann. O pedido, por parte do conselheiro, e consequente adiamento do julgamento final dava "esperança à pretensão de Margarida Hirschmann de voltar à liberdade". O jornal decide consultar, diante de tal possibilidade de liberdade, o público, convidando o leitor a responder a seguinte pergunta: "Você acha justo ou não que o Conselho Penitenciário opine pelo indulto de Margarida Hirschmann, a bela espiã nazista já condenada em duas instâncias de nossa justiça?". Suas respostas chamam a atenção e nos permite ter alguma dimensão da opinião pública sobre o tema. De um lado, temos Silvio Cotrim Junqueira, de 29 anos, casado, suplente de vereador, que responde: "Está certo que se indulte. Contudo, só devemos começar a pensar nisso depois que não houvesse mais vítimas brasileiras a reclamar justiça pelos danos que a agressão nazista causou". De outro, Acir Rodrigues, de 32 anos, casado, advogado, opina: "O fascismo foi o crime oficializado dirigido contra o mundo. Todas as consciências honestas o repudiaram e condenaram. Como então, pensar em perdão para os seus agentes quando ainda é tão viva a lembrança das barbaridades praticadas?"¹⁴. A opinião do primeiro leitor citado, Silvio, consta no jornal como a única opinião "a favor" do indulto. Ainda assim, favorece a liberdade de Hirschmann com sérias ressalvas, fazendo-nos pensar qual exatamente era a

¹² Ibidem.

¹³ "Dê o seu palpite". *Diário da Noite*, 20 de agosto de 1948, p. 24.

¹⁴ "Dê o seu palpite". *Diário da Noite*, 20 de agosto de 1948, p. 24.

porcentagem de pessoas, à época do debate sobre o caso, que realmente defendia a liberdade da ré.

O arquivo do Superior Tribunal Militar, que nos deu os detalhes do processo analisados no primeiro capítulo deste trabalho, incluiu, nos autos, o recorte de uma coluna em jornal escrita pelo famoso cronista Rubem Braga, onde retoma o caso e sai em favor de Hirschmann. Segundo o autor, ele teria ouvido o programa do qual Hirschmann fazia parte inúmeras vezes enquanto estivera a serviço na Europa, e não identificou nenhum conteúdo ofensivo em meio às irradiações. Afirma categoricamente que o programa *Auri-verde* não teve "nenhuma influência sobre o moral das tropas brasileiras", e que "mais valeria lembrar que tínhamos nazistas por toda parte", na administração, na imprensa, nas formas armadas, e de que não faz sentido "descarregar toda a culpa dessas misérias sobre uma cabeça de mulher"¹⁵.

O jornal *A Noite*, em matéria de 17 de janeiro de 1948¹⁶, além de referir-se a Hirschmann como "linda espiã", assume o caráter "romanesco e sensacional" do caso em função da "figura elegante, moça e bonita" da ré. O jornal *A Manhã* se refere a ela como "a espiã ainda loura e outrora sedutora", cuja história "empolgou a opinião pública do país"¹⁷. O *Jornal do Brasil* de 12 de setembro de 1948 se pergunta, após a condenação, se Hirschmann acreditou que os juízes brasileiros ficariam "deslumbrados com suas linhas e a mandariam em paz gozar a vida e deliciar-se com a nossa hospitalidade", afirmando, ainda, que a ré confiava muito em seus "dotes físicos".

A capacidade de sedução de Hirschmann, apoiada em sua aparência e "dotes físicos" também é pauta das deliberações dos juristas encarregados de seu caso, como vimos, a partir do depoimento de um informante que esteve presente na rádio *Auri-verde* e afirma que soldados das forças armadas nazistas andavam de "braços dados" com a ré e "frequentavam seu quarto".

Esse julgamento moral em torno da sexualidade feminina pode ser melhor compreendido se nos apoiarmos nos escritos de Sueann Caulfield. Em "Em defesa da honra", a autora nos ajuda a recuperar a recorrência, ao longo da história brasileira, desse tipo de prática, e afirma que proeminentes intelectuais e

¹⁵ Arquivo do Superior Tribunal Militar. Apelação nº14.882.

¹⁶ *A Noite*, 17 de janeiro de 1948, capa.

¹⁷ *A Manhã*, 17 de janeiro de 1948, capa.

autoridades públicas do começo do século XX consideravam a defesa da honra sexual feminina um componente fundamental para a missão civilizatória desde a criação do Estado republicano¹⁸.

Esse sentimento de tutela diante da sexualidade feminina procura transformar em público o que pertenceria à esfera do pessoal. É tendo isso em mente que conseguimos compreender o porquê de informações em torno da vida sexual de Hirschmann, que segundo os autos do processo tinha seu quarto frequentado por soldados nazistas, é debatido no âmbito de seu julgamento e é tido como ponto importante para a revisão de sua pena e consequente condenação. No processo de modernização do país, afirma Caulfield, a honra sexual feminina atua como a base da família, e esta, a base de toda a nação brasileira. Há a percepção de que sem a força moralizadora em torno da sexualidade feminina, sem essa tutela por parte do Estado, a modernização causaria a dissolução da família e um aumento brutal da criminalidade e o caos social – justificando, portanto, a intervenção do Estado nesses assuntos. Com a consolidação de Getúlio Vargas no poder, há um esforço de zelar pela moral pública e pelos valores da família, vinculando-os explicitamente à honra nacional.

Ao tratar da "publicização" do que é privado, convém recuperar o trabalho de Roberto da Matta sobre as diferenças socioculturais entre o espaço da casa e o espaço da rua¹⁹. A casa diz respeito ao espaço privado, onde rege a ordem e a hierarquia social baseada em sexo e em idade. A rua, por outro lado, é o espaço público, do caos e da desordem, da não-proteção da honra, da falta de moral, do anonimato e dos muitos perigos, inclusive físicos. A função crucial do patriarca, do homem da casa, segundo Caulfield em seu esforço de análise do livro de Da Matta, é impedir a invasão da casa por parte dos homens da rua – simbolizada especialmente por intrusões sexuais com as mulheres "da casa" ou "da família". Essas fronteiras, entre a casa e a rua, não são sempre fixas e indissolúveis, mas ferramentas úteis para compreender certas dinâmicas de funcionamento da sociedade na qual o caso de Margarida Hirschmann se concretizou.

¹⁸ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, pág. 25.

¹⁹ DA MATTA, Roberto. A casa & a rua. 5a edição. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

É possível nos apropriarmos das categorias de "casa" e "rua" tais como são descritas por Da Matta, portanto, para melhor entender o caso de Hirschmann. Durante seu julgamento, as percepções da Justiça em torno da ré passam por um duplo movimento: os argumentos de que estaria sob "coação irresistível" e ameaça de vida frente aos "super-homens nazistas", que serve de justificativa para os crimes que alegadamente cometera, tentam enquadrar Hirschmann na categoria da "boa mulher", da "mulher direita", honrosa, "da casa", que não teve escolha a não ser agir de determinada forma frente às circunstâncias. Sendo assim, é papel da Justiça militar brasileira, como do patriarca, impedir a invasão dessa mulher, cuja honra pode ser estendida à toda nação, pelos homens da rua, pelo inimigo externo, representado, aqui, pelo soldado nazista, pelo adversário na guerra. Não à toa, ao levantar-se suspeitas sobre atividades sexuais vistas como imorais por parte da ré, o discurso em torno dessa personagem se desloca: ela se afasta da figura doce e inocente e aproxima-se da figura traiçoeira da Sereia do Reno e de Mata Hari – e o julgamento moral de sua sexualidade converte-se em sua condenação perante a Justiça militar.

A referência à personagem Mata Hari, apelido da dançarina Margaretha Geertruida Zelle, natural dos Países Baixos, acusada e condenada à morte na França por espionagem durante a Primeira Guerra Mundial é frequente, em especial na matéria de *O Cruzeiro* de 1946²⁰ citada anteriormente. Na reportagem, vemos uma foto dos olhos de Hirschmann (imagem 2) e a legenda: "Estes olhos, que pareciam ser os de Mata Hari, pertencem à Margarida Hirschmann. Simples repórteres não podem julgar sua inocência ou culpabilidade. Dentro em breve o tribunal designará o destino dela"²¹.

²⁰ "Deshabillé da espiã", *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 9.

²¹ Ibidem.



Figura 3: : "Estes olhos que pareciam ser os de Mata Hari pertencem a Margarida Hirschmann. Simples repórteres não podem julgar sua inocência ou culpabilidade. Dentro em breve o Tribunal designará o destino dela." *O Cruzeiro*, 6/04/1946

Alega-se que Mata Hari, além de dançarina e espiã, era cortesã e teria dormido com vários militares e políticos franceses e alemães. Tornou-se, principalmente a partir do ano de 1931, após lançamento do filme *Mata Hari* de George Fitzmaurice e estrelado por Greta Garbo, símbolo da ousadia e do poder da sexualidade feminina. Ana Paula Spini e Carla Barros, ao analisar o filme e, mais amplamente o fenômeno Mata Hari, afirmam que a construção da personagem esteve em diálogo com a categoria de *femme fatale*, esta heroína martirizada que, ao ser vista, engendra sentidos e desejos diversos por parte da população feminina, inclusive os de autonomia, independência e poder²². Major Thomas Coulson, responsável pela biografia norte-americana da cortesã que pretende “desvendar” o que há de real em sua história, tirando de Mata Hari sua “aura de mártir”, afirma que desde sua morte, sua história fascinante como espiã, dançarina, cortesã e “sacerdotisa de um culto de amor lascivo, com toda a sua riqueza de dramas, romance e horrível tragédia”²³ esteve submetida a uma literatura altamente imaginativa, que alimenta o mito e obscurece a realidade. Pat Shipman²⁴ faz o caminho contrário ao desses trabalhos: ao invés de analisar o contexto em que Mata Hari viveu para, então, compreender sua fama, a autora recorre a fontes produzidas pela própria Mata Hari a fim de reconstruir sua trajetória e vislumbrar que aspectos da sociedade da virada do século estão presentes na atuação dessa

²² SPINI, Ana Paula; BARROS, Carla Miucci Ferraresi. Star system, sexualidade e subjetivações femininas no cinema de Hollywood (1931-1934). Minas Gerais, Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 17, n. 30, jan-jun. 2015, p. 21.

²³ COULSON, Major Thomas. Mata Hari: cortesã e espiã. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 6.

²⁴ SHIPMAN, Pat. Mata Hari: espiã, vítima, mito. Barcelona: Ed. Edhasa Biografía, 2011.

figura enigmática. Afirma, por exemplo, que Mata Hari não tinha apreço pela verdade: um feito real parecia, a ela, tão importante quanto o que é criado. Ela mesmo foi, segundo a autora, uma criação do início ao fim da vida; uma personagem na obra que reescrevia continuamente.

Acusada de espionagem, Mata Hari é morta por fuzilamento por tropas francesas em 1917 e sua cabeça é transformada em artigo de museu. O Instituto de Anatomia de Paris exibia a cabeça de Mata Hari até o ano de 1958, quando ela é supostamente roubada por um admirador. A história do roubo de sua cabeça, por um admirador, quarenta anos após sua morte é ilustrativa do fascínio que marcou a trajetória de Mata Hari.

Sueann Caulfiend, em trabalho posterior escrito em conjunto com a historiadora Cristiana Schettini, reitera que, durante o Estado Novo, o patriarcalismo e a sexualidade racializada formaram o núcleo das construções em torno da história e da identidade nacionais²⁵. Hirschmann é uma mulher lida socialmente como bonita, acusada de crimes de espionagem e comparada pela redação de *O Cruzeiro* à Mata Hari. É possível entender, a partir dos trabalhos de Spini e Barros, a personagem Mata Hari como um potente ícone cultural e símbolo da ousadia e sexualidade feminina. Para as autoras, o fascínio por essa figura está em retratar “a mulher ambígua, empoderada por todos que a olham, podendo suscitar tanto o desejo de inúmeras e diferentes mulheres por outros modelos de comportamento feminino, quanto reconhecida como vítima de homens obcecados e fragilizada quando encontra o amor”²⁶. É necessário analisar, portanto, o momento de construção da categoria “mulher” que possibilitou a transformação de Margarida, a partir da comparação com Mata Hari, em objeto de fascínio.

Para além da referência à Mata Hari, recorrem, também, à personagem grega Phrinéia. O autor do texto da matéria de *O Cruzeiro*, David Nasser, após se referir às fotos de sua própria reportagem como “sensacionais”, alerta que haverá um pouco de *sex-appeal* ao longo da matéria - para ele, isto não seria culpa de Margarida, que tem pavor de parecer “uma nova Phrinéia”. A musa grega teria

²⁵ CAULFIELD, Sueann; SCHETTINI, Cristiana. “Gender and Sexuality in Brazil since Independence” in: *The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, ed. William Beezley. New York: Oxford University Press, 2017.

²⁶ SPINI, Ana Paula; BARROS, Carla Miucci Ferraresi. Star system, sexualidade e subjetivações femininas no cinema de Hollywood (1931-1934). Minas Gerais, *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 17, n. 30, jan-jun. 2015, p. 22.

vivido em Atenas por volta de 400 a.C. e serviu de inspiração para quadros, esculturas e inúmeras obras de arte. Phrinéia era uma “hetaira”, como eram conhecidas as prostitutas e acompanhantes do período, e ficou conhecida por sua extraordinária beleza e prestígio em uma sociedade de pouca participação ativa e pública de mulheres. Além disso, Phrinéia foi acusada de profanar um rito religioso, e durante seu julgamento, ao perceber que o veredito seria desfavorável, é dito que o orador responsável por sua defesa teria rasgado suas roupas, exibindo seu corpo nu e conseguindo, assim, que os juízes a absolvessem.²⁷ A mudança de veredito não diria respeito apenas à fascinação daqueles homens com a beleza de Phrinéia, mas também à crença de que o belo, à época, estava intimamente ligado ao que é bom, ao divino; algo tão bonito, para a sociedade grega antiga, não era digno de condenação; era, por outro lado, sinal da intervenção dos deuses.

Há paralelos, também, entre o caso de Margarida Hirschmann e o da Rosa de Tóquio a partir da reportagem de Nasser e Manzon²⁸. Em uma das fotos que tiram de Hirschmann na prisão, é possível vê-la de cabelos escovados e maquiada, olhando para baixo. Essa foto traz consigo uma legenda que antecipa o tom de todo o texto da reportagem:

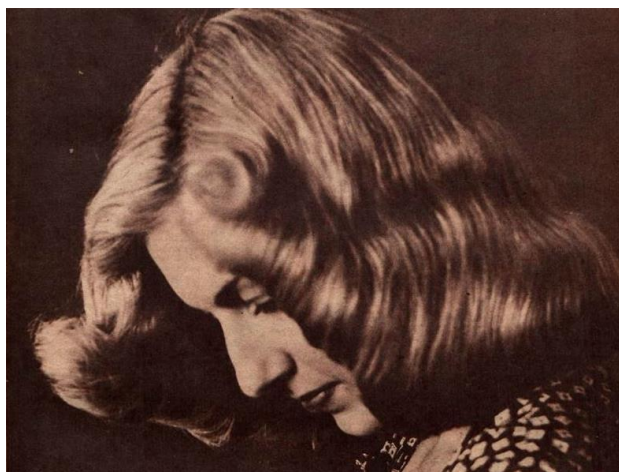


Figura 4: "Não é acusada de espionagem, como se tem publicado, nem é a Rosa de Tóquio, como constou. É uma bela figura e está noiva. Isso é segredo que não nos pertence." O Cruzeiro, 16/04/1946

²⁷ CAVALCANTI, R. da C. Prostitutas da Grécia: Frinéia. In: Revista brasileira de sexualidade humana, n.1, v.2, 1990.

²⁸ Ibidem.

A postura e a estética de Hirschmann na foto, em conjunto com as informações sobre sua beleza e situação civil, parecem investir na imagem de uma mulher inocente, bela e dócil; no entanto, misteriosa e potencialmente perigosa.

A menção à Rosa de Tóquio ("Não é acusada de espionagem, como se tem publicado, nem é a Rosa de Tóquio, como constou"), diz respeito ao caso de Iva Toguri D'Aquino, americana de origem japonesa acusada dois anos antes de traição e espionagem pelo governo norte-americano. Iva, nascida nos EUA e residente em Tóquio durante o conflito, fazia uso de seu conhecimento da língua inglesa em transmissões frequentes pela Rádio Tóquio, conclamando os soldados norte-americanos em território japonês a desertarem ao conflito. A Rosa de Tóquio, como ficou conhecida pelos jornais e revistas da época, transmitia mensagens sobre falsas vitórias dos japoneses em territórios de disputa e ameaçava militares de alto escalão. Com a rendição do Japão e vitória definitiva dos Aliados em 1949, Iva é condenada a dez anos de prisão por traição. É libertada após cumprimento de seis anos e meio da pena nos EUA e pagamento de multa no valor de aproximadamente dez mil reais.²⁹ Diante da comparação com Iva Toguri, Hirschmann reage: "Sinto-me ofendida que tenham me confundido com uma japonesa tão feia". Essa frase, que podia parecer apenas um capricho estético, é entendida como parte de sua estratégia de defesa: ela se distancia da "espiã" já condenada, ressaltando sua superioridade enquanto mulher branca e bela.

Essa entrevista, dada por Margarida Hirschmann ao *Cruzeiro*, é talvez o ponto mais alto do uso, por parte da imprensa, de uma série de estereótipos de gênero ao tratar da ré. Não deve-se perder de vista que a entrevista ocorre dentro das celas de um presídio - sua dimensão prisional, os sentidos dessa entrevista tendo em vista que se tratava de uma mulher esperando julgamento e a concretização da "diferença" entre Hirschmann e as demais presas do período serão alguns dos aspectos debatidos de maneira mais aproximada no próximo capítulo deste trabalho. É importante colocar Margarida Hirschmann, enquanto agente, em diálogo com os estereótipos de gênero identificados até aqui.

²⁹ O jornal *O Globo* faz uma retrospectiva do caso da "Rosa de Tóquio" na edição do jornal de 1976. Ver: "No ar, a "Rosa de Tóquio"", *O Globo*, 25 de junho de 1976, p. 3.

Procurou-se, a partir das fontes acionadas, investigar o processo de objetificação moralizante que Margarida Hirschmann passou durante os anos de seu julgamento. O enquadramento racial e social da ré, sua aparência, os comentários sobre sua sexualidade e os crimes que cometera colocam-na em uma espécie de limbo entre condenação e fascínio. O processo de objetificação que enfrenta acaba por afastar Hirschmann da imagem de “boa moça” e da mulher “de família” e reflete, inclusive, o profundo diálogo entre imprensa e Justiça, tendo em vista que recursos de linguagem para referir-se à ré (principalmente tendo em vista o apelido de “Sereia do Reno”) são notados em ambas as instâncias da época. Sereia, bela espiã, Mata Hari, Rosa de Tóquio, Phrinéia — todas categorias que buscam revelar sua periculosidade sutil e reafirmar que, mesmo em um lugar de privilégio, Hirschmann ainda era uma mulher diante das instituições brasileiras profundamente marcadas pela tradição patriarcal.

4. "Não sou, nem nunca fui espiã"

Este capítulo pretende entender de que forma Margarida Hirschmann fez uso de alguns dos estereótipos de gênero presentes nos capítulos anteriores deste trabalho. Vimos que a defesa da ré, a cargo do Dr. Evandro Lins e Silva, empenhou-se em construir em torno da mesma a personagem da vítima das circunstâncias, que teria agido em legítimo estado de necessidade; nas colunas dos jornais e revistas do período, concomitantemente prevaleceu a perspectiva de que ela seria uma "linda espiã", uma sereia, bela e perigosa. É preciso compreender de que forma Hirschmann contribuiu para que tais discursos em torno de si existissem e de que forma fez uso deles no intuito de construir uma estratégia de defesa e de projetar uma determinada imagem pública, a partir da compreensão de que fazer uma análise de gênero de determinado fenômeno significa não só estudar como mulheres resistem às opressões de gênero, mas também, tal como acontece no caso de Hirschmann, como fazem usos estratégicos de uma série de estereótipos de gênero – seja ele o da vítima ou o da *femme fatale* – em seu favor. Se trata aqui, em suma, de pensar o problema da agência de Margarida Hirschmann, a maneira em que ela agiu em um espaço social saturado de violências e coerções, começando pela própria situação de detenção na Penitenciária de Mulheres da Capital Federal.

Três anos antes da condenação de Margarida Hirschmann a vinte anos de reclusão, em 14 de maio de 1943, a redação do jornal *A Noite* visitou a recém-inaugurada penitenciária feminina do Rio de Janeiro. Na ocasião, notaram a presença das freiras da Congregação do Bom Pastor D'Angers, responsáveis pela administração daquele espaço desde a sua fundação; das agentes penitenciárias que, vestindo uniformes caqui, apresentavam aparência severa “embora algumas das policiais traíssem pela fisionomia risonha à sua pouca vocação para o espinhoso encargo profissional”¹ e, por fim, o conjunto das mulheres presidiárias.

Sobre essas últimas, eram divididas entre detentas aguardando processo e já condenadas. As mulheres aguardando processo vestiam uniformes de listas azuis e brancas; as já condenadas trajavam uniforme cinza escuro com gola branca. Entre

¹ "Entre as detentas da Penitenciária de Mulheres". *A Noite*, 14 de maio de 1943, capa.

as detentas, o jornal nos informa que “há criaturas de todas as idades e todas as castas sociais e raciais; louras, morenas e pretas, todas em mesmo pé de igualdade”.²

Curiosamente, a redação do jornal detém-se sobre o grupo de presas políticas, todas brancas. As presas políticas especificamente destacavam-se em relação às demais desde a cor de seus uniformes, que eram específicos: azuis com golas e punhos brancos. À época, eram cinco: Gabriela Laslo, Irene Barga, Sarah Berlink, Sara Chaveloski e Ilona Gaal. O jornal as descreve como “jovens e bonitas”, à exceção de uma, que era idosa, aparentando idade superior a 60 anos:

As mais moças conseguem impor-se como figuras elegantes, denunciando mesmo um traço de distinção, embora envolvidas pela indumentária de sentenciadas. Do bolsinho à esquerda, o lenço, de pontas negligentemente ajeitadas, concorre para a metamorfose do uniforme em “toilette” de estilo. O penteado é o da última moda, caprichosamente acabado e, algumas, “malgré-tout”, ainda sorriem, contrastando a alvura dos dentes bem tratados com o vermelho vivo dos lábios com “rouge”.³

Percebe-se, aqui, um tom de “glamourização” dessas mulheres em suas condições de presidiárias. É quase como se elas não pertencessem àquele espaço, ao afirmar que se destacam como figuras elegantes *apesar* de seus uniformes de sentenciadas. Elas são capazes de transformar esse uniforme em trajes de estilo e, mesmo presas, seus penteados são descritos como “de última moda”; essas mulheres estão em diálogo com o mundo para além dos muros da Penitenciária.

Mais adiante, no texto da matéria, o leitor recebe a informação de que as presas políticas são, em sua maioria, estrangeiras, o que está relacionado ao envolvimento do Brasil com a Segunda Guerra Mundial:

As outras [...] não cantam o hino brasileiro e se limitam a movimentar os lábios disfarçadamente. Possivelmente porque também não o aprenderam. Pelo nome fica-se sabendo que são todas estrangeiras, o que se confirma pela informação que nos fora dada de que, todas elas, com exceção de Ilona Gaal, já condenada, ali se encontram aguardando o julgamento final de um processo de expulsão.⁴

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

Ao pesquisar nominalmente sobre essas mulheres, descobrimos que algumas delas foram acusadas, também, de espionagem a mando do Eixo. Ilona Gaal, por exemplo, era uma pianista húngara que trabalhava em teatros e cassinos no Rio desde 1941. Descrita pela reportagem, em dado momento, como "singularmente bela", foi capturada junto a 128 presos, entre homens e mulheres, estrangeiros e brasileiros (os brasileiros eram 11, em comparação ao número total de capturados) acusados de reportar informações valiosas sobre o Brasil à Gestapo⁵. Não é permitido a nenhuma dessas mulheres nenhum tipo de interação ou negociação com os jornalistas, quando do momento de realização da matéria. A entrada desses profissionais na Penitenciária é respondida com a postura defensiva das detentas que, diante das câmeras, escondem o rosto e parecem assustadas:

Para esse grupo volta-se a atenção dos assistentes. Os fotógrafos se aproximam e assestam as máquinas. No momento, porém, em que as "flash-lights" relampejam, algumas escondem o rosto. Só a velhinha, lá no canto [referindo-se à foto de capa da edição do jornal], olha espantada para tudo.



Figura 5: "Detidas por motivo de segurança nacional, num flagrante expressivo". A Noite, 14/05/1943

Nota-se, portanto, que não há nenhuma individualização das trajetórias dessas mulheres; nenhuma informação muito específica no texto da reportagem

⁵ "Controlavam o movimento de aviões americanos para a África". *Diário de Notícias*, 9 de fevereiro de 1943, capa.

sobre elas para além de seus nomes e a situação de seu apenamento, que pode ser notada a partir dos uniformes. Não sabemos dos crimes que cometeram, suas idades, nacionalidades, nada de singular se não pesquisarmos com mais profundidade. Naquele contexto, em 1943, a Penitenciária Feminina da Capital Federal tinha sido fundada há apenas um ano. O motivo da incursão dos jornalistas ao presídio, portanto, estava muito mais relacionado com narrar essa novidade, no intuito de levar aos seus leitores imagens de um presídio feminino recém-inaugurado do que explorar a história dessas presidiárias. Essa matéria insere-se na conjuntura de afirmação da instituição enquanto um presídio moderno, local de ressocialização e reinserção de "mulheres delinquentes" na sociedade. Convém analisar como essa ambição se constrói.

"Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes"⁶ é o título da primeira matéria veiculada por jornais brasileiros a respeito do início do processo de construção da primeira unidade prisional exclusiva para mulheres do Estado do Rio de Janeiro, do *Diário de Notícias* de 17 de janeiro de 1940. Tal estabelecimento só seria inaugurado mais de dois anos depois, em 9 de novembro de 1942, sob o nome de Penitenciária de Mulheres da Capital Federal, prédio anexo à Penitenciária Central e fruto de uma série de trâmites burocráticos que formalizava o encarceramento de mulheres em acomodações específicas sob tratamento diferenciado.

Previamente à construção da Penitenciária Feminina da Capital Federal, para onde Margarida Hirschmann foi enviada em 1946, mulheres eram separadas e, às vezes, misturadas com homens em casas de detenção de acordo com o jugo das autoridades responsáveis no ato da prisão e levando em consideração as condições físicas disponíveis. Uma entrevista com a advogada Maria de Lourdes Pinto Ribeiro, porta-voz da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, importante organização feminista da época, descreve as condições através das quais mulheres eram presas até aquele momento:

Em inquérito feito ao correr dos anos, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino teve o ensejo de verificar como são, entre nós, insatisfatórias as condições das mulheres presas, chegando em alguns Estados a ficar misturadas com presos do

⁶ "Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes". *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 1940, p.3.

sexo masculino durante o dia e a ser trancadas em porões de fortalezas, à noite, com seus filhos. Quanto às condições das alienadas, foram apurados casos de mulheres conservadas atadas a árvores, ao relento, durante o dia ou fechadas à chave, à noite, e de outras, conservadas perpetuamente em cubículos. Dessa maneira, a criação de uma Penitenciária Feminina vem resolver auspiciosamente o problema das mulheres criminosas.⁷

Não foram encontradas notícias ou denúncias documentadas dos maus-tratos às detentas aos quais a secretária se refere; no entanto, apesar do silêncio das fontes históricas no que diz respeito ao encarceramento feminino previamente às instituições de reclusão específicas, esse cenário de crueldade permeava o imaginário das organizações feministas que compunham o debate acerca da criação de penitenciárias exclusivas para mulheres criminosas e certamente influenciaram na consolidação da opinião pública acerca da necessidade de construção das mesmas.

O Código Penal brasileiro de 1940 foi o primeiro que visava medidas efetivas por parte do Estado para a acomodação legal de mulheres condenadas pela Justiça, cujo texto estabelece, no segundo parágrafo do Art. 29º, que “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”. Cumprindo esta diretriz do código, é anunciada a construção de três unidades prisionais femininas: o Presídio de Mulheres, em São Paulo, cuja entrada em funcionamento ocorreria em abril de 1942, obedecendo o Decreto-Lei no 12.116; a Penitenciária de Feminina de Porto Alegre e, no Rio de Janeiro, sob disposição do Decreto-Lei no 3.971 de 24 de dezembro de 1941, a Penitenciária de Mulheres da Capital Federal. Todas essas unidades foram administradas, de início, por uma companhia francesa de freiras, a Congregação do Bom Pastor D’Angers⁸.

A tese de doutorado de Débora Soares Karpowics⁹, sobre a Penitenciária de Mulheres construída em Porto Alegre fruto dos mesmos trâmites que resultaram na

⁷ Idem.

⁸ ARTUR, Angela Teixeira. “Presídio de Mulheres”: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. XXV Simpósio Nacional de História, ANPUH, Fortaleza, 2009.

⁹ KARPOWICS, Débora Soares. Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D’Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

construção da Penitenciária carioca, tem por objetivo compreender as razões e processos históricos em torno da parceria entre os governos estaduais e a Congregação, que se transmutou, no Brasil, de uma instituição de convento em cárcere. Estabelecida na França ainda no século XIX, as freiras do Bom Pastor ficaram responsáveis pela administração das unidades prisionais femininas do Brasil por grande parte do século XX, encarregadas, inclusive, das obras de ressocialização das mulheres encarceradas.

Nas primeiras décadas de funcionamento da Penitenciária de Mulheres do Rio, colaboraram com a administração 11 freiras, duas vigilantes e uma porteira. A influência das religiosas não se restringia apenas ao caráter burocrático da instituição: em uma reportagem do *Diário de Notícias* de 12 de março de 1949¹⁰, é dito que a Penitenciária tinha um “espírito religioso”: quase todas as celas das detentas tinham crucifixos, imagens de santos e fitas azuis com medalhas religiosas de alumínio. As irmãs do Bom Pastor, ainda de acordo com a reportagem, imprimiam à Penitenciária uma orientação segura e, às mulheres, um tratamento humano e carinhoso, empenhadas em sua recuperação. Diariamente eram ministradas aulas de alfabetização, religião, moral e canto orfeônico no local, além de missas diárias na Capela do presídio. O texto da notícia nos informa, ainda, que a frequência nas cerimônias e aulas não eram obrigatórias; no entanto, quase todas compareciam e faziam parte do coro vocal da missa. Um dos únicos homens presentes na Penitenciária era o capelão, sempre à disposição para ouvir confissões e comungar.

Para a pesquisadora Patrícia Sobrinho, as décadas de 1940 e 1950 são fundamentais para entender o sistema penitenciário brasileiro, tendo em vista que este passava por importantes reformas após promulgação do novo Código Penal e expandia a compreensão em torno dos sujeitos que poderiam ser encarcerados em presídios específicos e como este encarceramento deveria ser feito. Neste sentido, foram planejados presídios exclusivamente femininos e iniciadas grandes obras nos

¹⁰ “Regeneração de mulheres delinquentes através do trabalho”. *Diário de Notícias*, 12 de março de 1949.

presídios existentes para que incluíssem alas sanatoriais, por exemplo, a exemplo do Sanatório Penal construído no mesmo anexo da Penitenciária Central¹¹.

No que tange ao encarceramento feminino, de acordo com Bruna Angotti¹², o Brasil era visto como um país “atrasado”. O primeiro presídio feminino no mundo de que se tem notícia data de 1645, na Holanda. Abrigava mulheres pobres, criminosas, acusadas de vadiagem ou prostitutas, bem como as mulheres consideradas “malcomportadas”, que não obedeciam às autoridades de sujeitos masculinos a sua volta, principalmente os patriarcas de seu núcleo familiar. Nesse local, as presas costuravam e teciam. Veremos adiante como esse modelo não se distancia do que será a Penitenciária Feminina no Brasil, onde as presas aprendiam a bordar e cuidar do jardim durante seus primeiros anos de funcionamento a partir da perspectiva de que essas eram as tarefas “do lar” e, portanto, adequadas à realidade feminina. Nos Estados Unidos, segundo Angotti, a primeira penitenciária feminina surgiu em Nova York em 1835. O modelo norte-americano também procurava “inserir nas presas o comportamento e posturas femininas, os afazeres do lar, entre outros hábitos domésticos”¹³.

Grande parte da matéria do *Diário de Notícias* de 1940¹⁴ tem como enfoque a entrevista com a Dra. Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A pesquisadora é referida no texto da matéria como líder feminista, e contribui para o debate ao dar detalhes a respeito do ideal de penitenciária feminina a ser construída no Brasil. Esta devia ter como objetivo fundamental, segundo Lutz, a reeducação de detentas, através principalmente do caráter agrícola do espaço, estimulando a não-ociosidade das presas e ensinando-lhes novos ofícios e o valor do trabalho.

¹¹ SOBRINHO, Patricia Cerqueira. O Sistema Penitenciário no Rio de Janeiro em 1940- 1950: mudanças e continuidades. Anais do XV Encontro Regional de História, ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

¹² ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil (1930-1950). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 20.

¹³ FREITAS, Claudia Regina. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela Lei de Execução Penal. Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen, v.4, n.4, 2012, p. 7.

¹⁴ “Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes”. *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 1940, p.3.

A nova Penitenciária de mulheres deveria garantir, além disso, nas palavras de Bertha Lutz, o isolamento total das residentes em relação aos homens: fossem eles presidiários, guardas ou investigadores policiais. Pleiteava-se, inclusive, que a vigilância e administração da nova instituição fossem feitas exclusivamente por mulheres. Esta última demanda acaba por se concretizar, pelo menos no que diz respeito aos primeiros anos de funcionamento do presídio, enquanto este foi administrado pela congregação de freiras mencionada anteriormente. Esta interlocução entre a reivindicação da Federação e o que foi colocado em prática na administração do presídio revela algum diálogo entre feministas como Bertha Lutz e o Estado brasileiro.

Ademais, o regime ideal de reclusão, para Lutz, previa o abrandamento da pena para as gestantes. Aquelas que estivessem grávidas no momento da condenação seriam recolhidas a uma maternidade ou hospital e seriam acompanhadas por seus filhos até a idade pré-escolar. Os de idade escolar, esclarece Bertha, seriam enviados a internatos-escolares. Ela finaliza seu depoimento reiterando que as mulheres encarregadas da administração de presídios femininos deveriam ser especializadas em psiquiatria ou psicologia e com experiência na área.

A Penitenciária de Mulheres da Capital Federal, quando foi fundada, em 1942, era dividida em dois pavilhões, com 60 celas ao todo, que separavam as detentas já condenadas e as processadas. Era comum que as mulheres ficassem abrigadas por pouco tempo no presídio: a maioria cumpria penas relativamente curtas, principalmente por crimes de roubo e vadiagem¹⁵. Além das 60 unidades, cada pavilhão contava com duas celas para castigo por mau comportamento e uma cela coletiva, onde eram alojadas as presas de melhor conduta, quando as celas individuais já estavam todas ocupadas. Eram reservados, também, espaços específicos às detentas que eram mães de filhos menores de 3 anos; nesses casos, lhes era permitido que vivessem “inteiramente para o cuidado destes”, não sendo atribuídas trabalho algum para além da limpeza e organização da própria cela.

Em 1944, Victorio Canepa, então diretor da Penitenciária Feminina, deu uma entrevista ao jornal *A Noite* sobre o funcionamento da cadeia. A matéria exalta

¹⁵ “Regeneração de mulheres delinquentes através do trabalho”. Diário de Notícias, 12 de março de 1949.

o caráter "humanizador" das prisões brasileiras, principalmente aquelas destinadas à população feminina:

[...] A Penitenciária de Mulheres já os jornais fizeram as suas apreciações em torno dessa notável organização social, que é a única no mundo que não têm grades. Tudo o que se faz ali é sempre igual do que na Penitenciária dos Homens, mas, em grau mais brando e mais feminino, naturalmente. É uma instituição cujos serviços internos são dirigidos [sendo eles os de administração e assistência médica e de educação religiosa] pelas Irmãs do Bom Pastor D'Angers, as quais não poupam esforço e dedicação para a obra de regeneração destas mulheres. A presidiária ali aprende todos os trabalhos caseiros, nos quais elas se revezam: cuidam do jardim, bordam, cantam e aprendem também a ler. A vida corre muito calma e em paz dentro daquelas paredes.

As 45 mulheres lá internadas vivem num verdadeiro lar. Esta instituição, que faz parte da Penitenciária Central, já está funcionando a quase 2 anos, os resultados são mito promissores, porém, ainda é muito cedo para se afirmar que não haja reincidência; o que podemos dizer é que essas criaturas têm se modificado de forma surpreendente.

Nunca há revoltas e as pequenas insubordinações são punidas como nos colégios de meninas, com a reclusão na célula apropriada. [...]¹⁶

Percebe-se, pela fala de Caneppea, a tentativa de uma ligação automática e naturalizada entre mulheres e a qualidade de "brandura". As mulheres encarceradas, por serem mulheres, são tão inofensivas que suas casas de detenção não precisam de grades, suas funcionárias são freiras de uma congregação católica francesa e as "pequenas insubordinações" são tratadas como quando feitas por jovens meninas, crianças, cujas táticas são ressignificadas a partir da dinâmica em funcionamento nos colégios da época.

De fato, a informação sobre a falta de grades pode ser verificada na reportagem do *Diário de Notícias* de 1949, que descreve os espaços onde ficavam localizadas as detentas como "pequenos quartos individuais, assoalhados, com uma cama e mesa de cabeceira. Têm uma janela alta, quase perto do teto, e uma porta com postigo, que à noite é fechada pela responsável"¹⁷.

¹⁶ "A Conferência Penitenciária e a humanização do trabalho aos delinquentes". *A Noite*, 4 de junho de 1944.

¹⁷ "Regeneração de mulheres delinquentes através do trabalho". *Diário de Notícias*, 12 de março de 1949.

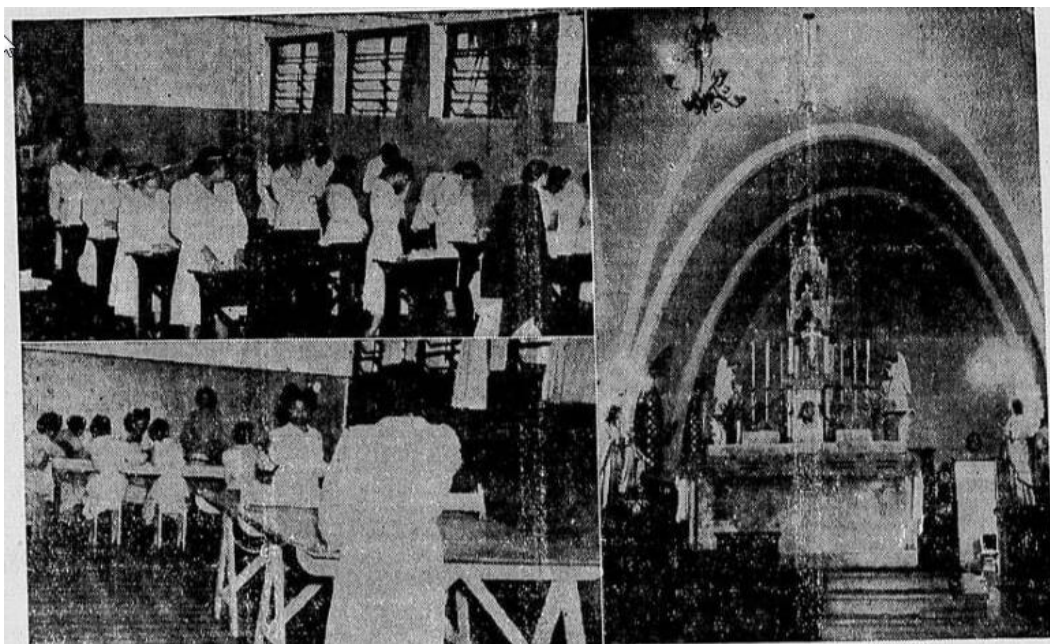


Figura 6: "Aspectos tomados durante uma aula e na sala do recreio, vendo-se um detalhe da capela do presídio". *Diário de Notícias*, 12/03/1949

No que diz respeito ao trabalho, as tarefas eram distribuídas conforme as aptidões e preferências das detentas. Ao chegar, as mulheres ficavam três dias em observação; as freiras, então, estudavam suas "tendências" e investigavam as possibilidades, para depois colocar as recém-chegadas em convívio com as demais, já tendo seus ofícios determinados. Os jornalistas do *Diário* encarregados pela reportagem afirmam que encontraram, naquele espaço, detentas felizes e satisfeitas por fazerem "aquilo que mais lhes agradava".

O discurso proferido pela imprensa em torno da Penitenciária Feminina é bastante diferente daquele produzido sobre os presídios masculinos. Marilene Sant'Anna, ao analisar o papel da imprensa na construção de determinado imaginário acerca da Casa de Correção do Rio, afirma que o posicionamento da imprensa no tocante a essas instituições costuma oscilar entre o total desinteresse pelo tema e a promoção da espetacularização quando grandes tragédias ocorrem por trás dos muros das prisões. Ainda que distante no tempo, tendo em vista que Sant'Anna se ocupa com a Casa de Correção de início do século, sua reflexão é bastante atual e serve, inclusive, para pensarmos o discurso construído em torno dos presídios na atualidade.

Nesse sentido, segundo a autora, as prisões só ganhariam espaço nas colunas de jornais em casos de grandes fugas, mortes, motins, onde esses locais são

caracterizados como um "verdadeiro caldeirão do inferno" e os presos são todos "brutos e perversos"¹⁸. Podemos ver, principalmente através da fala de Canepa e da narração dos jornalistas do *A Noite*, a tentativa de edificar, em torno das presas mulheres, certo ideal de feminilidade dócil, frágil e até infantil – muito longe da brutalidade denunciada por Marilene ao tratar dos homens nas mesmas condições.

De acordo com Amy Chazkel¹⁹, já na primeira metade do século XX era comum a ideia de que as patologias sociais, que se encontravam no ambiente da prisão, resultavam da falta de educação generalizada da população e que esses estabelecimentos ensinavam e incentivavam o desenvolvimento de comportamentos criminosos. A mistura de pessoas detidas nos presídios brasileiros, nesse sentido, colaboraria no sentido de reproduzir criminalidade. O detento que era réu primário e teria cometido crimes simples, demonstrando uma rápida divergência do "caminho certo", entrava em contato com criminosos reincidentes e "degenerados pelo vício", aprendendo delitos que não praticava. O debate sobre o presídio como uma "escola do crime" se aprofunda a partir da terceira década do século XX, quando "criminosos comuns" começam a partilhar desse espaço com prisioneiros políticos da elite.

Ao contrário da inclinação para a maldade que Sant'Anna identifica no discurso em torno dos homens presos na Casa de Correção, a reportagem do *Diário de Notícias* sobre a Penitenciária de Mulheres as caracteriza como “criaturas a que um mau momento roubou a liberdade”, retirando dessas mulheres, inclusive, a agência no que diz respeito aos crimes por elas cometidos, atribuindo o motivo de seu aprisionamento a um “mau momento”. Além disso, ao descrever a relação entre as freiras da Congregação do Bom Pastor D'Angers, responsáveis pela administração da Penitenciária, e as mulheres presas, afirma-se que as freiras sempre tinham uma “palavra amiga e confortadora para aquelas que nos trágicos momentos de consciência misturavam lágrimas e arrependimento à lembrança do seu crime”. As freiras, nesse sentido, sempre tinham “uma lição de sentimento,

¹⁸ SANT'ANNA, Marilene Antunes. A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, maio de 2010. Pág. 137.

¹⁹ CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: BRETAS, Marcos Luiz (org.). História das Prisões no Brasil, vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2009.

discreta e suave, a oferecer àquelas [detentas] cuja alma empedernida não lhes proporciona sequer a sensação de um arrependimento”. Ou seja, as réas que não se mostrassem arrependidas do que fizeram em seus “maus momentos”, era porque tinham as almas petrificadas, endurecidas pela vida.

O espaço da Penitenciária de Mulheres tampouco aparece, nas fontes impressas ou na incipiente bibliografia, como "escolas do crime", mas sim como um local de domesticação feminina – tendo em vista que àquelas mulheres eram ensinadas as “tarefas do lar” – e de incentivo à religiosidade cristã católica, que pode ser notada não só na presença das freiras do Bom Pastor mas na existência de missas semanais no espaço da Capela do presídio, invisibilizando, inclusive, outras formas de religiosidade da população carcerária.

Há uma matéria de jornal emblemática, feita pela revista *O Cruzeiro* em 6 de abril de 1946, de nome "Deshabillé da espiã"²⁰. Essa reportagem, com texto de David Nasser e fotos de Jean Manzon, tem Margarida Hirschmann como protagonista e traz fotos da ré em diversos momentos de seu "cotidiano" prisional, enquanto esperava o julgamento em segunda instância na mesma Penitenciária de Mulheres.

Neste capítulo, a matéria atua como fio condutor para a argumentação de que Margarida Hirschmann é agente da construção, em torno de si e em conjunto com o veículo de imprensa, representado aqui pela revista de grande circulação *O Cruzeiro*, de uma determinada personagem que não pertenceria ao ambiente do presídio e que, em última instância, não deveria estar ali. Essa personagem concilia a imagem da vítima, perpetrada pelo advogado de defesa Evandro Lins e Silva, sobre a qual debatemos no primeiro capítulo, e a *femme fatale* com a qual dialogam jornais e revistas da época, que exploramos no capítulo 2. A hipótese é a de que a construção dessa personagem contribuiu para o resultado final de seu processo, atuando como uma estratégia de defesa em relação aos crimes que alegadamente cometera.

David Nasser foi um compositor e jornalista brasileiro, nascido no interior de Minas Gerais em 1917 e que viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro.

²⁰ “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, pág. 9.

Começou a trabalhar ainda muito jovem, no ano de 1934, na empresa *Diários Associados*, presidida por Assis Chateaubriand, tido como um dos homens mais influentes da sociedade brasileira de meados do século XX. À época, o conglomerado jornalístico de Chateaubriand reunia no mesmo prédio as redações dos jornais *Diário da Noite*, *O Jornal* e da revista *O Cruzeiro*. Em 1936, o jornalista foi contratado pelo jornal *O Globo*, onde ficou até 1943.

Naquele ano, após sair de *O Globo*, retorna à redação da revista *O Cruzeiro* que, àquela altura, era uma das revistas mais populares e de maior tiragem do jornalismo brasileiro. Conheceu Jean Manzon, com quem firmou frutífera parceria que rendeu algumas das reportagens mais famosas da revista e do país. O jornalista ganhou notoriedade ao realizar trabalhos sob a técnica da “grande reportagem”²¹; isto é, uma forma de reportagem que misturava pesquisa de campo, opinião do próprio jornalista, pedaços de entrevista e fotografias de alta qualidade técnica.

Jean Manzon, por sua vez, nasceu na França e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1940, aos 25 anos, fugindo dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Aqui, trabalhou como diretor de fotografia e cinema no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Começa sua temporada como fotógrafo da revista *O Cruzeiro* em 1943, realizando parceria com David Nasser em reportagens que datam de 1943 a 1951. Seu estilo de fotografia era tido como inovador à época, com novos enquadramentos, “closes” extremos e ângulos pouco convencionais, com ampla manipulação de imagens e do texto informativo em caráter ufanista²².

Ao longo da década de 1960, Jean Manzon dirigiu e produziu documentários de amplitude nacional, vários deles a serviço do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que contavam com elogios às realizações e obras do governo brasileiro. Entre suas obras mais famosas produzidas no Brasil e na França, destacam-se os filmes *L'Amazone*, premiado com o Leão de Ouro do Festival de Cinema de Veneza e *Itália*, de 1966. É autor dos livros *Mergulho na Aventura*

²¹ MAKLOUF, Luiz. *Cobras Criadas: A história de David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

²² NARS, Edson Luiz. *Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon: de JK a Costa e Silva*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista - Unesp, Araraquara, 1996.

(1950), em parceria com David Nasser; *Flagrantes do Brasil* (1950); *Brasil* (1952), *Féerie Brésilienne* (1957), entre outros.

Há pelo menos dois aspectos sobre as carreiras de Nasser e Manzon dignos de nota neste trabalho e que ajudam a inseri-los no contexto vivido pelo jornalismo brasileiro, que culminará na reportagem que dedicaram ao caso de Margarida Hirschmann. Em primeiro lugar, a incontornável conexão dos jornalistas com o regime de Getúlio Vargas e, posteriormente, com a ditadura militar de 1964. No caso de Jean Manzon, a conexão é mais óbvia, tendo em vista que trabalhou para o DIP e produziu material vinculado ao IPES. Já David Nasser é frequentemente referenciado como amigo pessoal de Vargas e sujeito respeitado no contexto da Ditadura Militar, tendo em vista que teria feito uso, em mais de uma ocasião, de sua influência e conexões com o alto escalão do Regime para acelerar processos contra João Calmon, seu antigo chefe no *Diários Associados*²³.

A segunda característica de importância da dupla diz respeito à qualidade técnica de seus trabalhos. A bibliografia que trata dos desafios do uso de fontes impressas para a história afirma que até a metade do século XX, jornalismo e literatura se confundiam. Alceu Amoroso Lima definia este jornalismo como “literatura sob pressão”²⁴. Os gêneros mais valorizados pelos editoriais eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo²⁵. Da mesma forma, eram também estreitas as relações entre jornalismo e política. Para Ana Paula Goulart Ribeiro, durante o Estado Novo, a maioria dos diários atuava como instrumento político como porta-vozes do Estado ou de grupos políticos dissidentes que os financiavam. A imprensa era, essencialmente, de opinião e a linguagem das reportagens agressiva e virulenta, marcada pela paixão aos debates e pelas polêmicas²⁶. Afirma-se, aqui, que a reportagem de David Nasser e Jean Manzon em torno da “espiã” se encaixa no contexto mais amplo desse jornalismo opinativo, político e polêmico.

²³ LIMA, Natalie. Resenha do livro “Cobras criadas: a vida de um brilhante cascadeiro”, de Luiz Maklouf in *Observatório da Imprensa* (2001).

²⁴ LIMA, Alceu Amoroso. O jornalismo como gênero literário. São Paulo: EDUSP, 2004.

²⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos, Mídia*, n.31, 2003/1, p.1-15.

²⁶ Ibidem.

As características interventivas dos jornalistas aparecem, por exemplo, ao afirmar que as imagens captadas por Manzon “indicam uma clara intervenção do fotógrafo na captação do fato”; suas reportagens refletiam montagens e encenações que tinham como objetivo reforçar o caráter opinativo que conferia ao seu trabalho²⁷.

A reportagem de *O Cruzeiro*²⁸ sobre Margarida Hirschmann tem início com uma imagem que toma todo o espaço da oitava página daquela edição da revista. A protagonista da imagem é uma suposta guarda da Penitenciária de Mulheres, não-identificada, em atitude aparentemente posada, abrindo as portas da prisão, como quem abre também as portas para a reportagem em si.

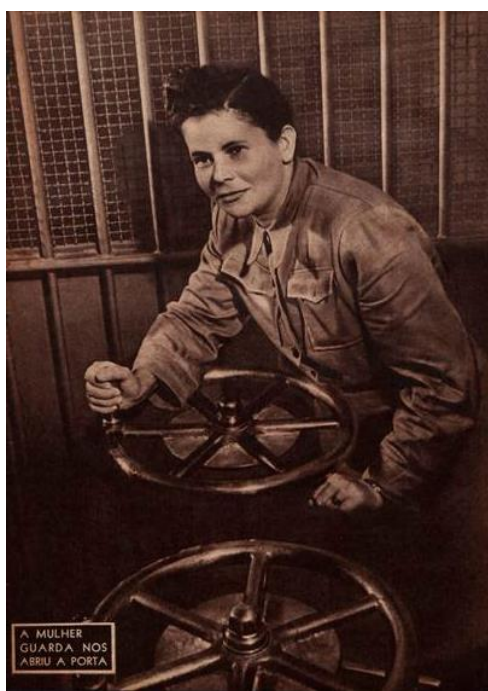


Figura 7: "A mulher guarda nos abriu a porta". *O Cruzeiro*, 6/04/1946

Essa imagem e as que se seguem demonstram que o palco da reportagem será o lado de dentro dos muros da própria Penitenciária. Mais do que isso, muitas das fotos são feitas dentro da cela ocupada por Margarida Hirschmann na prisão.

Desde a primeira imagem, portanto, entendemos que as portas do presídio estão sendo abertas aos jornalistas, convidados a estarem ali. Diferentemente do

²⁷ PEREGRINO, Nadja. "O Cruzeiro": a revolução da fotorreportagem. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

²⁸ "Deshabillé da espiã", *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 9.

que aconteceu com a reportagem de *A Noite*, sobre as detentas da Penitenciária de Mulheres, que narra a estrutura do presídio, o uniforme das acusadas, etc., com a qual iniciamos esse capítulo, esses profissionais não serão recebidos por uma detenta na defensiva. Eles são convidados a ocuparem aquele espaço.

Nasser e Manzon, durante toda a reportagem, priorizam a mulher e não as acusações direcionadas a ela ou o processo que enfrentava diante da Justiça. A parte referente ao processo toma a reta final da matéria, em um terço de página, o que é pouco comparado ao espaço destinado às fotos, entrevistas e informações sobre aspectos da personalidade e da vida pessoal de Margarida aos que se dedicam nas páginas anteriores.

Explicam, por exemplo, que a ré está sendo acusada de atuar em programas de rádio de uma emissora alemã que procurava desmoralizar a atuação da Força Expedicionária Brasileira em solo italiano durante o conflito da Segunda Guerra, mas que não pesa sobre ela suspeita de participar de nenhum tipo de serviço secreto ou de espionagem propriamente dita. Segundo o texto, Margarida Hirschmann respondia a um processo em que era acusada de “covardia” em território inimigo, por não ter se recusado a colaborar com o Eixo no contexto da guerra mundial. Afirmam categoricamente que ela não era espiã. Este posicionamento, além de revelar a parcialidade do texto da reportagem, não parece comprometido com o original do processo. Os artigos presentes no Código Penal Militar com base no qual Hirschmann estava sendo acusada correspondem aos crimes de “traição, favor ao inimigo” em contexto de guerra e “aliciamento de militares”. Após apresentar a defesa de Hirschmann, no entanto, que incluía sentir-se ameaçada de morte pelos “super-homens nazistas” que a consideravam alemã e obrigavam-na a trabalhar na rádio, o texto de Nasser esclarece: “Os repórteres que assinam esta história não querem tomar partido, nem influir de maneira alguma no julgamento do leitor, que não é mais do que uma antecipação do julgamento definitivo”²⁹.

A sequência de quatro fotos que acompanham o texto de retrospectiva que dá início à matéria são emblemáticas para entender o que estava em jogo na construção da personagem da “bela espiã”. Na primeira, podemos ver Margarida

²⁹ “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 9.

Hirschmann escovando os dentes com o que parecem ser seus trajes de dormir, num local estreito, escuro e improvisado. É a suposta cela que ocupou na Penitenciária, enquanto esperava pelo julgamento em segunda instância. Na foto seguinte, Hirschmann está literalmente se vestindo.



Figura 8 e 9: "Manhã cedo. A prêsa se levanta e ainda com trajes de dormir, escova os dentes e faz a primeira maquiagem. Sim, o mundo da prisão é um mundo estreito, limitado, mas haverá mundo estreito e limitado para a vaidade feminina? (...)" *O Cruzeiro*, 6/04/1946

Convém destacar o fato de que, em nenhuma das reportagens que se debruçam sobre a história de Margarida Hirschmann, em momento algum durante todo o seu processo, podemos vê-la de uniforme de presidiária. Vimos, no início deste capítulo, que havia um tipo de uniforme específico para as presas aguardando julgamento: listras azuis e brancas. Hirschmann, para a reportagem, aparece de vestido florido, quando não de lingerie. É necessário pensar, portanto, por que essa ré, pouco antes de seu julgamento, recebe a reportagem de *O Cruzeiro*, dá uma extensa entrevista e se deixa fotografar de lingerie em poses sensuais, como as que veremos a seguir. Na construção da imagem dessa mulher estranha ao ambiente da prisão, cabe a lingerie, mas não a vestimenta de presidiária. Qual era o objetivo de tal empreendimento?

Na próxima foto da reportagem, Hirschmann, de lingerie, mexe nas sandálias de salto alto; podemos ler, como legenda: "Consideram Margarida um belo tipo de mulher. Alta, desempenada, os cabelos de côr de ouro velho. -- "Por isso, talvez, a acusação de espiã! Espiã! Seja repetida tanto contra mim. Não sou, nem nunca fui espiã". As referências à beleza e à cor de cabelo de Margarida são

constantes, tanto nessa reportagem quanto em outras do período, durante todo o tempo em que durou seu processo.

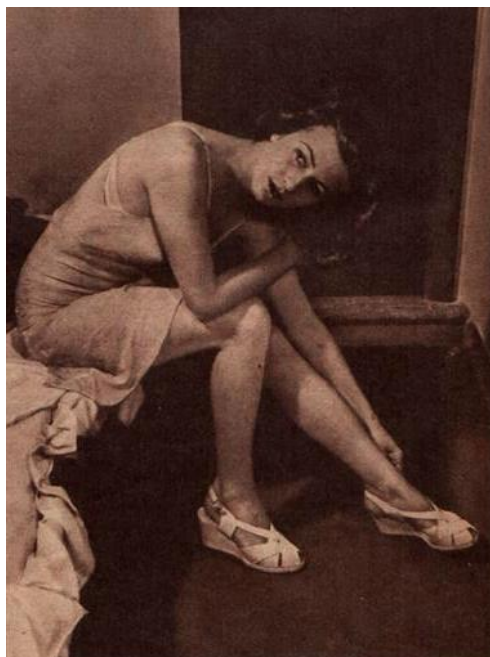


Figura 9: "Os sapatos. Consideram Margarida um belo tipo de mulher. Alta, despenhada, os cabelos de côr de ouro velho. -- "Por isso, talvez, a acusação de espiã! Espiã! Seja repetida tanto contra mim. Não sou, nem nunca fui espiã." O Cruzeiro, 6/04/1946

Os jornais que se colocaram como críticos à Hirschmann e ao processo tampouco ignoravam sua "beleza física" ao mencionar o caso. *O Jornal do Brasil*, em edição de 12 de setembro de 1948, se pergunta, após a condenação, se Hirschmann acreditou que os juízes brasileiros ficariam "deslumbrados com suas linhas e a mandariam em paz gozar a vida e deliciar-se com a nossa hospitalidade", afirmando, ainda, que a ré confiava muito em seus dotes físicos.

A foto seguinte, que também acompanha o momento de retrospectiva do caso e pretende mostrar o cotidiano de Hirschmann na prisão, aparece em diversas notícias de jornais do período imediatamente posterior à reportagem, alcançando alguma visibilidade no contexto da mídia de massa. É uma foto de Margarida de lingerie, com uma das pernas erguidas, ajeitando a sandália e olhando para cima. A legenda que a acompanha diz: "Sensacional flagrante! Desce o vestido de Margarida" apelando, inclusive, para a possibilidade de nudez da ré, o que remete ao título da própria reportagem. A escolha do verbo em francês, que faz alusão ao ato de despir ou descobrir algo, parece estar em diálogo com as fotos, em que a ré aparece vestindo roupas íntimas, trocando de roupas, etc., mas também possui

sentido figurado, sugerindo que, ao ser entrevistada, os jornalistas expõem Margarida. Tiram suas roupas, sua “máscara”, revelam sua intimidade para o leitor, contam sua história em detalhes, tornam pública sua privacidade.



Figura 10: "Sensacional flagrante! Desce o vestido de Margarida." *O Cruzeiro*, 6/04/1946

No entanto, a reportagem de Nasser e Manzon estão longe de ser um flagrante. Além da Penitenciária abrir as portas para a reportagem, algo que fica evidente logo na primeira imagem - a da guarda -, a ré é "flagrada" em diversos momentos de maneira evidentemente posada. A última foto, inclusive, que fecha a matéria de 12 páginas sobre Hirschmann, traz a "Sereia do Reno" "dormindo" junto a uma foto de Frank Sinatra.

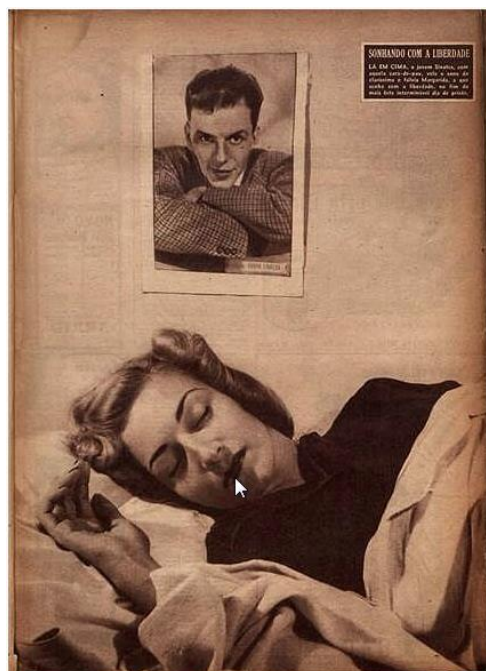


Figura 11: "Sonhando com a liberdade. Lá em cima, o jovem Sinatra, com aquela cara-de-pau, vela o sono da claríssima e fúlvia Margarida, a que sonha com a liberdade, no fim de mais êste interminável dia de prisão." O Cruzeiro, 06/04/1946

Ver Margarida Hirschmann junto à foto de Frank Sinatra faz surgir o questionamento sobre de que forma essa reportagem se insere no cenário dos jornais e revistas brasileiros do período. Como podemos colocar essa reportagem em diálogo com sua época?

Carla Bassanezi³⁰, ao analisar a forma como revistas dos anos 40 e 50 retratavam mulheres brancas de classe média e se referiam a essa feminilidade em específico, afirma que era consenso no período que mulheres nasciam para serem donas de casa, esposas e mães. Nesse sentido, a mulher ideal era dotada de profundo instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na ideologia dos Anos Dourados, segundo a autora, a aptidão para a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar faziam parte da essência feminina, sem contestações. No entanto, o contexto do pós-guerra, marcado pelo crescimento urbano, pela industrialização do país e aumento das possibilidades educacionais e profissionais para ambos homens e mulheres apresentou obstáculos à manutenção desses ideais. As mulheres, a partir do momento em que se inserem no mercado de trabalho, estavam sujeitas à perda da feminilidade e dos "privilégios do sexo feminino" – respeito, proteção e sustento

³⁰ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. IN: Del Priori, Mary. História das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Contexto, 2004.

garantidos pelos homens de sua família. Para solucionar esse dilema, as revistas do período insistem para que as mulheres não deixem de investir em suas aparências e mantenham-se femininas. A mulher deveria, primeiramente, governar sua casa, seu homem, e apenas então poderia dar voz às suas “outras qualidades”. Ao analisar uma matéria de *O Cruzeiro* de 1959, Bassanezi afirma que alguns homens “rejeitavam” a ideia de se casarem pois achavam que as mulheres da época se tornaram muito independentes e até agressivas: “Se, em vez de companheiros, seremos competidores, para que casar?”.

Além disso, a moralidade do período favorecia as experiências sexuais masculinas, incentivando um início precoce da atividade sexual aos homens ao passo que restringia as experiências sexuais femininas, que deveriam permanecer castas até o casamento. Setores mais conservadores brasileiros, segundo Bassanezi, chegavam a criticar a inserção da cultura norte-americana no país como uma má influência em potencial, que mostrava como normais hábitos “condenáveis”, tais como mocinhas ousadas e cheias de iniciativa que não veem mal algum em passar horas na companhia de um homem. As imagens presentes nessas matérias, destinadas à população feminina, não só refletiam um aparente consenso social sobre a moral, os bons costumes e a feminilidade ideal, como promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes na sociedade do período.

É interessante perceber como Margarida Hirschmann, pelo menos no que diz respeito à matéria de *O Cruzeiro*, foge ao estereótipo da mulher de classe média que deveria ser esposa, mãe e casta. Em nenhuma matéria de jornal, desde meados dos anos 40 até o início dos anos 50, menciona-se o nome de seu noivo – que só é acessado no texto do processo-crime – ou suas intenções direcionadas à maternidade. Da mesma forma, a sexualidade de Hirschmann não só não é coibida como é admirada, consumida, no sentido de ser retratada de lingerie e como uma mulher abertamente sensual em uma revista de grande circulação. O apego à aparência e aos símbolos de feminilidade do período, no entanto, pode ser visto em vários momentos da matéria, principalmente na legenda de uma das fotos, que traz Margarida Hirschmann escovando os dentes, em que se diz: “A prêsa se levanta e ainda com trajes de dormir, escova os dentes e faz a primeira maquilagem. Sim, o mundo da prisão é um mundo estreito, limitado, mas haverá mundo estreito e

limitado para a vaidade feminina? Ninguém vê, além da guarda e das outras pessoas. Mesmo assim Margarida não se descuida.”³¹

Margarida tampouco se afasta dessa nefasta cultura norte-americana, que corrompe as jovens moças de família. Sua foto com Sinatra insinua que, talvez, seu *sex-appeal* esteja justamente no fato de ser uma mulher moderna, à frente de seu tempo. David Nasser, no texto da reportagem, afirma que seu *sex-appeal*, na verdade, está na objetiva indiscreta de Manzon, o “caçador de imagens”.

Sueann Caulfield se dedica a analisar a interpretação dos “homens da lei” acerca do papel da mulher moderna. Assim como a imprensa explorada por Bassanezi, juristas como Nelson Hungria e Viveiros de Castro também identificavam na modernidade e, sobretudo, na “educação moderna” a retirada das mulheres da “intimidade silenciosa do lar” e sua exposição a “todas as classes de sedução”³². Os homens e mulheres envolvidos nos processos de defloração analisados por Caulfield se aproveitavam, segundo a autora, dos novos significados atribuídos ao trabalho das mulheres, às atividades de lazer a qual se dedicavam, à independência feminina e à feminilidade de um modo geral para se posicionarem de forma vantajosa em conflitos dos mais variados tipos, empreendendo uma série de negociações com a Justiça.

A seção de entrevista da matéria é bastante extensa: ocupa uma página inteira da revista dividida em três colunas, onde podemos ver, ao centro, uma fotografia de Hirschmann colocando o dedo indicador sobre os lábios como quem pede silêncio, e a legenda “não me chamem espiã!”³³. O conteúdo da entrevista corresponde, na verdade, a uma narração de Hirschmann de sua versão dos fatos, que vai desde a sua infância até sua captura, passando pela relação com a cultura alemã e o “estado de necessidade” que a levou a trabalhar na rádio *Auri-verde*.

³¹ “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 10.

³² CAULFIELD, Sueann. “Que virgindade é esta?": julgando a honra da mulher moderna. In: *Em defesa da Honra*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000. Pág. 159-160.

³³ “Deshabillé da espiã”, *O Cruzeiro*, 6 de abril de 1946, p. 12.



Figura 12: "Não me chamem espiã!" *O Cruzeiro*, 06/04/1946

A impressão, ao acessar a reportagem de *O Cruzeiro*, sabendo que ela ocorre pouco antes de seu julgamento em segunda instância - e a proximidade da data é mencionada pelos jornalistas no próprio texto da matéria - é a de que Hirschmann acreditou que esse empreendimento, de receber os jornalistas e deixar-se fotografar nessa situação seria favorável, de alguma forma, ao seu processo. Ela conseguiria, através dessa manobra, garantir a empatia do público. Apesar de pleitear "neutralidade", o tom da reportagem é absolutamente favorável à "linda espiã". É como se, ao longo de todo o texto, ela construísse, em diálogo com os jornalistas, a ideia de que sua captura foi um erro, algo que ainda pode ser desfeito. Ela não seria espiã, como diz a Justiça, mas sim essa figura bela e sensual. Como alguém com tantos atributos poderia cometer crimes tão terríveis? E se cometeu, será que é tão ruim assim?

Uma foto que não está presente na reportagem de *O Cruzeiro*, tendo sido divulgada em outra oportunidade pelo *Diário da Noite*³⁴, traz Margarida Hirschmann do lado de fora da cela onde cedeu entrevista, olhando para a guarda da Penitenciária que abriu, de início, a porta para os jornalistas da revista. A guarda parece estar argumentando algo, diante da postura superior de Margarida. É quase como se a imagem falasse com o leitor, e perguntasse: quem está preso, aqui, afinal?

³⁴ "Fui condenada para o resto de minha vida". *Diário da Noite*, 20 de agosto de 1948, p. 24.



Figura 13: *Diário da Noite*, 20/08/1948

Os jornais que acompanharam o julgamento de Hirschmann relatam que, para o evento, a ré apareceu sorridente, confiante, ativa. Naquele contexto, no entanto, apesar de dividir opiniões da imprensa e do público, como vimos no segundo capítulo, Hirschmann é condenada a 20 anos de reclusão pelo Superior Tribunal Militar, em uma votação apertada.

Dois anos mais tarde, outro jornal se interessa pela história da locutora a ponto de entrevistá-la na prisão. Em 17 de julho de 1948, o *Diário da Noite*³⁵ é recebido pela ré no saguão da galeria principal da Penitenciária e a fotografa datilografando documentos para a secretaria da prisão e em horário de almoço. Descobrimos, ali, que Hirschmann, uma vez condenada, assumiu a função de datilógrafa da secretaria do presídio, ofício que já teve em momento anterior em sua vida, quando estava em liberdade.

³⁵ Ibidem.



Figura 14: "Margarida recebe o repórter à porta da galeria principal – Na cela, a loura prisioneira escreve a lápis suas memórias – Hora do almoço no presídio – Margarida alimenta-se bem – Trabalhando como datilógrafa para a secretaria da prisão." 20/08/1948

Novamente, para a entrevista, Hirschmann não veste um uniforme, mesmo depois de condenada; dessa vez, no entanto, não há lingerie, mas sim roupas sociais pretas. Entende-se, inclusive a partir do título da reportagem ("Fui condenada pelo resto de minha vida"), que o apelo que Hirschmann faz através da grande mídia não é o mesmo. Antes da condenação, uma extensa reportagem foi feita, contando "sua versão" da história e apelando para a hiperssexualização. Dois anos após sua condenação pela Justiça, por outro lado, as reportagens feitas em torno dessa personagem têm tom mais brando, focando em elementos como o seu trabalho e bom comportamento na prisão. Ela se deixa fotografar trabalhando e almoçando no refeitório do presídio, e não mais em sua cela, posando de lingerie.

O fato de Margarida Hirschmann reiteradamente aparecer em público ou diante de jornalistas sem o uniforme de penitenciária é a materialização de seu não-reconhecimento enquanto presa, sobretudo enquanto presa política. Como vimos nos capítulos anteriores deste trabalho, ela nega motivações políticas para os crimes que alegadamente cometera e nega qualquer vínculo com as forças armadas nazistas. Ela nega, portanto, o caráter político de sua prisão e, mais do que isso, nega que sua prisão seja um fato acertado. Para Hirschmann, ela não é uma presa política e tampouco uma presa comum; ela é uma mulher presa por engano ou de maneira injusta, tendo em vista que sua outra opção, se não atuasse na rádio *Auri-verde*, seria a morte. A partir disso, ela dá início à construção imaterial de uma ideia de diferença em relação às demais mulheres em situação de cárcere.

Como mencionado no segundo capítulo desse trabalho, o advogado de defesa de Margarida Hirschmann durante todo o caso, o dr. Evandro Lins e Silva, pede pelo indulto por seus crimes pelo menos quatro vezes entre o momento de sua prisão e o desfecho final do processo. Em uma dessas oportunidades, a decisão recai sobre o Conselho Penitenciário.

Roberto Lyra, jurista e conselheiro penitenciário, decide por negar o indulto à Hirschmann, votando pelo cumprimento da pena integral em acompanhamento aos srs. Conselheiros Carlos Sussekind, Heitor Carrilho e Justino Carneiro. Lemos Brito e o Miguel Sales, também membros do Conselho Penitenciário, pedem a redução da pena para 10 e 5 anos, respectivamente. O processo, após votação, segue para as mãos do Ministro da Justiça à época, Adroaldo Mesquita da Costa.

Acontece que Adroaldo Mesquita da Costa, Ministro da Justiça do Brasil de 1947 a 1950, recebe, junto à deliberação do Conselho Penitenciário, uma lista de 120 assinaturas de deputados brasileiros pedindo a comutação da pena de Hirschmann de 20 para 3 anos de prisão. Tendo em vista que, em 1948, época desses acontecimentos, Hirschmann já estava na prisão há quase três anos, isso significaria o indulto a seus crimes.

Os deputados argumentavam, em linhas gerais, que a conjuntura era outra: em nível internacional, o Brasil já não estava em guerra contra o Eixo; no que diz respeito à política doméstica, o regime de Getúlio Vargas, que condenou Hirschmann como presa política, havia chegado ao fim e o presidente era outro.

O pedido não passou sem protestos por parte da grande mídia: David Nasser, o mesmo jornalista que anos antes entrevistou Margarida Hirschmann na Penitenciária de Mulheres e escreveu um texto aparentemente favorável à sua inocência, se manifestou de maneira crítica quanto ao pedido de indulto. Para o *Diário da Noite*, escreveu, de maneira autônoma e ainda enquanto jornalista de *O Cruzeiro*, uma reportagem de nome "Liberdade para a espiã – pedem 120 deputados brasileiros ao General Dutra, procurando beneficiar Margarida Hirschmann". Nela, afirma não entender o posicionamento dos deputados:

"[...] Há sete meses, o mesmo pedido, feito por dois pracinhas criminosos na Itália, aguardam um passo do Conselho [Penitenciário]. Acontece que eles são homens, são barbados e não conseguiram interessar, nem mesmo levemente, a atenção desses dignos

parlamentares. [...] Por que não gastam seu precioso tempo cuidando dos projetos que amparam os pracinhas em situação de angústia? Que favorece aos rapazes da FAB (Força Aérea Brasileira) que lutaram na Itália – e receberam o prêmio do esquecimento? Que responsabiliza os criminosos da ditadura [de Vargas]? Bonito papel, esse, dos 120 deputados brasileiros [...] Que diabo deu na cabeça desses deputados para se meterem nisso? Será Margarida Hirschmann heroína brasileira? Por que outros, em situação idêntica, jamais se inspiraram para atitude semelhante?"³⁶

O posicionamento de Nasser, crítico à mobilização dos deputados, reitera o caráter cênico da reportagem com a qual se envolveu anos antes à frente de *O Cruzeiro*. Naqueles dias, investiu na glamourização da história de uma mulher acusada de "espionagem" e traição à pátria; investiu na beleza física, atribuindo à história um tom fantástico, e fazendo crer que aquela pessoa era estranha ao ambiente prisional. Margarida Hirschmann, ora celebridade, tem seu "heroísmo" às avessas contestado pelo mesmo Nasser em 1949.

Mesquita da Costa, o Ministro da Justiça, diante de tamanha apelação em favor da locutora e contrariando o Conselho, concede parecer favorável ao abatimento da pena para três anos e encaminha o pedido de indulto ao presidente da República à época, Eurico Gaspar Dutra.

No entanto, em junho de 1949, o presidente Dutra se ausenta momentaneamente do cargo, assumindo interinamente o sr. Nereu Ramos, vice-presidente. Durante a curtíssima interinidade de Nereu Ramos na presidência do Brasil, o mesmo concede o indulto à Hirschmann, que é libertada em 30 de maio de 1949³⁷, após cumprimento de pouco mais de três anos de pena.

Margarida, uma vez em liberdade, declara que voltaria para São Paulo para acompanhar a velhice dos pais, e que gostaria de voltar a trabalhar no rádio, como tradutora ou locutora, pois a esse gênero de trabalho já estava habituada e se sentia segura. Pediu, também, ao *Correio da Manhã* no ato de sua saída da prisão, que fossem transmitidos seus agradecimentos a todos os que trabalharam pela sua liberdade³⁸.

³⁶ "LIBERDADE PARA A ESPIÃ - pedem 120 deputados brasileiros ao General Dutra, procurando beneficiar Margarida Hirschmann". *Diário da Noite*, 4 de fevereiro de 1948.

³⁷ "Notícias forenses - em liberdade Margarida Hirschmann", *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1949, p. 4.

³⁸ "Revivendo a história de Margarida Hirschmann", *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1949, p. 5.

Evandro Lins e Silva, o advogado de defesa de Hirschmann, em entrevista dada ao CPDOC³⁹ quase cinquenta anos depois do desfecho do caso, além de caracterizá-lo como “famosíssimo”, afirma que em meados dos anos 1990 a locutora entrou em contato com ele por carta, pedindo por uma certidão de fim do processo. Ela casou-se com um homem alemão e se mudou para a Alemanha.

O desfecho do processo de Margarida Hirschmann evidencia certa predileção da elite política por seu caso, que optou por intervir em seu favor. Argumenta-se, aqui, que o fazem pois Hirschmann foi capaz de criar, com sucesso, e instrumentalizando jornais e revistas de grande circulação, uma personagem estranha ao ambiente do presídio e que teria sido presa por engano, condenada por atuar em “legítimo estado de necessidade”. Ao mesmo tempo, essa personagem, da qual presume-se inocência, era branca, bela, misteriosa, uma espiã irresistível nos moldes das *femme fatale* que habitavam o imaginário masculino do período. Sua estratégia de defesa, durante o processo, incluiu a o em relação à Rosa de Tóquio, já condenada por espionagem, e a negação de qualquer motivação política para seu caso. Dessa forma, a passagem de Hirschmann pelo cárcere não é marcada pela violência, como era comum entre presos políticos do Estado Novo. Tampouco é marcada pelo silêncio, tão presente nas prisões pelas quais os jornais e revistas demonstram pouco ou nenhum interesse. Argumenta-se que a passagem da ré pela prisão é marcada, ao invés disso, por uma série de negociações que envolvem a si, a grande imprensa e a própria estrutura penitenciária a fim de construir uma ideia de diferença, de oposição de sua história às demais histórias que habitam o espaço da prisão, fazendo uso de uma série de estereótipos de gênero a fim de cumprir tal objetivo.

³⁹ MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC. Edição de texto Dora Rocha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

5. Conclusão

Em 2018, foi realizada a 13ª edição do concurso de beleza *Miss Talavera Bruce*. Instituto Penal Talavera Bruce é o nome atual dado à Penitenciária Feminina da Capital Federal, para onde foi enviada Margarida Hirschmann, cujo caso é estudado ao longo deste trabalho. O objetivo do concurso é, segundo a página de notícias do Talavera, “ressocializar e resgatar a autoestima das presas”. A avaliação, que determina quem é a vencedora, é feita com base nos quesitos de beleza, elegância e simpatia. O prêmio para a primeira colocada foi um ventilador; a vice recebeu um secador de cabelo e a terceira colocada ganhou uma prancha para alisar os cabelos. A vencedora do concurso no ano passado, Verônica de Paiva, de 25 anos, recebeu o apelido em jornais de grande circulação como *O Globo* e *Extra* de “loura fatal”.

Notícias como essas demonstram que os problemas de gênero relativos à interseção entre ser mulher e ser criminosa continuam presentes no cotidiano das instituições carcerárias femininas. Os estereótipos de gênero direcionados às mulheres, especialmente tendo em vista seus atributos físicos, ainda são um aspecto importante para a aceitação dessa mulher pelo coletivo. Há paralelos entre Margarida e Verônica: ambas são alvo da fetichização da mídia de massa e sua beleza e feminilidade são usadas na construção da ideia de superioridade dessas mulheres em relação às suas companheiras na mesma situação de encarceramento.

Patricia Margarida Hirschmann é capturada e presa em 1945 por sua atuação como locutora na rádio *Auri-verde*. A Justiça militar brasileira entende que os pronunciamentos de Hirschmann, feitos em português e direcionadas aos pracinhas brasileiros, tinha como objetivo convencê-los à deserção através do uso de mentiras e terror psicológico durante essa comunicação. Ela é enquadrada, portanto, nos artigos 265 e 269 no Código Penal Militar, que dizem respeito à traição à pátria e aliciamento de militares. Ela é julgada, condenada a 20 anos de reclusão e presa na Penitenciária Feminina da Capital Federal, instituição construída no início daquela década, e uma das primeiras penitenciárias pensadas especificamente para a população carcerária feminina. Hirschmann é colocada em liberdade após 3 anos de cumprimento da pena. Tentou-se entender, então, os elementos de seu caso que

provavelmente foram relevantes na conquista do indulto: Hirschmann é agente da criação, em conjunto com a imprensa de grande circulação e o próprio aparato de Justiça, de uma personagem estranha ao espaço do presídio e que, em última instância, não deveria estar ali. A construção dessa personagem está em diálogo com o seu contexto, fazendo uso de uma série de estereótipos de gênero como estratégia de defesa, que em tudo tem a ver com a categoria mais ampla da “mulher moderna”, que caminhava entre a docilidade e a subversão.

Em um primeiro momento, retoma-se a trajetória de Hirschmann anterior à sua participação na rádio e seus dias como locutora da *Auri-verde*. Para realizar tal tarefa, são usadas fontes de jornais e revistas da época que, interessados por sua história, escrevem colunas no formato de "retrospectiva", revelando vozes em disputa acerca dos acontecimentos que levaram Hirschmann à rádio *Auri-verde*; além disso, o documento referente ao processo-crime de Hirschmann, que conta com depoimentos de colegas de trabalho e testemunhas é analisado a fim de compreender qual era o seu papel na rádio e os principais argumentos de acusação e de defesa no tocante aos crimes que alegadamente cometera. Acusação e defesa disputam a moralidade da “espiã”: de um lado, a ideia de que foi vítima das circunstâncias e de que agiu sob perigo de vida, o que a inocentaria diante dos crimes que alegadamente cometera; do outro, a denúncia de que sua atitude estaria de acordo com uma determinada trajetória de aproximação com a cultura e com os ideais alemães, levados às últimas consequências ao se relacionar bem, e até sexualmente, com nazistas.

Em seguida, no segundo capítulo, são analisados os problemas de gênero que perpassam a trajetória de Margarida Hirschmann a partir do momento que é condenada pela Justiça. Jornais e revistas de grande circulação adquirem certo fascínio por sua história, dando a ela apelidos como "Sereia do Reno", "Mata Hari brasileira", "linda loura", "linda espiã", etc. O fato dela ser uma mulher, branca e entendida pela sociedade da época como bonita (há informações, também, sobre a cor de seu cabelo, de seus olhos, sua estatura e peso nas páginas dos jornais) é encarado como elemento decisivo para ressignificar os sentidos que a criminalidade adquire naquele contexto. Os crimes que Hirschmann alegadamente cometera, de espionagem e aliciamento de militares ganham, a partir da conjuntura, caráter

fetichizante; nesse sentido, é analisada, no mesmo capítulo, a categoria de *femme fatale*.

Por fim, no terceiro capítulo, há a tentativa de colocar Margarida Hirschmann como agente nessa malha de relações descritas nos capítulos anteriores. A inquietação está em entender de que forma Margarida Hirschmann contribuiu para que tais discursos em torno de si – o da vítima e o da *femme fatale* – existissem e de que forma fez uso deles no intuito de construir uma estratégia de defesa e de projetar uma determinada imagem pública em um espaço social marcado por relações de violência que, em certo sentido, não a atingem.

Ao longo dos capítulos, há a tentativa de compreender que elementos do contexto em que Hirschmann viveu estão presentes em sua trajetória; que características da sociedade da época e, mais especificamente, dos debates em torno do “ser mulher”, dos sentidos da criminalidade e da feminilidade se materializam em seu caso. Ao longo do trabalho, tentou-se comprovar que, a partir do caso escolhido como objeto de análise, é possível pensar a construção e a apropriação de uma série de estereótipos de gênero enquanto parte fundamental de estratégias de defesa, a partir da compreensão de que estudar gênero nem sempre quer dizer apenas estudar de que forma mulheres resistiram ou caminharam na contramão dos estereótipos referentes à feminilidade mas, também, de que forma fizeram uso desses estereótipos em seu próprio benefício.

Esta dissertação encontrou, durante o processo de pesquisa e escrita do texto, inúmeros desafios. O maior deles diz respeito ao acesso às fontes. Infelizmente, o acesso às fontes que tratam de mulheres encarceradas é dificultado pela desinformação e pelo desinteresse, principalmente se compararmos com as fontes relacionadas aos presídios masculinos e seus residentes. A ambição inicial do mestrado era estudar a instituição Penitenciária Feminina da Capital Federal a partir dos registros de presas e de informações sobre o seu cotidiano; mulheres que, por motivos diversos, acabaram no cárcere. No entanto, não foi possível encontrar, por exemplo, fichas das detentas da Penitenciária Feminina da Capital Federal em seus primeiros anos de funcionamento ou informações sobre as agentes penitenciárias que trabalharam no local. Esse trabalho pretende, de alguma forma,

contribuir com o preenchimento de uma lacuna nos estudos sobre encarceramento, mas ainda há muito por fazer nesse sentido.

Da mesma forma que a conclusão desse trabalho começou com uma notícia contemporânea sobre um concurso de beleza realizado dentro de uma Penitenciária, convém terminar a conclusão com outra notícia de novembro de 2018: três detentas morreram no presídio Talavera Bruce, em Bangu, na zona oeste do Rio de Janeiro, somente no mês de novembro, de acordo com denúncias de familiares das presas. Esses parentes afirmam que o forte calor nas celas e a falta d'água tenham provocado as mortes. Quando há água, segundo as denúncias, ela é racionada. As detentas não têm acesso à água filtrada; bebem a água que usam para tomar banho. Esse tipo de relato precisa ser trazido à tona para não pensarmos que a questão primordial dessas mulheres diz respeito aos estereótipos de gênero que perpassam o “ser mulher”, objeto central de análise desse texto. Mulheres em situação de cárcere, em sua maioria, principalmente aquelas que não recebem atenção da mídia de massa, aquelas que são o “estaticamente mais frequente” de Ginzburg, lutam pelo direito à vida, às condições básicas de higiene, lutam pelo direito de estabelecer contato com filhos após o nascimento. Essa dissertação procurou lançar luz sobre um aspecto específico da inserção de mulheres em sociedade: a opressão inerente à construção de determinado ideal de “feminilidade”, flexível no tempo, elemento importante para entender as estruturas de poder que lhe dá sentido. Acredita-se que esse problema de gênero se potencializa no caso de privação de liberdade e de corpos sob tutela do Estado. Contudo, aponta-se para a necessidade de pesquisas no campo da História que ampliem a compreensão sobre o conjunto de violências e privações materiais e simbólicas às quais estão inseridas mulheres em situação de encarceramento no Brasil.

6. Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945**. In: A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARTUR, Angela Teixeira. **“Presídio de Mulheres”: as origens e os primeiros anos de estabelecimento**. São Paulo, 1930-1950. XXV Simpósio Nacional de História, ANPUH, Fortaleza, 2009.

BACK, Silvio. **Rádio Auriverde: a FEB na Itália**. Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, 1990 apud DE FARIA, 2017.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados**. In: Del Priori, Mary. História das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Contexto, 2004.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora UnB, 1993.

CAULFIELD, Sueann. **Introdução**. In: Em defesa da Honra. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

_____. **"Que virgindade é esta?": julgando a honra da mulher moderna**. In: Em defesa da Honra. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

_____; SCHETTINI, Cristiana. **“Gender and Sexuality in Brazil since Independence”** In: The Oxford Research Encyclopedia of Latin American History, ed. William Beezley. New York: Oxford University Press, 2017.

CAVALCANTI, R. da C. **Prostitutas da Grécia: Frinéia**. In: Revista brasileira de sexualidade humana, n.1, v.2, 1990.

CHAZKEL, Amy. **Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República**. In: BRETAS, Marcos Luiz (org.). História das Prisões no Brasil, vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2009.

COULSON, Major Thomas. **Mata Hari: cortesã e espiã**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5a edição. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE FARIA, Giovanna Ferreira. **A crítica ao imperialismo norte-americano presente em “Rádio Auriverde”**. Anais do VIII Congresso Internacional de História, out/2017.

DE LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

DINIZ, Debora. **Cadeia: Relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação - Rádio e TV no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

FREITAS, Claudia Regina. **O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela Lei de Execução Penal**. Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen, v.4, n.4, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Prefacio à edição italiana**. In: O Queijo e os Vermes. São Paulo: Editora Schwarcs, 1987.

GOMES, Angela Maria de C. **O redescobrimento do Brasil**. In: OLIVEIRA, L. L. Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992.

GUENTHER, Irene V. **Nazi 'Chic'? German Politics and Women's Fashions, 1915-1945**. Fashion Theory: The Journal of Dress, Body and Culture 1, n°. 1, 1997.

HAGEMANN, Karen. **Mobilizing Women for War: The History, Historiography, and Memory of German Women's War Service in the Two World Wars**. Journal of Military History, n. 75, v. 4, 2001.

KARPOWICS, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

LAQUEUR, Thomas. **Da linguagem e da carne**. In: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. São Paulo: EDUSP, 2004.

LIMA, Natalie. **Cobras criadas: a vida de um brilhante cascadeiro**. Observatório da Imprensa, 2001.

MAKLOUF, Luiz. **Cobras Criadas: A história de David Nasser e O Cruzeiro**. São Paulo: Editora Senac, 1999.

MANZINI, Vincenzo. **Trattato di Diritto Penale Italiano**, vol. IV. Turim: ed. Unione Tipografico. 1961.

MELO, Ricardo (org.). **Almanaque Centenário (1915-2015)**. Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco. Pernambuco: Editora Cepe, 2015.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século Vinte - O espírito do Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1967.

MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. **O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC**. Edição de texto Dora Rocha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

NARS, Edson Luiz. **Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon: de JK a Costa e Silva**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista - Unesp, Araraquara, 1996.

PEREGRINO, Nadja. **"O Cruzeiro": a revolução da fotorreportagem**. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

PERROT, Michelle. **Delinquência e Sistema penitenciário na França no Século XIX**. In: Os Excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. São Paulo: Editora Record, 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. Estudos Históricos, Mídia, n.31, 2003.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. **A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, maio de 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 20, nº2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SHIPMAN, Pat. **Mata Hari: espia, vítima, mito**. Barcelona: Ed. Edhasa Biografia, 2011.

SOBRINHO, Patricia Cerqueira. **O Sistema Penitenciário no Rio de Janeiro em 1940- 1950: mudanças e continuidades**. Anais do XV Encontro Regional de História, ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

SPINI, Ana Paula; BARROS, Carla Miucci Ferraresi. **Star system, sexualidade e subjetivações femininas no cinema de Hollywood (1931-1934)**. Minas Gerais, Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 17, n. 30, jan-jun. 2015, p. 21.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **Rádio Auriverde, a história (re)afirmada – uma leitura do filme documentário como (re)constituição do real**. UNESP, Revista Nucleus, v.1, n.1, out/abr 2003.

WILLIAMSON, Gordon. **World War II German Women's Auxiliary Services**. Oxford: Osprey Publishing, 2003, p 4.

ZAVERUCHA, Jorge; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. **Superior Tribunal Militar: entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro: Revista Dados, vol.47, no.4. Ano: 2004.

7. Fontes

Livros:

ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. A Justiça Militar na Campanha da Itália. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958

Documentação em arquivo:

Arquivo do Superior Tribunal Militar:

Apelação nº 14882

Revisão Criminal nº 481

Hemeroteca Digital Brasileira:

A Manhã, 13 de junho de 1945

A Manhã, 17 de janeiro de 1948

A Manhã: órgão de ataques... de riso!, 18 de julho de 1946

A Noite, 14 de maio de 1943

A Noite, 17 de janeiro de 1948

A Noite, 17 de janeiro de 1948

A Noite, 4 de junho de 1944

Correio da Manhã, 29 de maio de 1949

Diário da Noite, 10 de setembro de 1948

Diário da Noite, 12 de agosto de 1948

Diário da Noite, 20 de agosto de 1948

Diário da Noite, 4 de fevereiro de 1948.

Diário de Notícias, 12 de março de 1949

Diário de Notícias, 14 de julho de 1946

Diário de Notícias, 5 de junho de 1949

Diário de Notícias, 9 de fevereiro de 1943

Diário de Notícias. 17 de janeiro de 1940

O Cruzeiro, 6 de abril de 1946

O Globo, 13 de junho de 1945

O Globo, 13 de junho de 1945

O Globo, 25 de junho de 1976

O Globo, 8 de novembro de 2014

Tribuna Popular, 13 de julho de 1946

Tribuna Popular, 5 de dezembro de 1946